

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador: Deivis Perez

Volume I

Psicologia social na Amazônia:

Reticulando potencialidades e desafios

Organização

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Maria Lúcia Chaves Lima

André Luiz Machado das Neves



ABRAPSO EDITORA

Coleção Encontros em Psicologia Social

Coordenador

Deivis Perez

Volume I

Psicologia Social na Amazônia: reticulando potencialidades e desafios

Organização

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Maria Lúcia Chaves Lima

André Luiz Machado das Neves



ABRAPSO EDITORA

Porto Alegre

2019



ABRAPSO

Associação Brasileira de Psicologia Social

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2018-2019

Presidenta: Maria das Graças Lima

1ª Secretária: Livia Gomes dos Santos

2º Secretário: Deivis Perez Bispo dos Santos

1ª Tesoureira: Maria Cristina Dancham Simões

2ª Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Suplentes: Ilídio Rodas Neves e Alexandre Pito Giannoni



ABRAPSO EDITORA

Editora geral

Andrea Vieira Zanella

Editora Executiva

Ana Lúcia Brizola

Conselho Editorial

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



A Editora da ABRAPSO adota a licença da Creative Commons CC BY:

Atribuição-Não Comercial-Sem Derivados - CC BY-NC-ND:

Esta licença é a mais restritiva das seis licenças principais, permitindo que os outros façam o download de suas obras e compartilhem-nas desde que deem crédito a você, não as alterem ou façam uso comercial delas.

Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

P974

Psicologia social na Amazônia [recurso eletrônico] : reticulando potencialidades e desafios / Organização de Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Maria Lúcia Chaves Lima e André Luiz Machado das Neves. – Porto Alegre: Abrapso, 2019.

250 p.

(Coleção Encontros em Psicologia Social , Vol. 1).

ISBN: 978-85-86472-46-6

1. Psicologia social. 2. Políticas públicas. 3. Direitos humanos. 4. Democracia. 5. Brasil. 6. Amazônia. I. Tamboril, Maria Ivonete Barbosa. II. Lima, Maria Lúcia Chaves. III. Neves, André Luiz Machado das. VI. Título.

CDU – 302.09811

Conteúdo revisado por pares.

Apoios



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001



Sumário

Coleção Encontros em Psicologia Social.....7

Prefácio 10

Benedito Medrado

Apresentação. Uma Psicologia Social que vem do Norte..... 14

Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Maria Lúcia Chaves Lima e André Luiz Machado das Neves

Parte I: Revisitando aportes teóricos e epistemológicos da Psicologia Social

I - Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais 21

Maria Lúcia Chaves Lima e Camila Maria Figueiredo Malcher

II - Vidas precárias em disputa pelo mercado neoliberal: direitos humanos, biopolítica e necropolítica 36

Flávia Cristina Silveira Lemos, Dolores Galindo, Ana Carolina Farias Franco

III - Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana 57

Deivis Perez e Stanzani Ercolano

Parte II: Negação de direitos e sofrimento psíquico

IV - Presença indígenas na cidade: não reconhecimento de direitos e breves apontamentos psicopolíticos 74

Mayara dos Santos Ferreira e Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

V - A infância sem terra e o compromisso social da Psicologia 96

Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Matheus Mendonça de Vasconcelos e Paulo Vitor Alves de Freitas

VI - UHEs Santo Antônio e Jirau (RO) e Belo Monte (PA): desastre continuado e sofrimento psíquico 111

Luis Fernando Novoa Garzon, Érika Fernandes Costa Pellegrino e Juliana da Silva Nóbrega

VII - Participação em políticas públicas na cidade: um olhar para bairros de uma capital amazônica 130

Lilian Caroline Urnau, Ana Paula Farias Ferreira, Ana Maria Souza Brito, Angélica de Souza Lima, Jéssica Fabrícia Silva Lima e Lua Clara Melo Fernandes

VIII - Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: histórias de vidas compartilhadas 152

Adinete Sousa da Costa Mezzalira, Fernanda Priscilla Pereira Calegare, Rayssa Jackeline Graça Maciel e Marcela Karina Dantas da Silva Patrício

Parte III: Narrativas de mulheres amazônidas

IX - Nos trilhos da (in)visibilidade: a presença feminina no contexto da história de Rondônia 169

Eudeir Barbosa de Oliveira e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

X - Identidades marcadas: a inscrição do racismo nas histórias de vida de mulheres negras na Amazônia 186

Eliane Gamas Fernandes e José Juliano Cedaro

XI - Sentidos e significados sobre relação conjugal satisfatória produzidos por mulheres: reciprocidade, fidelidade e in(de)pendência financeira..... 215

Thiago Silva dos Santos, André Luiz Machado das Neves, Fabiane Aguiar Silva e Iolete Ribeiro da Silva

Sobre os(as) autores(as) 242

Coleção Encontros em Psicologia Social

A nossa Associação Brasileira de Psicologia (ABRAPSO) nasceu no princípio dos anos 1980 por meio da ação de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que trabalhavam pela democratização do país e que, de maneira justificada, lutavam contra as violências e o terrorismo de estado engendrados pelos dirigentes da ditadura civil-militar sob as bênçãos dos seus apoiadores. Eram tempos em que segmentos de cidadãos autoproclamados cristãos, zelosos pela manutenção da propriedade privada e da família tradicional - supostamente ameaçadas pelo espectro do comunismo - apoiavam os assevajados agentes estatais em sórdidas maquinações dedicadas aos ataques à vida e aos abusos e covardias concretas e simbólicas contra pessoas identificadas como inimigas internas por ousarem rogar pelo respeito à humanidade.

Agora, quase 40 anos depois, encontramos-nos novamente num período ulterior a outro golpe de estado, perpetrado contra uma Presidenta eleita e injustamente deposta, após sombrios arranjos entre parlamentares, setores do judiciário e do empresariado, animados por uma avassaladora campanha midiática que direcionou e conduziu às ruas grupos sociais autoritários escoltados por parvos, hipócritas, cínicos e acumpliciados decididos a identificar e responsabilizar a Presidenta e o seu partido pelas seculares deformidades e vícios da política do Brasil. O desarranjo sociopolítico provocado por este golpe nos conduziu ao momento presente, em que temos como chefe do poder executivo da república um autocrata, que rotineiramente e com incompreensível filáucia, manifesta ser um azêmol, cuja obscura biografia assinala que foi um ex-militar desconceituado, menosprezado pelos próprios pares

e um parlamentar medíocre, que se mostrou incapaz de elaborar um único projeto relevante em décadas de carreira no Congresso.

Este desclassificado, elevado à presidência com a alcunha de *mito*, analogamente ao déspota Luís Bonaparte da França do século XIX, repete o mantra da necessidade de defesa da propriedade, família, religião e ordem e da luta contra as esquerdas políticas enquanto vandaliza todas as maneiras de convivência norteadas pelo apreço à socialidade ética e, simultaneamente promove a retirada de direitos sociais e cívicos da população, elimina leis dedicadas à defesa da classe trabalhadora e reduz drasticamente os investimentos em áreas fundamentais como a saúde, a ciência e a educação.

É nesta penosa e fatigante quadra histórica que a ABRAPSO e as pessoas que a integram são solicitadas à lide contra o enganoso, o ilegítimo, o perverso, o cruento, o malévolo, o aviltante e o desumano. Novamente, e como fizeram os pioneiros desta associação, é preciso entrajear os nossos mais elevados propósitos de fortalecimento de uma Psicologia Social engajada e situada socialmente, comprometida com a classe trabalhadora e com o fim de toda a exploração e opressão. É, sem dúvida, uma Psicologia de feições revolucionárias que demanda esforços para a produção e divulgação de saberes, métodos e fazeres sintonizados com a transmutação social na perspectiva da superação das mazelas das sociedades capitalistas. É para atender a essa necessidade que os livros que integram a Coleção *Encontros em Psicologia Social* têm sido regularmente publicados pela ABRAPSO Editora.

Especificamente buscamos alcançar dois objetivos articulados e complementares entre si:

- Registrar, por intermédio da edição das obras da Coleção, a dialgia e os conhecimentos que circularam e foram sistematizados nos Encontros ABRAPSO dos Regionais Norte, Minas Gerais, Nordeste, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os quais foram realizados entre meados de 2018 e o primeiro semestre de 2019.

- Tornar disponíveis e difundir saberes da Psicologia Social em sua interface com os constructos acadêmico-científicos, ensejando

tanto a ideação e a consubstanciação de fazeres críticos quanto à integração e cooperação entre professores, estudiosos, especialistas, discentes graduandos e pós-graduandos e integrantes de movimentos sociais para subsidiar e ensejar a superação dos graves e persistentes problemas que vivenciamos no Brasil contemporâneo.

Todos os livros da Coleção estão disponíveis em formato eletrônico e podem ser obtidos gratuitamente no sítio eletrônico da ABRAPSO.

Boa leitura!

Deivis Perez
Coordenador

Prefácio

Deslocando saberes e produzindo conhecimentos desde o norte brasileiro

Benedito Medrado

Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual
Sintam-se perplexos ante o cotidiano
Tratem de achar um remédio para o abuso.
Mas não se esqueçam
de que o abuso é sempre a regra. [...]
E façam sempre perguntas
Caso seja necessário
Comecem por aquilo que é mais comum
Num tempo de confusão e Violência.
De desordem ordenada
De arbitrariedade proposital
De humanidade desumanizada
Para que nada seja considerado imutável
Nada, absolutamente nada.
Nunca se dizer: isso é natural”.
(BRECHT, 1990, p. 160)

Antes de seguir a leitura deste texto, peço, por favor, que leias atentamente as palavras acima do dramaturgo e poeta alemão do século XX que influenciou sobremaneira o teatro contemporâneo, Bertold Brecht (1990), a partir das quais inicio essa breve contribuição. Se já o fez, pelo que o faça novamente, pausadamente... sentindo cada sentença.

Sendo esta coletânea uma produção científica e sendo a ciência a arte de produzir conhecimento, é importante atentarmos para o convite de Brecht, assumindo um compromisso ético com a dúvida, produzindo palavras e coisas que possam não apenas explicar ou justificar como a verdade se produz. Precisamos ir além. Precisamos questionar aquilo que consideramos habitual, comum, normal, natural. Para isso, precisamos não apenas rever as formas de produção de conhecimento, mas também rever os territórios e corpos aos quais se atribui a inteligibilidade do saber; espaços de poder, corpos e condições humanas às quais se reconhecem como lócus do conhecimento superior.

Como afirma a atriz, diretora de teatro, socióloga, professora da Universidade Federal do Pará e ativista no campo da promoção da igualdade racial, Zélia Amador de Deus, a arte compreende a nossa necessidade estética de ir além daquilo que é necessário para a responder às nossas necessidades da vida prática.

Os grupos humanos constroem objetos que servem para algo. Eles constroem uma urna que vai servir para colocar as cinzas do cadáver. A urna pode ser de argila, de madeira. É da urna que ele vai precisar, mas acontece que para responder a determinadas necessidades, que no mundo ocidental chamamos de **estética**, ele vai ornamentar essa urna, e esse ornamento pode ser de diversas ordens. Ele pode escrever determinadas coisas, muitas vezes coisas que podemos pensar que são meros adornos, podem ser ideogramas, alguma coisa que ele deixou escrito naquela urna, algo que ele deixou marcado ali. A urna já tinha cumprido seu objetivo sem precisar daqueles adornos que cumprem outro objetivo que é responder às necessidades existenciais dos grupos humanos. Então, na verdade, a Arte a rigor é isso. É uma **necessidade que os**

humanos têm de responder a mais do que somente aquilo que se precisa para a vida prática. Necessidade de ir além, de superar a simples vida prática e de responder às necessidades de existência, de marcar, de deixar aquilo marcado (DEUS, 2018, p. 81, grifos meus).

Inspirado nessas provocações de Bertold e de Zélia, não apenas agradeço às organizadoras desta coletânea pelo convite para colaborar com esta publicação, como também parablenizo aos autores e autoras que, com seus textos, assumem um importante compromisso de dar visibilidade a produções que dialogam com a região Norte do Brasil.

Vale lembrar que o adjetivo “*desnortado*”, em geral, é utilizado para se referir a uma pessoa confusa, desorientada, que se perdeu, que não encontra o rumo ao Norte; uma concepção náutica, basilar dos empreendimentos que conformaram a colonização dos países do chamado “Sul Global” e amplamente utilizada em nosso cotidiano ocidental.

Pirateando essa concepção, empregamos aqui o termo “*desnortado*” para nos referir à produção de conhecimento que, em nosso país, ignora as artes que se conformam “fora do eixo” Sul-Sudeste, o qual se toma como referência e atribui aos demais a alcunha de exóticos ou excêntricos.

Organizada em três partes que dialogam 1) com abordagens teórico-epistemológicas da Psicologia Social, 2) com o amplo campo dos direitos humanos e da saúde mental e 3) com narrativas de mulheres amazônidas a partir de leituras interseccionais, os capítulos que integram esta coletânea são o resultado de um longo e importante investimento da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) na visibilização de produções de suas diferentes regionais.

Neste sentido, além de reunir produções que alimentaram diálogos durante o mais recente Encontro Regional Norte da ABRAPSO, essa coletânea apresenta-se como artefato que se alinha ao processo de deslocamento dos saberes de seus lugares canônicos.

Não se trata se alimentar uma “política de identidade”, reivindicando-se uma **suposta** “psicologia social amazônica”, mas **apostar** nas leituras sobre “identidade em política”, que, segundo o semiólogo argentino Walter Mignolo (2008), são fundamentais para abordagens teóricas e análises em pesquisa que buscam questionar as tradições coloniais do saber. Em suas palavras “O caminho para o futuro é e continuará a ser, a linha epistêmica, ou seja, a oferta do pensamento descolonial como a opção dada pelas comunidades que foram privadas de suas “almas” e que revelam ao seu modo de pensar e de saber” (p. 289).

Desejo que a leitura dos textos que compõem esta coletânea possam alimentar movimentos semelhantes que, como num moinho de vento, resultam na produção de energia para reinventarmos nossa história e nosso futuro.

Referências

BRECHT, Bertold. **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. V. 4.

DEUS, Zélia Amador de. Natureza, Agricultura e Teatro. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém, v. 12, Nº 01, jan-jun 2018, pp. 80-94

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, Nº 34, 2008, p. 287-324.

Apresentação

Uma Psicologia Social que vem do Norte

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Maria Lúcia Chaves Lima

André Luiz Machado das Neves

Porto Velho, Rondônia, Amazônia, Norte do Brasil. Em novembro de 2018, um grupo de psicólogas e psicólogos, docentes e estudantes de Psicologia e pessoas vinculadas aos movimentos sociais da cidade e do campo se reúnem preocupadas em discutir os rumos da Psicologia, democracia e direitos humanos na Amazônia, tema do I Encontro Regional Norte da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Este livro é motivado por uma série de experiências realizadas nesse Encontro, permeado de medo e inseguranças sobre o futuro da nação, mas também pelos afetos que enlaçam as pessoas que tem um propósito comum.

Trata-se do primeiro encontro organizado pela Regional Norte da ABRAPSO independente da regional Nordeste. Desde 2008, as regionais Norte e Nordeste da ABRAPSO uniam-se para realizar seus encontros conjuntamente. O I Encontro das Regionais Norte e Nordeste aconteceu em Belém, em 2008; depois, em 2011 foi a vez de Fortaleza receber as duas regionais; em 2012, o Encontro foi em Maceió. Em 2014, o evento volta para a região norte, ocorrendo em

Manaus e em 2016, em Boa Vista, onde foi decidido em Assembleia que era chegada a hora que os encontros das regionais Norte e Nordeste passassem a serem organizados separadamente. A tão profícua união entre as regionais, que rendeu 5 eventos e intangíveis encontros, tinha atingido seu objetivo: fortalecer as duas regionais mais recentes da ABRAPSO.

A realização do I Encontro da Regional Norte da ABRAPSO, fruto do árduo trabalho dos núcleos e grupos de pesquisas, só foi possível pelo os apoios institucionais recebidos pela Universidade Federal de Rondônia que o sediou e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO), que juntas custearam as despesas.

Portanto, esse livro é o registro do que foi discutido ou do que ecoou nesse I Encontro da regional Norte, que atualmente é composta por 6 núcleos: Belém-PA, Santarém-PA, Manaus-AM, Porto Velho-RO, Boa Vista-RR e Araguaína-TO. Ressalta-se que os núcleos têm forte presença nas Universidades Federais do Norte, por meio dos grupos de pesquisas e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia, o que favorece o fortalecimento de trabalhos coletivos e em rede.

O livro é um pequeno registro da Psicologia Social produzida na Amazônia brasileira. Registro da persistente preocupação teórica e epistemológica da Psicologia Social, do comprometimento com as populações mais vulneráveis e marginalizadas da sociedade, como a população indígena, as pessoas sem terra, as atingidas por barragens, a população jovem encarcerada, as mulheres negras negligenciadas pelas políticas públicas. Os capítulos trazem relatos das experiências e provocações teóricas sobre a política de morte da contemporaneidade, assim como linhas de fuga que a Psicologia pode recorrer.

A primeira parte do livro traz três capítulos que versam sobre diferentes aportes teóricos e epistemológicos da Psicologia Social. No primeiro, intitulado POR UMA PSICOLOGIA-RESISTÊNCIA: UMA APOSTA NAS LENTES DECOLONIAIS, Maria Lúcia Chaves Lima e Camila Maria Figueiredo Malcher, ambas da Universidade Federal do Pará, destacam a herança colonial da Psicologia no Brasil, trazendo a concepção de decolonialidade, desenvolvida por diversos

autores e autoras latino-americanos, para a construção de uma outra Psicologia atenta aos efeitos da colonialidade nas subjetividades atuais.

Já o segundo capítulo, VIDAS PRECÁRIAS EM DISPUTA PELO MERCADO NEOLIBERAL: DIREITOS HUMANOS, BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA, Flávia Cristina Silveira Lemos e Ana Carolina Farias Franco, da Universidade Federal do Pará e Dolores Galindo, da Universidade Federal de Pernambuco, problematizam a racionalidade dos direitos humanos na atualidade, em que o neoliberalismo operou uma mercantilização dos direitos e materializou práticas neocoloniais sob a égide da segurança e governabilidade, em um Estado de Exceção.

O terceiro capítulo, DA APARÊNCIA PARA A ESSÊNCIA: A INSTRUÇÃO AO SÓZIA E A DIALÉTICA MARXIANA, encomendados aos colegas Deivis Perez e Ruchelli Stanzani Ercolano, da Universidade do Estado de São Paulo, empenha-se em discutir a dialética concebida à maneira de Karl Marx, aporte teórico fundamental para grande parte da Psicologia Social brasileira, especialmente vinculada ao materialismo histórico-dialético.

A segunda parte do livro dedica-se a discutir os efeitos da negação de direitos no sofrimento psíquico de segmentos populacionais amazônicos. Em PRESENÇA INDÍGENAS NA CIDADE: NÃO RECONHECIMENTO DE DIREITOS E BREVES APONTAMENTOS PSICOPOLÍTICOS, de Mayara dos Santos Ferreira e Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, ambos da Universidade Federal do Amazonas, discutem a carência de políticas públicas específicas que dificulta a vida de indígena nas cidades.

O quinto capítulo nos fala sobre A INFÂNCIA SEM TERRA E O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Matheus Mendonça de Vasconcelos e Paulo Vitor Alves de Freitas, da Universidade Federal de Rondônia, dedicam-se a apresentar, a partir de uma pesquisa documental, a proposta de educação infantil segundo os princípios do Movimento Sem Terra, bem como realizar um diálogo entre estas

concepções e o compromisso social da psicologia. Trata-se de um convite ao debate sobre a produção de subjetividade em contextos rurais, relação com a terra e trabalho, entre outras temáticas.

O capítulo intitulado UHES SANTO ANTONIO E JIRAU (RO) E BELO MONTE (PA): DESASTRE CONTINUADO E SOFRIMENTO PSÍQUICO, de Luis Fernando Novoa Garzon e Juliana da Silva Nóbrega, da Universidade Federal de Rondônia, e Érika Fernandes Costa Pellegrino, Universidade Federal do Pará, debatem os efeitos dos desastres socioambientais produzido pelas Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau (2007-...), no Rio Madeira (RO), e o de Belo Monte, no rio Xingu (PA) (2012-...). O capítulo analisa o sofrimento psíquico ocasionado às populações afetadas por esses empreendimentos colonizadores, forçadas a um deslocamento de seu território, marcadas pela expulsão de sua casa, algo não contornável e que não pode ser substituído seguindo a lógica da mercadoria à qual tais são submetidos.

O sétimo capítulo, de autoria das pesquisadoras da Universidade Federal de Rondônia, Lílian Caroline Urnau, Ana Paula Farias Ferreira, Ana Maria Souza Brito, Angélica de Souza Lima e Jéssica Fabrícia Silva Lima, abordam a PARTICIPAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE: UM OLHAR PARA BAIROS DE UMA CAPITAL AMAZÔNICA. O texto apresenta os resultados de um estudo que teve por objetivo analisar como as políticas públicas em bairros de Porto Velho são significadas pelos residentes e quais espaços de participação lhes possibilitam. Destacam sentimentos de tristeza, abandono e desesperança entre os entrevistados, diante da impossibilidade de influência nas decisões políticas.

Em ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: HISTÓRIAS DE VIDAS COMPARTILHADAS, as pesquisadoras da Universidade Federal do Amazonas, Adinete Sousa da Costa Mezzalira, Fernanda Priscilla Pereira Calegare, Rayssa Jackeline Graça Maciel e Marcela Karina Dantas da Silva Patrício apresentam os resultados de um projeto extensionista realizado na

unidade de internação para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, cujo objetivo fora conhecer as trajetórias de vida dos adolescentes por meio de diálogos em oficinas.

A terceira e última parte do livro compreende três artigos que trazem narrativas de mulheres amazônicas. NOS TRILHOS DA (IN) INVISIBILIDADE: A PRESENÇA FEMININA NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DE RONDÔNIA, Eudeir Barbosa de Oliveira e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, da Universidade Federal de Rondônia, discutem, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a presença da mulher no contexto da formação do estado de Rondônia: a invisibilidade nos períodos migratórios e as condições de submissão e desigualdade na extração da borracha. O tema, portanto, reforça a necessidade de pesquisas que reivindiquem o papel da mulher na história: quem foram, como era seu modo de vida e de organização, como enfrentavam e resistiam à opressão e exploração às quais eram submetidas.

O décimo capítulo dessa coletânea, SOBRE IDENTIDADES MARCADAS: A INSCRIÇÃO DO RACISMO NAS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES NEGRAS NA AMAZÔNIA, Eliane Gamas Fernandes e José Juliano Cedaro, da Universidade Federal de Rondônia, analisam o racismo presente nos relatos de vivências amorosas de mulheres negras. Trata-se de uma reflexão urgente sobre o campo afetivo das mulheres negras e seus processos identitários que revelam a inscrição do racismo e seus efeitos psicossociais na vida da população negra, em especial das mulheres negras na Amazônia.

Por fim, Thiago Silva dos Santos, Fabiane Aguiar Silva e Iolete Ribeiro da Silva, da Universidade Federal do Amazonas, e André Luiz Machado das Neves, da Universidade do Estado do Amazonas, discutem os SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE RELAÇÃO CONJUGAL SATISFATÓRIA PRODUZIDOS POR MULHERES: RECIPROCIDADE, FIDELIDADE E IN(DE)PENDÊNCIA FINANCEIRA. Este capítulo apresenta a compreensão dos sentidos e significados de relação conjugal produzidos por mulheres de um

grupo de fomento a autonomia e empreendedorismo. São relatos de resistências das mulheres e subversões às concepções patriarcais, expressos na reivindicação de novas configurações de relações conjugais como estratégias de enfrentamento frente às desigualdades de gênero.

Como brevemente apresentado, além de ser um livro-registro de alguns fragmentos da Psicologia Social feita na Amazônia, trata-se de um livro-registro-inspiração para outras práticas, para não esquecermos de que é possível subverter a banalidade do mal e inventar formas de pesquisa e de cuidado que reconheçam o outro e que sejam capazes de atender às suas demandas. Um livro-registro-inspiração-coragem de mostrar os obstáculos, sem prometer práticas redentoras e muito menos um final salvacionista. É um livro-registro-inspiração-coragem-convite para olhar a Amazônia, para decolonizar a Psicologia; para que não sucumbamos ao clamor de anestesia dos sentidos e apostarmos na resistência festivas que só os bons encontros são capazes de produzir.

Por isso, agradecemos a todas e todos colegas que contribuíram para esse bom encontro. Esperamos que este livro-registro-inspiração-coragem-convite aguce a vontade de produzir potência e de invenção de novas e resistentes formas de Psicologia Social na Amazônia.

Boa leitura a todas e a todos!

Parte I

Revisitando aportes teóricos e epistemológicos da Psicologia Social



Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais

Maria Lúcia Chaves Lima

Camila Maria Figueiredo Malcher

Se o mundo ficar pesado
eu vou pedir emprestado
a palavra poesia
Se o mundo emburrecer
eu vou rezar pra chover
palavra sabedoria
Se o mundo andar pra trás
vou escrever num cartaz
a palavra rebeldia
Se a gente desanimar
eu vou colher no pomar
a palavra teimosia
E se acontecer afinal
de entrar em nosso quintal
a palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá
e vamos pra rua gritar
a palavra utopia.

(JONATHAN SILVA, 2018).

Éa partir do “Samba da Utopia”, composto por Jonathan Silva para o espetáculo *Ledores no Breu*¹, que este texto se inicia. O espetáculo, inspirado em Paulo Freire e no poeta Zé da Luz, expressa a importância da palavra, da escrita, como instrumento de autonomia frente à alfabetização nas letras e no sistema de mundo capitalista que pulveriza o abecedar para o afeto e para a vida.

Em um momento histórico brasileiro que se vê “o mundo andar pra trás”, é preciso mesmo de rebeldia, de insubordinação, como bem versa o samba. Portanto, este texto é uma aposta em uma psicologia da rebeldia, uma psicologia-resistência, do enfrentamento aos retrocessos conservadores que entraram na nossa casa sem que tivéssemos escutado o bater na porta.

E para tal, convocamos a pensar em uma Psicologia a partir da crítica decolonial, levando em consideração a geopolítica do conhecimento a partir de um *lôcus* de enunciação, ou seja, do lugar e corpo-político do sujeito que fala a partir de um lugar epistêmico subalterno (GROSFOGUEL, 2008). A provocação se dá para pensarmos sobre a História, a nossa história e de qual lugar e por quem ela é contada.

A Psicologia, por exemplo, é apresentada nos cursos de graduação no Brasil tendo como cenário a Europa e, posteriormente, os Estados Unidos. Os grandes autores da Psicologia são todos naturais do continente europeu ou dos Estados Unidos e em sua maioria homens e brancos. Tanto que não conhecemos epistemologias africanas, que sequer são consideradas como saberes científicos. A história oficial,

.....
1 *Ledores do Breu*, espetáculo comemorativo de 10 anos da Cia do Tijolo da cooperativa paulista de teatro. Inspirado no texto “Confissão de Caboclo” do poeta Zé da Luz e no pensamento e prática do educador Paulo Freire, o espetáculo *Ledores no Breu* trata das relações entre o ser humano sem leitura e sem escrita com o mundo ao seu redor. Histórias entrelaçadas que acompanham analfabetos em pleno século XXI, pessoas percorrendo distâncias para elucidar suas dúvidas, seus erros e seus crimes. Há aquele/a que não lê, habitante do breu, que por isso mesmo é capaz de assassinar o bem maior de sua vida. Há também aquele/a que lê, mas não consegue interpretar o texto, perdendo-se num mar de palavras sem sentido. Há ainda aqueles/as que leem as palavras, mas não leem o mundo: são muitos os *Ledores no Breu*.

supostamente universal, não o é, uma vez que não aborda outros pontos de vista, outros países ou perspectivas psicológicas de outras regiões.

Portanto, para se pensar uma Psicologia da resistência, há que se levar em consideração a herança colonial da Psicologia no Brasil. Para tanto, a concepção de decolonialidade, desenvolvida por diversos autores e autoras latino-americanos, é um convite para a construção de uma outra Psicologia atenta aos efeitos da colonialidade nas subjetividades atuais.

Colonialidade do poder, saber, ser e gênero

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), um dos precursores do Grupo investigativo Modernidade/Colonialidade (M/C) – caracterizado pelo giro sociológico, linguístico e narrativo das histórias e estudos das ciências sociais e políticas da América Latina –, colonialidade é a continuidade das formas de dominação após o fim das administrações políticas coloniais (colonialismo).

O grupo M/C tem como argumento fundamental a relação intrínseca entre o Estado moderno europeu e o colonialismo, uma vez que a Modernidade traz para o centro do universo o homem (branco europeu), capaz de, por meio da razão, controlar a natureza e os demais seres supostamente diferentes dessa identidade hegemônica. O estabelecimento do ideal de ser humano – homem, branco, europeu, heterossexual, cristão, possuidor de algum bem – criou também o seu outro, o que não corresponde a esse ideal de humanidade. A criação dessa identidade hegemônica moderna se tornou a justificativa para operar a disciplinarização e civilização do outro, tais como negros/as e indígenas, caracterizando-os pela falta de atributos humanos, como a “alma” (CASTRO-GÓMEZ, 2000).

Assim, o colonialismo tem como forma medular de constituição o processo de racialização, colocando em dúvida a humanidade dos sujeitos não-ocidentais. O racismo, como dominação a partir do referencial da aparência ou cor da pele e cultural, tornou-se o princípio organizador fundamental da opressão colonial.

A racialização persiste na colonialidade, que, como já dito, é a continuidade do colonialismo, um termo genérico para designar os muitos “colonialismos” que sobreviveram ao fim do colonialismo jurídico-administrativo. Colonialidade, como bem explica o filósofo porto-riquenho Maldonado-Torres (2007, p. 243),

refere-se a padrões de longa data de poder que surgiram como resultado do colonialismo, mas que definem a cultura, o trabalho, as relações de intersubjetividade e a produção de conhecimento muito além dos limites estritos das administrações coloniais. Assim, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. É mantida viva nos livros, nos critérios de desempenho acadêmico, nos padrões culturais, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações do self, e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna. De certa forma, como sujeitos modernos respiramos colonialidade o tempo todo e todos os dias.

A colonialidade é analisada originalmente pelo grupo M/C a partir de três dimensões, sendo elas a do poder, do saber e do ser. Esta pedra triangular da colonialidade reverbera não só no âmbito político, econômico na divisão do trabalho internacional (colonialidade do poder), mas também nas produções intelectuais (colonialidade do saber) e formas de existir (colonialidade do ser), naturalizando hierarquias territoriais, culturais, raciais/étnicas e epistêmicas que reproduzem as relações de dominação. A esta relação, o grupo M/C deu o nome de colonialidade do poder, saber e ser.

Segundo Quijano (2005), o sistema-mundo que se estabeleceu sob as lentes eurocêntricas rumo ao capitalismo mundial, formando-se desde as grandes navegações, consolidou-se incluindo as mais diversas e heterogêneas histórias culturais, intelectuais e subjetivas existentes ao seu mundo, mas de maneira hierárquica, dicotômica, racializada. A hegemonia europeia ou ocidental engendrou uma cultura global em seu entorno “como parte do novo padrão de poder mundial, a

Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento” (QUIJANO, 2005, p. 121).

Em suma, a colonialidade do poder se desenvolveu a partir da racialização como mecanismo de dominação/exploração e de divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo que é um dispositivo de diferença colonial (centro/periferia, colonizador/colonizado; branco/negro, índio; homem, mulher/macho, fêmea) e a colonialidade do saber voltada para a dimensão epistêmica que silencia e oculta toda forma de conhecimento não ocidental (fora do eixo euro-estadunidense), sendo a colonialidade do ser o seu tripé.

É particularmente interessante à Psicologia o conceito de colonialidade do ser (a dimensão menos trabalhada pelo grupo M/C), pois esta articula com o seu objeto de estudo e intervenção: a subjetividade. O conceito de colonialidade do ser, segundo Maldonado-Torres (2007), refere-se aos efeitos da colonialidade na experiência vivida dos sujeitos colonizados, especialmente do/a negro/a, das pessoas de cor, dos/as indígenas, grupos que se tornam pontos de partida radicais para a reflexão sobre as colonialidades.

Maria Lugones (2014) adiciona um quarto elemento na análise das colonialidades. Além da colonialidade do poder, saber e do ser, a autora nos apresenta a colonialidade de gênero para se referir a generificação dos corpos. Para seguir uma posição decolonial, é preciso haver a indagação do engendramento de padrões eurocêntricos tidos como universais, como ser branco/a, burguês/burguesa, heterossexual, cristão e seu modelo patriarcal em detrimento de outras práticas e modos de ser que ignoram e desvalorizam pessoas.

A autora reitera o conceito de gênero, explicando que ele não se encaixa para pessoas de cor, etnias e não burguesas, de outras religiões espirituais, desdobrando o modelo patriarcal, tendo em vista que essa é uma marca categorial que faz parte de um sistema que se propôs à apagar e destruir formas outras de ser, naturalizando a existência destes como espécies.

À exemplo, enquanto uma mulher, cristã, burguesa, branca, incomodava-se com o sistema patriarcal, com o confinamento do lar e era encarada como um corpo frágil, as outras (de cor, latinas, escravizadas e colonizadas) lutavam pela sobrevivência, para serem vistas como pessoas e não simples fêmeas não-humanas aptas para servir à (re) produção do capital, mão de obra e exploração.

A universalização do ser mulher sem essas considerações é o que Lugones (2014) chama de colonialidade de gênero. Outras formas de ser existiram e existem, mas sofreram e sofrem um emudecimento quando não, uma condenação dentro do processo de colonialidade.

Decolonialidade: um movimento de resistência

A discussão sobre a colonialidade nos impõe pensar sobre os “epistemicídios” produzidos pela epistemologia hegemônica eurocentrada. Dussel (2016, p. 51), assim como outros autores do grupo M/C, afirma que “culturas periféricas foram colonizadas, excluídas, desprezadas, negadas e ignoradas pela modernidade eurocentrada”, formulando que, neste sistema, os dispositivos trabalham de maneira hierárquica e dicotômica, onde há culturas superiores e “as outras” (primitivas). De um lado, a cultura Ocidental e de outro, as culturas pré-modernas, tradicionais, subdesenvolvidas e até bestiais (DUSSEL, 2016). Porém, os saberes colonizados não foram totalmente eliminados: como a música que inicia esse capítulo retrata, estas outras epistemologias existem e insistem em manter sua poesia, sabedoria, rebeldia, teimosia.

Partindo da ideia de que a realidade não é universal e sim, plural, na qual todos os saberes desempenham um papel igual na explicação do mundo, autores do grupo M/C desenvolveram o conceito de decolonialidade, que, como explica Maldonado-Torres (2006, p.117), é “o desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais

poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”. O conceito de decolonialidade não é apenas uma arma contra a colonialidade global, mas também é uma ferramenta para pluriversalizar nosso pensamento sobre o futuro do mundo (NDLOVU, 2017).

Decolonialidade é uma maneira crítica de pensar a partir de lugares epistêmicos ex-colonizados que procuram dar sentido à situação da população de ex-colonizados dentro do sistema mundial atual, que Mignolo (2000) descreve como o moderno sistema-mundo cristão, centrado na experiência euro-americana, patriarcal, capitalista, heteronormativa, racialmente hierarquizada, que surgiu no século XV. (NDLOVU, 2017, p. 136).

Maldonado-Torres (2007) afirma que os “condenados da terra” (inspirado em Frantz Fanon e Aimé Césaire) são sujeitos de transformação da sua própria realidade sem receita impostas de fora. Logo, decolonizar implica na restauração da diferença trans-ontológica, na irredutibilidade do corpo a corpo que funda toda relação humana.

Não se trata de desenvolver uma perspectiva descolonial, ou seja, um processo de desconstruir o colonial, o colonialismo, rumo a um pós-colonial. Longe disso, Katherine Wash (2009) afirma que o decolonial é um posicionamento permanente de tensionamento e de questionamento da colonialidade:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” es marcar una distinción com el significado em castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertirlo colonial; es decir, pasar de um momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar um posicionamiento – una postura y actitud continua – de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, um camino de lucha continuo em el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas. (WALSH, 2009, p. 14).

Decolonialidade é, portanto, em linhas gerais, um movimento de resistência teórico, político e epistemológico, um convite para reinscrevermos nossas perspectivas históricas e passarmos a interpretar nossas estruturas sociais de maneira distinta. O reconhecimento da colonialidade de poder busca nos livrar da legitimidade dada a universalização de narrativa, propiciada pelo eurocentrismo.

O pensamento decolonial, formado por intelectuais latino-americanos, opera esse movimento epistemológico e oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente. Ou seja, a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política – é um movimento fundamental para a renovação crítica das ciências sociais na América Latina no século XXI, defendendo uma postura ética que compreenda e atue no mundo marcado pela colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (BALLESTRIN, 2013).

Por uma Psicologia decolonial

Tendo em mãos essa caixa de ferramentas fornecida por intelectuais da decolonialidade, como podemos erigir uma Psicologia decolonial?

A Psicologia nasce da ideia de ser humano ideal: o já citado homem branco, europeu, heterossexual, cristão, proprietário de bens. No afã de ser aceita como ciência, a Psicologia passou a adotar dois postulados filosóficos: (a) a verdade do homem se esgota em seu ser natural e (b) o caminho de todo conhecimento científico deve ser desenvolvido por meio da análise quantitativa, da construção de hipóteses e da verificação experimental (FOUCAULT, 2006).

Assim como as demais ciências humanas emergentes no século XVIII, a Psicologia se apropria do modelo da Física para criar seu objeto de estudo a partir de um tipo de observação pretensamente imparcial. Essa pretensão de objetividade e cientificidade foi denominada por Castro-Gómez (2005) como *hybris* do ponto zero, denunciando que a visão de mundo ocidental não é o ponto zero, neutro de observação da

realidade. Trata-se de um ponto de vista que finge não ser um ponto de vista, ocultando seu lugar da enunciação.

Esse projeto científico moderno é a base do domínio colonial, pois impõe a visão europeia como uma verdade hegemônica, inviabilizando outros saberes e outras formas de viver, como dos povos originários que habitavam a América. Nesse sentido, compreender a pretensão de imparcialidade e objetividade da ciência, ajuda a Psicologia a enxergar a colonialidade na qual foi forjada e que permanece alimentando.

Com lentes decoloniais é possível à Psicologia perceber o quanto estabeleceu “tipos ideais”, assim como normatizou existências ao padronizar, disciplinar e controlar formas de viver. Nesse processo, a Psicologia contribuiu para a desumanização do ser humano, por meio do qual foi possível dizimar populações indígenas que não pactuaram com a “missão civilizatória” ou escravizar corpos negros sequestrados do continente africano. Dos não-humanos coloniais (indígenas, negros e negras) para os não-humanos atuais: ainda indígenas, com os permanentes genocídios, o não reconhecimento de suas terras e confinamento em demarcações; ainda a população negra, com a brutal extermínio de sua população, especialmente a jovem; e somando-se LGBTs, pobres e todos e todas que não se encaixam no perfil idealizado e desejado do ser branco, hétero, proprietário de algum “bem”.

Na contramão de tais desumanizações, uma proposta de Psicologia decolonial latino-americana foi lançada por Martín-Baró, mesmo antes do termo decolonial ter sido criado. Martín-Baró desenvolveu o que ele chamou de Psicologia da libertação, uma Psicologia Social latino-americana orientada à libertação popular. Para tanto, postulou dois objetivos: 1) redefinição dos modelos teóricos; e 2) fortalecimento das instâncias populares (MARTÍN-BARÓ, 2017).

O primeiro objetivo dessa Psicologia deve ser a redefinição de toda sua bagagem teórica. A Psicologia latino-americana deve retirar sua preocupação com seu status científico e propor um serviço eficaz para as maiorias populares. Isso “não significa descartar todo o acervo existente, o que seria uma absurda e presunçosa insensatez; trata-se de

revisar o conhecimento disponível a partir da perspectiva crítica dos povos marginalizados” (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 83). Para tanto, era necessário teorizar sobre as práticas libertadoras já existentes na América Latina. Eram necessários, então, três elementos para desenvolver uma Psicologia da libertação: um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis. E, uma nova epistemologia exige uma nova forma de busca de conhecimento: *“laverdad de lasmayorías populares no hay que encontrarla sino hay que hacerla”* (MARTÍN-BARÓ, 2006, p. 12).

Já o segundo objetivo defendido por Martín-Baró (2017), é que enquanto os povos não contarem com poder social, suas necessidades serão ignoradas e, portanto, os psicólogos devem contribuir para o fortalecimento das instâncias populares. Para ele, era preciso libertar os psicólogos latino-americanos de tudo o que lhes impede de se pôr à serviço dos povos oprimidos e oferecer a capacidade científica da Psicologia para a transformação social, pois o problema mais urgente que afronta os povos latino-americanos é a miséria opressiva, sua condição de dependência que lhe retira a capacidade para definir sua vida.

Portanto, a perspectiva de Martín-Baró pode ser lida como uma resistência decolonial da Psicologia latino-americana, pois rejeita o ponto zero da ciência moderna e visa construir outras referências epistêmicas que possam contribuir para a solução dos problemas que a colonialidade produz na América Latina.

Levando em consideração o legado deixado por Martín-Baró, propomos alguns tópicos para arriscarmos desenvolver uma Psicologia decolonial contemporânea, que rompa com o discurso de neutralidade científica, pois quem é considerado sujeito do conhecimento e o que é produzido como saber científico são produtos de decisões políticas, mesmo quando não reconhecidas. Assim, uma psicologia que lute por modos de fazer ciência que reflitam criticamente sobre os lugares de privilégios sexistas no campo epistemológico, que superem a universalidade reducionista e que sejam comprometidos com projetos de vida diversificados.

Uma psicologia decolonial que coloque em xeque a si mesma, pois deve analisar o lugar que ocupa nas relações de saber-poder contemporâneas, subvertendo universalismos. Uma psicologia que transborde o *setting* terapêutico tradicional, ocupando as ruas, os centros comunitários, a rede de saúde e assistência social já existentes. Para isso, é necessário acurar a escuta psicológica: uma escuta cuidadosa, acolhedora, ética, não investigativa ou de viés moralizante.

As lentes decoloniais escancaram também a necessidade de a Psicologia operar a partir do conceito de interseccionalidade, ou seja, considerar o atravessamento de questões étnicas, raciais, culturais, de gênero, sexuais, de classe social e território na sua atuação com pessoas ou comunidades. Interseccionalidade entendida não como um recorte, mas como uma forma de compreensão da integralidade do ser, sendo impossível descartá-las. Portanto, uma Psicologia que não essencialize ou universalize as subjetividades humanas, que dialogue com estudos históricos, geográficos, antropológicos, filosóficos, sociológicos, e, obviamente, com o saber popular.

Desta forma, uma psicologia decolonial que tenha um projeto promissor de sociedade; que lute pela igualdade de direitos, oportunidades e seja uma real possibilidade de transformação da nossa realidade. Uma Psicologia da resistência! Que enfrente as desumanizações, pois, como nos diz Maria Lugones (2014), em nossas existências colonizadas, racialmente generificadas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna.

Lugones (2014) nos convida para desatender o raciocínio dicotômico e considerar uma coalização do oprimir – resistir. Segundo a autora, desta junção há um esfacelamento que se torna contraditório à lógica do capital, ou seja, neste lugar habita uma diferença colonial. É um *locus* fraturado que gera um entre-mundo e morar nele é existir de forma criativa, criar novos sentidos.

O conceito de *locus* fraturado se refere às resistências à colonialidade. A fratura reside na presença que resiste, mesmo habitando a dicotomia hierárquica (LUGONES, 2014). Para Fischer (2017), essa

fratura é necessariamente uma práxis que deve desagregar opressões e agenciamentos das pessoas colonizadas em relação aos sistemas de racialização, dominação e disciplinamentos sob a perspectiva eurocêntrica.

Lugones (2014) afirma ainda que, a partir das relações de opressão e resistência, os sujeitos, as relações, os fundamentos e as possibilidades são transformados continuamente, encarnando uma trama desde o *lócus* fraturado que constitui uma recriação criativa.

A resistência à colonialidade nos convoca então a pensar neste corpo-político que fala e no seu *lócus* de enunciação, considerando o que lhe atravessa; é a essas proposições que a Psicologia enquanto ciência da subjetividade deve estar atenta: ao ser que vive atravessado de todos esses interstícios como se fosse um corpo poroso, cheio de fendas e tal qual reflete ao mundo as suas fissuras, bem como, desdobrando-as nele. A resistência à colonialidade é habitar esse entre-mundo, esse *lócus* fraturado que expõe as fraturas na colonialidade.

Considerações finais

Sendo a Psicologia uma ciência que se guia pela performance das palavras, mesmo as não ditas, este capítulo faz uma convocação para sermos “Leitores do Breu”. Para sermos leitores/as do que nos foi apagado; do omitido a nós na formação do sistema-mundo. Para atentarmos ao nosso *lócus* de enunciação, pois precisamos rejeitar a *hybris* do ponto zero, e contar, nós mesmos/as, a nossa história. Então, se o mundo andar para trás, que seja para reconhecer as estruturas coloniais e, no retrocesso, construir a nossa própria História.

Ainda, o capítulo nos convoca à sermos leitores/as de nós mesmos/as, implicando-nos e questionando o nosso ser colonizado para não nos tornarmos cúmplices conscientes ou inconscientes da dominação. Trazendo o inconsciente, o capítulo provoca para sermos leitores/as do perverso e sua estrutura egocêntrica que se acha acima da lei, tal qual o ego-geográfico europeu e estadunidense que nos esmagou e esmaga em nosso território e subjetividade. Norte-Sul, Centro-Pe-

riferia, Primeiro Mundo-Terceiro Mundo etc. Devemos, também, atentar para a colonialidade do ser, pois a partir dela é que se coloniza a subjetividade e o imaginário para manutenção da colonialidade do poder e do saber nas nossas instituições. Trata-se de colocar a Psicologia no rumo da transmodernidade por meio da pluriversalidade dos modos de viver ser.

Sejamos leitores/as das estruturas institucionais políticas, econômicas, culturais, religiosas e linguísticas para que possamos romper com os cordéis manipulados pelos marionetistas no palco da desigualdade social. Que possamos pedir emprestado a arte da palavra-poesia de cordel nordestino e todas as outras regiões quando não pudermos dizer o que nos aflige. Que possamos reconhecer a reza-ritual dos povos originários, dançar com o pé no chão da terra e fazer chover suas sabedorias que atravessam os séculos. Que possamos ser rebeldes, no mínimo de nós mesmos, levantando nossos cartazes ao reconhecer que o mundo está andando para trás. Que possamos não desanimar em nossas lutas, guardar nossas cicatrizes e teimar em agir ao invés de apenas reagir.

E como já apareceu no nosso quintal a palavra tirania, é preciso de uma Psicologia que não acene positivamente aos retrocessos. É preciso sim sair às ruas, à academia, à Psicologia, mas não para gritar a palavra utopia, que remete a um futuro nem sempre factível, mas para agir-transformar nossas práticas acreditando ser possível. Como? Um caminho é a insurgência epistêmica, sem esquecer da poesia, sabedoria, rebeldia e teimosia.

Referências

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, n. 11, p. 89-117. 2013.

CASTRO-GOMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: LANDER, E. (Org.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000, p. 169-186.

CASTRO-GÓMEZ, S. La hybris del punto cero. Ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005. 346 p. Recuperado de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/pensar-puj/20180102042534/hybris.pdf>

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. *Sociedade e Estado (Brasília)*, v. 31, n. 1, p. 51-73, abr. 2016.

FISCHER, S. R. Mulher, performace e ativismo: ressignificação dos discursos feministas na cena latinoamericana. 2017. Tese (Doutorado em Artes da Cênicas) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2017.

FOUCAULT, M. A Psicologia de 1850 a 1950. In: *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 133- 151. (Coleção Ditos e Escritos)

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 80, p. 115-147, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: *Revista Estudos Feministas*. (Florianópolis), v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Césaire's gift and the decolonial turn. *Radical Philosophy Review*, v. 9, n. 2, p. 111-138, 2006.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Castro-Gómez, S.; Grosfoguel, R. (Eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: iglo del Hombre, 2007 p. 127-167.

MARTIN-BARÓ, I. Hacia una psicología de laliberación. *Psicología sin fronteras, Revista electrónica de investigación psicosocial y psicología comunitária*, v. 1, n. 2, p. 7-14, ago. 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

NDLOVU, M. Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial. *Epistemologias do Sul (Foz do Iguaçu)*, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005, p. 107-130.

SILVA, J. “Samba da Utopia”. Por Jonathan Silva. Peça Ledores do Breu, de Dinho Lima Flor, da Cia do Tijolo, 2018. Recuperado de <https://www.lettras.mus.br/jonathan-silva/samba-da-utopia/>

WALSH, K. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.



Vidas precárias em disputa pelo mercado neoliberal:

direitos humanos, biopolítica e necropolítica

Flávia Cristina Silveira Lemos

Dolores Galindo

Ana Carolina Farias Franco

Introdução

O objetivo deste capítulo é interrogar o presente, em um ensaio a respeito de alguns processos de subjetivação, marcadamente, aqueles ligados ao colapso das promessas republicanas e democráticas da oferta do bem comum, da solidariedade, de uma convivência pela reciprocidade e de posicionamentos éticos de vida. Esse colapso tem no neoliberalismo um agenciador de corpos, afetos, valores, relacionamentos e pensamentos capitalizados e neocoloniais, constituídos pelos impérios da atualidade.

Com efeito, tudo é transformado em mercado potencial, cada acontecimento pode ser capturado como vetor empresarial, inclusive, os direitos são agenciados pelo plano utilitarista e instrumental

da compra e venda de serviços, em um mercado que pretende tudo comercializar, até mesmo os corpos, as mentes, os desejos, as relações mais básicas e primárias de nossas existências. Tudo se torna mercadoria e objeto de empresariamento, inclusive, os direitos considerados fundamentais e os princípios democráticos de leis e normas que eram consagradas como intocáveis pela voracidade dos mercados liberais.

Ao pensar o agenciamento de mercado dos direitos com as racionalidades de proteção e cuidado da vida é possível problematizar a atualização de práticas coloniais que coisificavam corpos e os desumanizavam sob os efeitos das classificações estigmatizadoras, apresentadas em termos desqualificantes, tais como: selvagens, primitivos, exóticos, criminosos, traficantes, bruxas, loucos, seres inferiores, deficientes e desajustados, entre tantos outros rótulos e processos de desvalorização de vidas. Bauman (2005) já havia nos alertado para a fabricação de vidas descartáveis pelo mercado, às quais seriam as resistentes aos programas de normalização e destinação da condição de sobreviventes, na mundialização. Trata-se do que ele denominou de vidas desperdiçadas como consequências da globalização (BAUMAN, 1998).

Vidas precarizadas na sociedade de direitos

A precariedade de determinados corpos é criada e ampliada na mesma proporção em que os mesmos são classificados como menos humanos ou não humanos pela cor de sua pele, por sua cultura, pelo local em que vivem, pela indisciplina face às tentativas de enquadrá-los pelo gênero, raça-etnia, classe econômica e sexualidade ou ainda por minorizá-los por indicadores cognitivos e geracionais, por marcadores de território espacial da América Latina, da África, do Hemisfério Sul ou pelas zonas-enclaves de apartheid sanitário-racial do presente.

Os cordões sanitários e securitários ou ainda econômicos e culturais podem ser tão excludentes quanto os vivenciados no período colonial e imperial dos séculos XV ao XX. Estereótipos e características normatizadas são organizados por enquadramentos negativos nas

guerras travadas no século XXI, em outras regras e leis, no interior das soberanias jurídicas do Estado de Direito Constitucional, em tempos neoliberais. Butler (2015) analisou esta prática de produzir guerras pelas inimizades, dimensionando o quanto as ênfases dos enquadres normativos funcionariam, cada vez mais, hoje, pelo aumento intensivo das produções de condições materiais da precariedade de vidas como não dignas de luto, segundo os critérios constituídos em uma determinada sociedade enquanto resultado de práticas sociais de desqualificação.

Há a consolidação do que Mbembe (2018) conceituou como necropolítica, em que o poder soberano suspende direitos e pode matar e escravizar ou explorar e violentar como parte da engrenagem neocolonial, mesmo sob a insígnia dos Estados ainda desejarem ser chamados de democracias liberais. A lógica colonial é atualizada mediante a produção de uma soberania democrática da sociedade de direitos transformada em ficção, em nome da defesa social e da governabilidade que protege e se defende dos supostos perigos advindos dos que insiste em denominar de classes perigosas e subalternas.

Todas as vidas são precárias, contudo, algumas mais do que outras, uma vez que, aquelas colocadas à margem da lei dentro da democracia, correndo o risco de serem mortas e silenciadas, foram alvo de processos de intensificação da precariedade ao extremo. Na medida em que as normativas jurídicas dos direitos fundamentais são suspensas para quem é forjado como inimigo e inferior, o quadro de guerra incide com mais violência sobre estes corpos. É possível afirmar que esses e essas são excluídos de um plano valorativo da dignidade e da igualdade de direitos, sendo lançados ao limbo e até mesmo ao não lugar, em cada situação de expansão de suas existências como mercadorias a serem vendidas e exploradas sem qualquer culpa ou constrangimento público pelos que encarnam os novos imperadores e soberanos da política de morte (MBEMBE, 2018).

Quando juntamos as palavras: “direitos” e “humanos”, a quais humanos estamos nos referindo e quais vidas deixamos de fora,

considerando as relações de saber-poder que excluem e hierarquizam vidas? Ao se tratar da história dos direitos humanos (DH) é recorrente a realização de um mecanismo de separação daqueles que são chamados de civilizados e humanos porque dotados de razão e valor vital daqueles, portanto, destituídos de direitos e humanidade, os quais são denominados de vida não digna e não passível de luto (BUTLER, 2015).

Os grupos destituídos de humanidade perdem os direitos e podem ser inseridos em condições extremamente precárias, tais como as de escravizados, violentados, sobreviventes, mortos, hiperexplorados e refugiados. Vidas precarizadas passam a figurar como objetos disponíveis em prateleiras, são mortas sem justificativa e explicações, pois, estariam na condição de desprezo. Os maiores massacres, segundo Foucault (1988) foram realizados em nome da vida.

Estamos nos referindo aos desprezados e desfiliaados, aos descartáveis e disponibilizados para serem reciclados ou brutalmente usados, abusados e anulados com toda sorte de atos das violências instrumentais, sendo alvos privilegiados e priorizados de serem vítimas dos massacres mais intoleráveis e cruéis, nestes primeiros anos do século XXI.

O uso de uma história contínua, que concebe os direitos dentro de uma linha evolutiva, relacionada a uma suposta expansão da consciência humana deu uma espécie de licença para o exercício da política de morte, denominada de necropolítica e tanatopolítica. A história tradicional era ligada aos nacionalismos, sectarismos, concorrências entre os Estados-nações e prioritariamente voltada ao delineamento de um estatuto da guerra e da produção de grandes impérios e os heróis populistas das nações nomeadas como desenvolvidas.

A partir desta lente que o liberalismo concebeu os chamados direitos humanos como direitos universais e inalienáveis, os quais progressivamente foram positivados em leis e constituíram-se na base do ordenamento jurídico dos estados modernos. Todavia, a questão em jogo não é apenas o sistema de repartição das leis e normas e sim

dos agenciamentos em que estas são suspensas e, ainda, qualquer soberania do Estado de Direito pode ser utilizada para colonizar, exterminar e declarar guerra com a suposta legitimidade do monopólio da violência, sob o manto da governabilidade no Estado de Exceção dentro das democracias liberais (FOUCAULT, 1999, 2008a).

A positivação dos direitos em forma de Lei, nesta perspectiva histórica, é relacionada à consolidação dos valores da liberdade e da igualdade pela Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, e pela Assembleia Nacional Francesa, de 1789, como direitos naturais básicos a serem garantidos e promovidos pelos estados democráticos. Junto com as declarações, às quais estipulavam direitos nascia a modernidade liberal, capitalista e disciplinar em que as leis são subsumidas ao mercado e manipuladas pela lógica da guerra em nome da vida de alguns frente a de outros.

Ao longo do século XX, face aos horrores produzidos pelo holocausto, pelo fascismo, pelas ditaduras, guerras civis e mundiais, pelos genocídios e aprisionamentos-internações perpétuas emerge, concomitantemente, no final da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), à qual produziu a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamando as gerações de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a todas as pessoas pretensamente. Ora, mas quem não seria pessoa nem humano para ser impedido de gozar os direitos humanos e quais seriam os critérios que retirariam a humanidade e a condição de pessoa de alguém ou de alguns e até mesmo, de muitos e milhares?

Uma normativa de defesa internacional e proteção aos direitos humanos entra em uma maquinaria maior e complexa, em que se torna princípio vazio para certos grupos e lei incontestada para outros. Ainda que não tenha força legal, considerando que não foi resultado de negociação entre as Nações, as cartas de direitos humanos não seriam necessariamente obedecidas e aplicadas para todos e todas. A sua validade e aplicabilidade entraria em um jogo permanente de uma política da inimizade e de um comércio valorativo para mercantilizar

e empresariar alguns e matar e escravizar ou violentar e encarcerar tantos outros.

Muitos tratados e convenções foram assinados pelos países integrantes do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) para construção de um aparato normativo legal e um sistema internacional de proteção aos direitos humanos, após as grandes guerras mundiais e, depois dos holocaustos e ditaduras. Porém, as guerras foram transformadas e, em nome da paz, outras formas de extermínio e espoliação colonial-totalitária ganharam vulto e materialidade, no cotidiano dos territórios e nos corpos alvo das biopolíticas e necropolíticas contemporâneas (FOUCAULT, 2008a; MBEMBE, 2018).

As tecnologias disciplinares promoveram um adestramento dos corpos, ao incidir sobre os mesmos, os manipulando e modelando, ao passo que, suas forças multiplicaram a fim de tornar-lhes úteis, economicamente, e dóceis, politicamente. Elas capitalizaram o tempo e distribuíram os corpos em curvas de avaliação, os agenciando na racionalidade meritocrática e do desempenho como norma de saúde e governo para o ajustamento de condutas normalizantes e normalizadoras. Por isto, Foucault rapidamente entendeu que “a máquina asilar deve sua eficácia a certo número de coisas. Em primeiro lugar, o enquadramento disciplinar ininterrupto” (FOUCAULT, 2006, p. 201). O asilo seria um protótipo de campos de concentração em conexão dos meios, tanto os abertos quanto os fechados, em correções recíprocas.

O que fugisse a este esquadro seria patologia, desvio, crime, selvageria e delinquência, ausência de razão e loucura. Os espaços funcionais e hierarquizados eram moduladores da história política de um processo normalizador e legalista de formar subjetividades disciplinadas e dispostas a efetuar um trabalho para o lucro incessante até mesmo nos relacionamentos de amizade e familiares. A capitalização das relações e do conhecimento foi uma das estratégias do capitalismo mundial integrado para orquestrar e agenciar a docilidade e submissão produtiva dos corpos e desejos à sobrecodificação

neoliberal do controle à céu aberto, crescente e centrípeto, cada vez mais rápido e volátil.

A criação do anormal e do indigno de luto e direitos foi sendo tecida no bojo da sociedade em que vivemos, marcada pela égide imperialista dos colonialismos pós-guerra fria (SCHWARCZ, 2019). Os autoritarismos da atualidade foram parte das práticas ditatoriais e fascistas anteriores, reorganizadas e atualizadas por uma nova fase do capitalismo mundial integrado.

As repúblicas, em diferentes lugares do mundo de hoje estão atravessadas pela exclusão e desfiliação dos ditos indesejáveis e descartáveis pelos regimes de exceção do mercado de direitos, em que fazer viver e deixar morrer faz parte de um cálculo econômico e político da guerra continuada por outros meios, em períodos de suposta paz; pois, o que é chamado de paz é a guerra realizada com outras armas e ataques, por meio de um plano cultural, social e subjetivo que traça os parâmetros de precariedade de cada vida e grupo social (BUTLER, 2015; CASTEL, 2008).

A medicina social nas cidades organizou o espaço urbano e combateu o que definia como desordem social, por meio da indução de hábitos ditos “civilizados”, especialmente, voltados as camadas populares. O poder médico se estendeu também as práticas penais, ajudando a construir o conceito de periculosidade no interior da criminologia. Com a introdução deste conceito no campo das práticas judiciárias, o indivíduo considerado perigoso é aquele que é avaliado ao nível de suas virtualidades e não, necessariamente, ao nível das infrações realmente cometidas. O que se julga é mais uma suposta tendência à delinquência, do que o crime em si. Cabe destacar que a avaliação da periculosidade é realizada com base em uma série de saberes, que incluem os médicos, antropológicos, criminológicos e psicológicos. Sobre aproximação dos saberes da Psicologia com as práticas judiciárias, Prado Filho (2012) chama atenção para os exames, os quais se constituem em instrumentos para detecção dos pequenos desvios,

considerados como indícios da formação de um caráter moralmente defeituoso.

Em **Vigiar e Punir**, ao afirmar que “as ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas” (FOUCAULT, 1999, p. 183), o filósofo faz notar que as democracias liberais, caracterizadas por um quadro jurídico de igualdade e liberdades formais, foram garantidas pela adoção de uma série de mecanismos de poder que promoveram um sistema de vigilância sobre o corpo social. O corpo se tornou objeto de saber também nas sociedades disciplinares. A noção de humano foi sendo construída pelas Ciências Humanas, no século XIX, a partir dos critérios de normalização.

As normas atuam estabelecendo distinções, classificações e hierarquizações, criando a oposição binária entre o que é normal e anormal. A regulamentação da norma age sobre a multiplicidade, gerindo-a, estabelecendo uma gradação das diferenças individuais e, também, uma otimização das diferenças. Neste aspecto, Foucault (1999) nos chama atenção que o “homem” ou o “humano” é uma abstração e, ao mesmo tempo, um efeito de saber-poder das ciências humanas que objetivaram e a subjetivaram o corpo como alma. O humanismo criou a noção de sujeito moderno como sujeito de direitos, um indivíduo autônomo e capacitado pela razão.

Outro poder normalizador que passou a objetivar a majoração da vida, mas que não incidiu sobre o corpo dos subjetivados como indivíduos, foi a biopolítica, a qual se centrou sobre o conjunto dos homens, enquanto segmentos populacionais. No século XVII, a expansão demográfica, o aumento da produção agrícola e da circulação monetária na Europa foram as condições histórico-sociais que fizeram surgir a preocupação específica com o problema da população e suas formas de governo.

A segurança da população, em substituição a proteção do território, emergiu como preocupação dos governantes, possibilitando a criação de um estado governamentalizado (FOUCAULT, 2008a).

O liberalismo constitui-se como um modo de governar no capitalismo, por meio de técnicas de manejo da população, garantindo sua liberdade, entendida como “a independência dos governados em relação aos governantes” (FOUCAULT, 2008a, p. 57). O liberalismo implica na ideia que o estado sempre governa demais, logo propõe a formulação de um estado mínimo. Na atualidade, o neoliberalismo promoveu mudanças nesta racionalidade, radicalizando o mercado como critério de decisão das ações políticas, econômicas e culturais. Ambas as artes de governar fazem da biopolítica modos de intervenção sobre a população.

A biopolítica como tecnologia de governo tem como objetivo a majoração da riqueza, vida e saúde da população. Esta tecnologia considera os fenômenos populacionais aqueles processos que são próprios da vida, como a natalidade, a mortalidade, a higiene e a saúde pública. São chamadas de dispositivos de segurança as técnicas que produzem um campo de intervenção sobre a população. Castel (1987) aponta que, nas últimas décadas, a sofisticação dos sistemas informacionais permitiu o aprimoramento da gestão de riscos, uma vez que possibilitou a criação de fluxos de população, pelos quais podem ser definidos critérios de diferenciação. A gestão social é pautada, cada vez mais, em práticas preventivas, cujo objetivo é o rastreamento de riscos.

Para regular tais fenômenos de controle dos riscos e perigo foram produzidos saberes técnicos, como a estatística, a qual se tornou fundamental para gestão da população. Por meio dos mapas estatísticos, os fenômenos populacionais são transformados em taxas, utilizados no planejamento das intervenções sobre os segmentos populacionais. Os mapas estatísticos permitem ainda produzir um cálculo de risco, pelo qual são definidas as zonas de perigo e as curvas de normalidade (FOUCAULT, 2008a, 2008b). De acordo com o autor, um risco “não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de risco) que tornam mais ou

menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis” (CASTEL, 1987, p. 125).

Mercado da precariedade de vidas comercializadas e exauridas: punição e massacre

A judicialização implica em uma prática de encaminhamento dos desvios das normas sociais ao Poder Judiciário com frequência e, em geral, como primeira instância de governo das condutas, às quais fogem aos padrões socioculturais e afetivos considerados adequados e ajustados para determinados modelos de ser, sentir, pensar e agir. Com efeito, é possível afirmar que há uma relação cada vez mais intensa entre normas e leis, nos mais diversos âmbitos da sociedade, nas múltiplas instituições e organizações, tanto as estatais quanto as privadas.

A relação entre as normas e as leis foi estudada pelo filósofo francês Michel Foucault (1979, 1999, 2008a). De acordo com Foucault (2008a), há uma inflação jurídica nas práticas sociais, cada vez mais acirradas, nas últimas décadas. Face aos mínimos desvios sociais das normas instituídas instalam-se medidas judiciais, muitas delas, penais e fortemente rígidas; além de, em vários casos, serem usadas de modo antecipado às outras possibilidades de intervenção social, cultural, afetiva e econômica. Além da esfera penal intensificada, há uma expansão imensa das práticas punitivas enquanto forma de mediação de tensões.

Na lógica da judicialização, o que está em jogo não é só a afirmação de direitos como processos singulares, mas também e, principalmente, as estratégias de normalização. A lógica penal, que muitas vezes atravessa as práticas de proteção, sustenta o rigor das leis para solução daquilo que se inventou como uma “problemática social”. A criminologia crítica é outro campo do saber que aponta que em nome da proteção dos direitos tem ocorrido a inflação das políticas criminais e o encarceramento massivo de segmentos específicos da população.

Esta perspectiva, que se posiciona como crítica a Teoria do Direito Penal, aponta a partir de autores como Foucault que a distinção entre os que estão dentro e fora dos cárceres, está menos no ato criminoso, do que nas formas de objetivação dos indivíduos e a gestão das ilegalidades. O Sistema Penal surge na vida dos indivíduos quando outros processos de controle social fracassam em seu processo de disciplinarização, produzindo a figura do desviante ou delinquente. E é seletivo, na medida, em que define as ilegalidades a serem toleradas, bem como as que não devem ser, segundo delimita Wacquant (2003).

O agravamento das desigualdades sociais é “contornado” pelas políticas penais; dirigidas as populações mais pauperizadas. O apelo securitário é proferido não somente pelo Estado, mas por toda sociedade, em nome da defesa e da segurança da população. Batista (2008) nota que, até mesmo, os movimentos sociais têm se aproximado dos discursos dos movimentos por lei e ordem, na medida em que adotam em suas lutas a pauta da criminalização como ponto crucial das demandas ao Estado hoje.

Os trabalhadores dos asilos segregativos se assemelham aos carcereiros das prisões (FOUCAULT, 2006). O bloqueio do isolamento teve uma função, e ainda tem, de expulsar a miséria das cidades, desqualificá-la, torná-la louca, produzi-la como perigosa e patologizá-la (BASAGLIA, 1985). O recrudescimento do sistema penal e a seletividade implicada no mesmo, que faz com que uma parcela da população seja marcada pelo estigma da periculosidade, traz à tona a racionalidade racista, característica do biopoder. Sobre o racismo, Foucault (2008b) nos diz que foi este que tornou possível a reativação do direito de matar nas sociedades biopolíticas.

A “Era dos Direitos”, para usar a expressão de Bobbio (2003), com sua proliferação massiva de leis, códigos e normativas acerca dos direitos humanos correspondeu também ao período em que mais se cometeram massacres na história do Ocidente. O racismo legitimou o direito de matar em uma sociedade que objetiva a proliferação da vida. Sobre o conceito de raça, Guibernau e Montserrat(1997) evidencia ser “um

modo de nomear a diferença entre os membros de uma coletividade particular e a ‘outra’, ‘a alheia’” (p. 95). É aquilo que estabelece uma fronteira entre as populações humanas, a partir de certas características biológicas e culturais. Para a autora é ainda o conceito que será utilizado com o intuito de prover a classificação dos indivíduos.

Foucault (2008b) descreve o racismo como a racionalidade que promove a censura biológica entre as espécies, determinando e diferenciando à espécie da subespécie. Em nome da defesa da super-raça, a guerra é promovida e define quem deve ou não deve viver. Na lógica de hierarquização das vidas, a morte do outro é entendida como garantia de purificação da espécie. Assim, o que se tenta garantir é a eliminação dos perigos, sejam eles internos ou externos à população por meio das guerras racializadas e sob a racionalidade da economia política dos usos de corpos e subjetividades como mercadorias e propriedade de corporações e impérios.

Ao Estado é dado o papel de promotor da pureza racial, posto que o racismo conserva a utopia da sociedade perfeita, livre da degenerescência moral, em um projeto que não pode acolher a todos de maneira igualitária. O direito de matar será legitimado em nome da defesa da sociedade. Ao falar de função assassina, Foucault ressalva que esta não se refere somente ao extermínio direto, mas também à possibilidade de morte política, da expulsão e da rejeição. O racismo impulsionou o processo de colonização promovido pelos estados modernos, estimulando o genocídio de civilizações, justificadas pelo uso do discurso evolucionista.

Para Agamben (2010), o nazismo e o fascismo são campos puros de “Estados de exceção”, isto é, um estado que expõe a vida de alguns fora do que se elaborou como proteção legal do Direito Constitucional ou de Direitos Humanos. Para o autor, o que deveria ser constituído como excepcionalidade se torna regra e, assim, a vida nua é inserida na ordem jurídica pela via da exclusão, o que a expõe a possibilidade de ser exterminada. A máxima popular e conservadora que apregoa “direitos humanos a humanos direitos”, indica que há alguns grupos

que se encontram excluídos do status de humanidade, aqueles considerados como desviantes.

Segundo Ewald (1993), o Direito tem articuladamente à Psicologia, à Pedagogia e ao Serviço Social, constituindo um dispositivo de segurança, em que se antecipa a ideia de risco e perigo, forjando uma intensa judicialização da sociedade. A virtualidade de um ato passa a ser computada como se certo acontecimento tivesse de fato ocorrido, assim, são julgados fatores de risco, probabilidades e não necessariamente atos em si. Uma sociedade punitiva se amplia por meio da relação judicializante da vida; todavia, ela igualmente se materializa na normalização do Direito e na expansão intensiva da lógica de tribunais para as relações cotidianas de nossa sociedade.

A judicialização é um acontecimento que marca as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI, se manifestando nas democracias representativa e participativa, embora de modo heterogêneo, em ambas. Prado Filho (2012) pondera que a justiça deixa de ser um administrador de litígios particulares entre indivíduos para se tornar um problema de manutenção da soberania dos Estados. Um amplo esquema jurídico e uma densa maquinaria burocrática são constituídos com fins de estabelecer a regulação socioeconômica, afetiva, cultural e política em termos de aplicação da lei e da ordem.

O que não termina e possibilita problematizar

Segundo Nascimento (2012), sob a justificativa supostamente classificada como bem-intencionada da proteção ou da prevenção, são organizadas máquinas de matar e silenciar, de prender e explorar, de normalizar e punir: culpabiliza-se, vitimiza-se, criminaliza-se; enfim, pequenas e grandes mortificações do deixar morrer e do fazer viver são forjadas e reproduzidas no governo da vida. A proteção social e a segurança ganham legitimidade para organizar processos vitais. A seguridade social agencia e é agenciada pelo Estado de Direito e a força de um governo é medida pelos indicadores, traduzidos em uma

política da vida que avalia, compara, enquadra, inclui e modula, em uma economia liberal de base jurídica.

As normas colonizam o Direito e são por ele colonizadas, destaca Foucault (1979, 1996, 1999). Um direito normalizado e normalizador entra em cena, acionando outras máquinas, equipamentos, táticas e instrumentos, novas tecnologias de controle e de extermínio e massacres neocoloniais. Concluindo, com efeito, problematizamos a relação entre os campos da vida e dos direitos humanos, dando visibilidade à emergência histórica desta relação. Sem dúvida, a gestão da vida e do corpo como prática neutra e meramente técnica. “O que transformou a penalidade na virada do século foi o ajustamento do sistema judiciário a um mecanismo de vigilância e controle [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 124).

A contenção pode acontecer não apenas por paredes e camisas-de-força. A atuação de uma rede denominada substitutiva de saúde, de educação inclusiva e assistência compensatória irá permitir modulações equitativas e corretivas de desempenhos e capacidades, de ampliação da cidadania e até mesmo criação de cidadania para os que estavam destituídos dessa condição. Afinal, ser cidadão ficou condicionado à razão, à noção de civilidade, ao desenvolvimento das capacidades e a contratualidade social e econômica (MILLER; ROSE, 2011).

Assim, de acordo com Deleuze (1992), as novas liberdades são investidas de mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. A autonomia, em consequência, deve operar visibilidade para investir em empresas da saúde, das relações, do trabalho, do lazer, das penas e dos exercícios físicos. Uma sociabilidade baseada na disciplina em meio aberto é a extensão do controle cotidiano por terapêuticas com caráter de aprendizagem (CASTEL, 1987).

Por isso, cada vez mais a educação visando à autonomia se tornou chave para a produção de corpos dóceis e obedientes à ordem social. Dessa forma, tornar-se produtivo e criativo sem questionar as regras passou a ser um indicativo de normalidade (MILLER; ROSE, 2011). Contestar seria possível, a partir de então, somente por meio

de comitês, associações, grupos organizados para reivindicar serviços e melhorias de atendimentos. A participação social surge como mediadora de interesses e tensões nas democracias, em prol da gestão de riscos e perigos. Ou seja, deslocar as energias e revoltas para coesões sociais foi uma maneira de dissuadir a crítica e a contestação, em nome da paz e da união dos povos (DONZELOT, 1986).

A produção da autonomia em meio à vida comunitária, familiar, social e produtiva ganhou o estatuto de desafio às psicologias adaptativas e às práticas educativas, ao longo das últimas décadas do século XX, segundo Miller e Rose (2011). O corpo a ser educado e reeducado, moldado e remodelado seria a matéria da ortopedia moral e normalizante (FOUCAULT, 2014).

A gestão das performances moduladas por graus de limitações e capacidades constituem o novo alvo de suas intervenções. Entre os novos mecanismos de controle em meio aberto, encontra-se a expansão de tecnologias, tais como as ultrassonografias, as ressonâncias magnéticas, o uso indiscriminado de psicotrópicos, mapeamentos genéticos, psicoterapias diversas, desde as de controle cognitivo-comportamental até as humanistas e psicanalíticas (LOUGON, 2006). Volta-se, aqui, à disciplina como mecanismo inclusivo de adestramento de condutas, para ampliar capacidades e diminuir resistências políticas.

Por isso, a oferta de segurança e de liberdade oscila em paradoxos de governo das condutas, em nome da defesa da sociedade. É nesse sentido que Castel (1987) declara que o estatuto do diagnóstico de deficiência confere um estatuto e um lugar social, bem como define circuitos especiais e direitos específicos. A política social é organizada como governo das condutas, em um mercado dos desadaptados, dos suspeitos e dos diagnosticados com anomalias diversas, racionalizados em bancos de dados. Nesse aspecto, ganham notoriedade avaliações psicométricas e projetivas, mescladas às terapias comportamentais ou mesmo à atenção psicopedagógica de cunho humanista, ocupando lugar de evidência e orientando as práticas de cuidado nas diversas políticas públicas (CASTEL, 1987).

A saúde e a educação, bem como a assistência social, se tornaram mercados rentáveis, os quais comercializam desempenhos e déficits, gerenciados como dimensões de capital humano, investidos por empreendimentos e vendidos no mercado de serviços de cuidado, ao longo da vida. Como afirma Deleuze (1992), na sociedade de controle, tudo se torna serviço a vender e a comprar, durante toda a vida, em modulações flexíveis, em meio aberto, reformadas em crises permanentes.

Sistemas de vigilância em meio aberto e controle por diagnósticos, avaliações permanentes, testagens constantes e encaminhamentos para redes de serviços descentralizados são interligados por sistemas instantâneos de comunicação e agenciados em todo momento em nome da saúde, da segurança e do cuidado social (CASTEL, 1987). A organização dos corpos passou a atuar em um jogo da limitação de liberdades dos espaços abertos, visando conferir uma elasticidade às fronteiras (FOUCAULT, 2008b). Mais do que uma subjugação dos corpos, trata-se agora de uma sedução das mentes, de uma colonização das consciências na variedade de suas relações sociais (DELEUZE, 1992).

A internação se torna um dispositivo de exceção, contudo, poderá ser acionada em algum momento, mesmo que rapidamente, para conter a então chamada crise. A naturalização da palavra crise e da prática de geri-la entra em vigor, contudo, para lidar com grupos sociais chamados de risco (CASTIEL; GUILAM; FERREIRA, 2010). Um mercado de serviços é fabricado em nome da psicopedagogia, dos diagnósticos diferenciais, do cuidado como investimento de bem-estar, em saúde. Gerir relações e maneiras de se posicionar nas mesmas e governar condutas em diferentes espaços passou a ser um desafio para efetuar relações normalizadas e normatizadas.

Ilhouz (2011) chega a chamar esse mercado de capitalização das relações, por meio das terapias educativas e reeducativas. Uma discriminação negativa é operacionalizada para aqueles que foram fragilizados em sua cidadania, no mercado da saúde e da assistência psicopedagógica. Nesse sentido, há um bloqueio de segregação, em

bairros da periferia e com menos acesso aos serviços de cuidados para os grupos sociais bloqueados de contratar cidadania pelo consumo de serviços e técnicas terapêuticas ditas mais leves, como as psicoterapias privadas, os espaços de cultura pagos e os postos de trabalho mais remunerados. Esses grupos segregados foram designados autóctones da República, cercados por cordões sanitários e econômicos, separados pelas barreiras das moradias em bairros distantes dos centros urbanos e em moradias precárias (CASTEL, 2008).

Ainda há, também, uma atualização dos asilos fechados, no encarceramento em massa, nas prisões de segurança máxima, em especial, para os que cometem atos infracionais considerados de grande impacto na sociedade atual, sobretudo no caso dos que comercializam drogas ilícitas e os que cometem violências sexuais e físicas, criminalizadas e hostilizadas socialmente, principalmente quando cometidas contra familiares e pessoas próximas (WACQUANT, 2003). Simultaneamente, desospitalizações ocorreram, sendo fechados leitos em hospitais psiquiátricos. Penas alternativas foram criadas para os crimes chamados de menor potencial ofensivo.

Nesse sentido, Foucault (2008b) afirma que a busca pela saúde e bem-estar se torna um objetivo psicopedagógico e médico-psicológico disciplinar de cunho moral, normativo e normalizante, questionando as estruturas hospitalares. A educação em saúde, na modalidade disciplinar e aberta, opera cada vez mais pela gestão de riscos aliada à psicologia da educação e comunitária. O mecanismo disciplinar é utilizado para organizar, ordenar, limitar, regradar, educar, reeducar, adaptar e readaptar, normalizar e normatizar corpos.

A ideia de qualidade de vida e bem-estar modula a disciplina tática em meio aberto, entre os estímulos incessantes aos processos de desenvolvimento, governo de riscos e ampliação de capacidades, sempre na corrida para superar defasagens e aumentar desempenhos, na produção da saúde como ordem e lei, mediada por técnicas terapêuticas psicopedagógicas e médico-psicológicas. A saúde obteve um estatuto de investimento e a psicopedagogia aliada, à medicina

social, representa um meio de alcançar e empreender capacidades diversas e adquirir capital social, humano e emocional. Seguindo os ensinamentos de Ilhouz (2011), é possível afirmar que a educação tem se tornado cada vez mais psicologizada e a terapia se estendido para os mais diversos espaços sociais, capaz de contribuir para capitalizar desempenhos e relações a serem disciplinadas pela psicopedagogia, na condução dos corpos e das vidas, sendo que, os resistentes a este modelo são silenciados, internados, encarcerados, espoliados, escravizados e mortos.

Martín-Baró (2017), em uma visada libertária, propõe uma Psicologia Social de intenso questionamento aos colonialismos na América Latina e como estes criaram uma relação de extorsão e usos da região que deveriam ser alvo de intensa reflexão das Psicologias para resistirem como um programa ético, estético e político. Olhar de outra maneira e com outras ferramentas para a América Latina é um projeto fundamental para as Psicologias que insistem em tensionar os desmandos e as necropolíticas das corporações internacionais e dos impérios que tentam continuar massacrando os povos latino-americanos. Neste sentido que Lemos e Galindo (2013) pensaram as resistências indígenas no Brasil, após o massacre realizado, no Mato Grosso do Sul contra os Guarani kaiowá. A psicologia tradicional e colonializadora interpretava a carta sobre a morte como luta destes povos por uma categoria nosológica de enquadramento patologizante das práticas de contrapoder indígena, chamando de suicídio o que não era doença nem transtorno.

Uma psicologia libertária é crucial para realizar resistências à histórica precarização das subjetividades nos territórios do hemisfério sul, em especial, os da América Latina. Portanto, a precariedade deve ser enfrentada e utilizada no bojo da biopolítica e da necropolítica com esta visada libertária para que seja possível acreditar que diante dos processos mais intensos de dominação e controle social, às tentativas de massacres e violências sistemáticas realizadas nas terras que eram há milênios de indígenas.

Não se pode dizer que os chamados estudos pós-coloniais tenham tido uma origem única, mas, de modo geral, é possível localizar na década de 80, sobretudo no âmbito da crítica literária na Inglaterra e nos EUA, o início de escritos que buscavam combater essencialismos derivados da situação colonial, bem como concepções de mundo e história centrados nos países hegemônicos. (ALVES; DEMONDEZ, 2019, p. 650).

Alves e Delmondez (2019) apontam a relevância dos povos subalternizados historicamente exercerem uma psicologia política, à qual elas denominam de pensamento decolonial. Nesta vertente de resistência, as vozes dissonantes da matriz eurocêntrica e norte-americana das psicologias modernas iniciam um processo de sublevação que forja alianças com outros saberes e não se reduz aos discursos denominados científicos centralizadores das experiências importantes para o cuidado e análises das práticas psicossociais. Só chamamos a atenção para que em nome da crítica fundamental aos colonialismos não caírmos em uma cilada identitária e essencialista que poderá nos lançar em outras prisões e colônias subjetivas que podem dar subsídios para outras modalidades de massacres e dominações.

Referências

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. Contributions of decolonial thought to political psychology. **Rev. Psicol. Polít.** (São Paulo), v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2019.
- BASAGLIA, F. **A instituição negada**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Amsterdã: Elsevier, 2003.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CASTIEL, D. L.; GUILAM, M. C. R.; FERREIRA, M. S. **Correndo o risco**: uma introdução aos riscos em saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EWALD, F. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Editora Veja, 1993.
- FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: a história da violência nas prisões**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Filosofia, diagnóstico do presente e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 2014. (Coleção Ditos e Escritos X).

GUIBERNAU, B.; MONTSERRAT, M. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ILHOUS, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LEMO, F. C. S.; GALINDO, D. C. G. Massacre e resistência Kaiowá e Guarani: interrogações às Psicologia nos traçados do intolerável. **Psicol. Cienc. Prof.** [online], v. 33, n. 4, p. 976-987, 2013.

LOUGON, M. **Psiquiatria institucional: do hospício à reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2011.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. spe. p. 39-44, 2012.

PRADO FILHO, K. Uma breve genealogia das práticas jurídicas no Ocidente. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. spe. p. 104-111, 2012.

SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WACQUANT, L. **Prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana

Deivis Perez

Ruchelli Stanzani Ercolano

Introdução

Este texto é uma incitação ao exame e à asserção da validade na contemporaneidade da dialética empregada sincronicamente para a apreensão das movimentações do real e produção de interpretações e saberes teóricos sobre ele buscando ocasionar e fundamentar a atividade transformadora da pessoa em relação a si e ao corpo social em que está inserida. Trata-se da dialética concebida à maneira de Karl Marx (1867/2017), não como um processo de idealização autossuficiente a partir do qual deriva a concretude da realidade, mas como um recurso racional, sistemático e minucioso capaz de ensejar tanto o entendimento do real, seus enredamentos, suas múltiplas determinações e contradições, quanto a ação humana crítica e revolucionária. Especificamente, optou-se por apresentar um dispositivo metodológico, denominado Instrução ao Sócia (I. S.), o qual, segundo o modo como o compreendemos, assinala a robustez,

relevância e potencialidade nos dias correntes dos usos da dialética, conforme engendrada por Marx.

A I. S. que fazemos referência foi sistematizada por estudiosos do campo da Psicologia do Trabalho liderados por Ivar Oddone no quadro do Movimento Operário Italiano, em pesquisas desenvolvidas em colaboração e parceria com trabalhadores da indústria automobilística italiana dos anos 1970. A contar de meados dos anos 1990 este dispositivo foi gradualmente apropriado pelos expertos que atuam no contexto teórico da Clínica da Atividade, notadamente aqueles liderados por Yves Clot no *Conservatoire National de Arts e Metiers de Paris* (CNAM), os quais adotam os aportes elementares da Psicologia Histórica-Cultural ou Psicologia Sócio Histórica Cultural de Lev Semenovich Vigotski.

É importante evidenciar que o presente artigo torna pública uma nova etapa da lide investigava dedicada à contextualização para o Brasil de dispositivos metodológicos de intervenção e pesquisa realizados pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia Sócio Histórica Cultural, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq) e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ainda, vale destacar que, uma introdução teórica à dialética marxiana seguida de um conciso delineamento da I. S. foram registradas pelos integrantes deste grupo de pesquisas no artigo de Perez, Ercolano e Rocha (2017) nomeado Notas acerca da dialética como método e o caso contemporâneo do seu uso na mediação e transmutação social, publicado pela editora da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) no livro **Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista.**

Entretanto, naquela produção textual não foi feita a decifração das referências teóricas fundamentais da I.S. e não foram registrados os movimentos e as fases da sua aplicação. O interesse pela dialética e por este dispositivo metodológico se mantiveram em função do seu uso crescente em trabalhos acadêmicos oriundos de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, conforme aponta o estado do

conhecimento elaborado por Ercolano e Perez (2015)¹ sobre os usos da I.S. no marco da Clínica da Atividade em nosso país. Este estudo, que levou em conta pesquisas que resultaram em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas entre os anos de 2007 e 2013, registrou dezenove finalizados naquela divisão cronológica nas áreas da Linguística (8), Letras (2), Educação (3), Psicologia (5) e Saúde Pública (1). É significativo salientar que a maioria das investigações (11) teve fim após 2011.

Não obstante a florescente utilização da I.S. no ambiente científico, observa-se uma lacuna nos estudos especializados no que diz respeito a dilucidar o conjunto de referências teóricas que favoreceram o surgimento e incremento da I.S. e, também, um hiato relativamente às prescrições e indicações norteadoras da sua execução tanto por psicólogos e analistas do trabalho interessados em contribuir com trabalhadores que necessitam modificar as suas condições ocupacionais, quanto por pesquisadores que a adotam para a coleta dos dados em investigações acadêmicas. Em face disto é que decidimos retomar o debate acerca da dialética marxiana por intermédio do exame da I.S., bem como os fundamentos teóricos que estão na base dos desenvolvimentos deste dispositivo e uma leitura sobre a sua metodização aplicativa.

Instrução ao sócia: produção, desenvolvimentos e possível leitura marxiana

A I. S. emergiu alicerçada nas preocupações e questionamentos de Ivar Oddone (1986) e colaboradores em relação às práticas tradicionais das áreas da Saúde e Psicologia do Trabalho dedicadas a lidar com o sofrimento de pessoas em ambientes laborais e, também, com o estranhamento dos profissionais com relação ao seu próprio trabalho e a conseqüente necessidade de apropriação dos saberes ocupacionais pelos

.....
1 ERCOLANO, R. S.; PEREZ, D. **Estado do conhecimento sobre a instrução ao sócia**. Departamento de Psicologia Social e Educacional da UNESP, 2015. (Documento de circulação interna).

trabalhadores. A partir dos anos 1990 o dispositivo foi gradualmente assimilado e contextualizado para a realidade laboral francófona por Yves Clot e sua equipe no cenário teórico da Clínica da Atividade. Em síntese, a I.S. consiste na descrição feita pelo trabalhador do seu labor rotineiro a um pesquisador, psicólogo ou analista, de modo a criar as condições para que o obreiro fale sobre o seu cotidiano laboral, (re)descubra e (re)examine o seu ofício e tome consciência dos seus aspectos estruturantes, potencializadores, dificultadores e impeditivos. Ainda, o dispositivo visa oferecer ao trabalhador a possibilidade de ampliar o seu poder de atuação sobre o meio e sobre o seu trabalho, de desenvolver ou aprimorar as suas capacidades cognitivas, afetivas e sociais, e de torna-lo sujeito de sua atividade por intermédio da instalação da dialogia e da movimentação coletivas direcionadas a modificação do entendimento e do fazer laboral.

A I. S. surgiu por ação de Oddone, médico e psicólogo, que possuía forte engajamento e sintonia com os movimentos sociais dos trabalhadores da Itália dos anos 1970. É importante observar que Oddone buscou se desvincular do modelo científico psicológico dominante no seu tempo, o qual estava orientado para tomar os trabalhadores como meros objetos de intervenção e direcionado a ensinar a adaptação da pessoa ao seu contexto ordinário de trabalho. Oddone e seus colaboradores assumiram um novo paradigma de ação que partia das experiências, conhecimentos e críticas dos sujeitos a respeito do trabalho que realizavam e da abordagem integral e contextualizada dos seus problemas, impedimentos e situações excruciantes. A intenção era que o coletivo de trabalhadores se tornasse capaz de intervir e dirigir as transformações em seu ambiente de labuta de modo a romper com a visão dominante nas Ciências do Trabalho daquela quadra histórica, a qual atribuía aos especialistas os saberes produzidos sobre o trabalho e que resultava em mudanças nos processos produtivos à revelia das necessidades e conhecimentos dos trabalhadores. Em face disso, se buscou construir um dispositivo metodológico que viabilizasse o assenhoramento consciente e ativo da

atividade laboral pelos trabalhadores, que deveria incluir os aspectos invisíveis, subentendidos, implícitos e não expressos do trabalho, de maneira humanizada e contextualizada. Assim, Oddone concatenou a I.S. como instrumento metodológico que deveria criar as condições favoráveis aos trabalhadores para o reconhecimento da experiência profissional em sua complexidade num movimento de pesquisa e ação que partia da experiência destes para a construção de metamorfoses nos processos de trabalho.

Destarte, Oddone asseverou a existência, na essência da atividade dos trabalhadores de uma área específica, de componentes que ultrapassavam aquilo que podia ser observado e assimilado por um estudioso externo a um coletivo profissional. Ao reconhecer isto, o passo seguinte foi tornar os trabalhadores protagonistas dos procedimentos de examinação laboral, em coadjuvação com um psicólogo ou pesquisador. Desta forma, conforme Oddone, a I.S. foi elaborada para favorecer a redescoberta do ofício pelo trabalhador tendo em vista que o dispositivo foi desenvolvido para abarcar da forma mais fidedigna possível a totalidade de variáveis que perpassam pela atividade profissional de modo a contemplar as múltiplas interfaces do trabalho: físicas, cognitivas, ambientais, relacionais, organizacionais e entre outras (VASCONCELOS; LACOMBLEZ, 2005).

A perspicácia de Oddone (1986) a respeito da diversidade de constituintes do trabalho foi registrada em sua obra **Ambiente de trabalho**: a luta dos trabalhadores pela Saúde, em que evidenciou os nexos entre as condições do ambiente laboral no desencadeamento de estados de adoecimento do trabalhador e como o labor é formado por elementos que não são restritos unicamente aos limiares do trabalhador, mas que também se referem ao coletivo de trabalho, à cultura organizacional, às prescrições laborais, à hierarquia, ao espaço físico e etc. Por conseguinte, a abordagem da Psicologia do Trabalho desenvolvida por Oddone e o dispositivo aludido têm como diferenciais a consideração e o reconhecimento devido da relevância do coletivo de trabalhadores e dos seus conhecimentos concernentes à sua atividade

real, bem como a valorização e o estímulo à participação e socialização dos saberes por eles construídos na resolução de seus impasses laborais e na ampliação do poder de agir dos profissionais (CLOT, 2010).

Ademais, o reconhecimento da dimensão coletiva do trabalho contemplada pela I.S., se manifesta na necessidade de os saberes sistematizados por um trabalhador junto ao psicólogo ou pesquisador, ser restituído e validado pelo grupo de trabalhadores, de modo que se garanta a dinamização dos coletivos profissionais e legitimação da experiência individual por intermédio do estímulo ao movimento ativo de intercâmbio e diálogo entre os profissionais, de maneira a ensejar a ampliação do raio de ação, a transmutação da situação laboral e a construção de um núcleo de saber comum ou coletivo.

Oddone denominou esse grupo de profissionais em atividade interativa de Comunidades Científicas Ampliadas (CCA) em que as contribuições particulares de saberes, conhecimentos e experiências promovem o aperfeiçoamento do estilo pessoal, bem como o enriquecimento e a plasticidade do gênero profissional. Desse modo, o que se espera é viabilizar a consolidação de um meio e gênero profissional que é marcadamente histórico, logo, é vivo e dinâmico, sendo que cada trabalhador retoca o gênero mediante os seus estilos próprios de execução das tarefas, ao mesmo tempo em que tem a sua ação (re) orientada por ele, o que confere ao gênero profissional um atributo básico, que é movimento dialético. A I. S. desenvolvida por Oddone, em resumo, tem por finalidade técnica a socialização das estilizações pessoais para conservar a plasticidade do gênero comum, torná-lo visível e passível de ser discutido, examinado e modificado, desde que exista acordo entre os trabalhadores.

Tendo sido constituída e consolidada originariamente por Oddone, posteriormente a I. S. foi retomada e apreendida pelos pesquisadores da Clínica da Atividade sob orientação de Yves Clot, que influenciado também pelas ideias de Vigotski passou a considerar que a tarefa do pesquisador do trabalho é apoiar o homem a ampliar o seu poder de agir sobre o meio, em particular no ambiente laboral. Além disso,

a I. S. foi interpretada tendo em conta o chamado vigotskiano (VIGOTSKI 1927/1996, p. 283) acerca da “necessidade de sair de uma vez por todas dos limites da experiência direta é assunto de vida ou morte [...]” por meio da produção de instrumento metodológico acadêmico e interventivo que pretende favorecer a aproximação, o exame e a compreensão das diferentes dimensões do psiquismo humano, a fim de ultrapassar os limites do uso exclusivo de métodos diretos de estudo de distintas dimensões específicas do psiquismo do homem. Cabe mencionar, ainda, que para Vigotski o desenvolvimento psicossocial humano ocorre por meio do contato de cada sujeito com outras pessoas e grupos e do estabelecimento de processos colaborativos na mediação da transmissão dos saberes socialmente construídos. A abordagem desenvolvimentista vigotskiana orienta a Clínica da Atividade, de acordo com Clot (2006, 2010), na compreensão acerca do trabalho, que é definido como experiência tipicamente humana que permite ao homem, simultaneamente, transformar o meio em que está inserido e desenvolver a si mesmo, em função do estímulo que o trabalho oferece a articulação entre a ação individual e a atividade coletiva, o que faz emergir e consolidar as capacidades de indivíduos e grupos, próprias dos processos psicossociais humanos.

Na abordagem da Clínica da Atividade, a I. S. se configura como um dispositivo que favorece acercamentos sucessivos e indiretos ao psiquismo humano e que pretende contribuir para que um trabalhador ou um coletivo de trabalhadores, mediado por um analista, psicólogo ou pesquisador do mundo dos ofícios, “se torne capaz de (re)conhecer, examinar e ampliar a sua capacidade de agir sobre a sua atividade laboral, potencializando a reconfiguração ou transformação do trabalho conduzida pelos próprios profissionais” (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017, p. 178).

Tomando os marcos e as concepções de Oddone e Clot consideramos que a I. S. pode ser apreciada e apropriada sob a perspectiva materialista histórico-dialética, na medida em que se trata de um dispositivo que reúne um conjunto de técnicas ou instrumentos de

aproximação do concreto capaz de contribuir não somente para que o trabalhador protagonize a examinação e a produção de saberes acerca do seu próprio ofício, mas que ante os referenciais marxianos, pode precipuamente se caracterizar como um instrumento dialético aprestado para que os obreiros possam apre(e)nder o labor em sua complexidade e totalidade, considerando as suas manifestações sócio-históricas, a sua estrutura, a sua dinâmica e as contradições que o envolvem no contexto do capitalismo hodierno. Por esta leitura, espera-se que a I. S. colabore para que os trabalhadores desenvolvam capacidades analíticas e de atuação que lhes permita mobilizar, esquadrihar e criticar os seus processos laborais, compreendendo as suas determinações concretas, mediações externas e internas. Ainda, ao aplicar a I. S. de maneira radicalmente sintonizada com o materialismo histórico-dialético, ambiciona-se ensejar a articulação entre o trabalhador e seus pares com vistas a transmutação e superação da sua realidade imediata numa movimentação racional e consciente, a qual, necessariamente deve conduzir a inauditas configurações ocupacionais e sociais de caráter revolucionário, que demandarão renovadas formas de entendimento dos originais e dos vigentes estágios de determinações, mediações e contradições do mundo do trabalho e da sociedade sob capitalismo, tendo como finalidade a elaboração de mecanismos voltados para a mobilização de pessoas atentas e dedicadas à necessidade de organização sociopolítica dos trabalhadores em direção a uma futuridade em que a superação do capitalismo seja uma possibilidade concreta.

Cumprir notar que na I. S. parte expressiva do papel do psicólogo ou pesquisador é assegurar que os trabalhadores se apropriem dos instrumentos objetivos e psicológicos de estudo e entendimento da sua experiência laboral e suas conexões com a realidade social ampliada, que devem ser suficientemente eficazes para facultar a eles a abertura de zonas de desenvolvimento pessoais e coletivas que permitam a (re)elaboração e a produção ulterior de novas formas de laboralidade e de exercícios concretos que conduzam à experiência de transmutação da realidade.

Neste sentido, se pode considerar a I. S. como um dispositivo metodológico que, usado em caráter dialético marxiano, pode ter ênfase no movimento que é gerado por meio da sua aplicação, isto é, na reflexão, conscientização, estímulo à atuação individual e coletiva e outros elementos que tem por objetivo a transformação da atividade do trabalhador. Portanto, a I. S. teria como função primeira, evidenciar a importância da pessoa colocar a si mesma em movimento com relação ao seu labor de modo a repensar, reconsiderar, reorganizar e ressignificar a sua prática no intuito de viabilizar saltos qualitativos no seu próprio desenvolvimento enquanto sujeito e na sua práxis social numa orientação insurgente em relação às formas vigentes do ordenamento societário configurado pela burguesia.

Para Kopnin, foi a filosofia marxiana que afirmou a necessidade e a capacidade humana de desenredar o real por intermédio da compreensão da dialética existente entre o sujeito e o objeto no curso sociopolítico, histórico e econômico das práticas humanas. Nesta abordagem, o sujeito e o objeto encontram-se em (inter)relação ao mesmo passo que pensamento e ser também se acham nesta influência mútua, possibilitando a contemplação da prática no conhecimento teórico. Portanto, a dialética, contrariamente à metafísica e ao positivismo, não aparta o método de pensamento das transformações da realidade objetiva e, ainda, não considera possível o desenvolvimento de uma ciência separada, segregada ou desmembrada do ser (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017).

Na I. S. o trabalhador coloca o exercício do pensamento a serviço da busca por novas dimensões, ainda não exploradas conscientemente, da sua atividade que passa a ser o objeto da sua reflexão com intuito de compreendê-la em profundidade e transfazê-la. Isto permite interligar este dispositivo ao pensamento marxiano na medida em que, conforme Kopnin, a dialética pressupõe que “a prática verdadeira, que serve de base à atividade criadora do homem, necessita do pensamento que é objetivo por conteúdo, ou seja, tem objetivo definido, reflete de modo ativamente criador os objetos e processos da realidade

objetiva” (KOPNIN, 1978, p. 125). Além disso, de acordo com este autor, o pensamento estabelece uma relação teórica entre o sujeito e o objeto, numa interação sistemática entre eles, sendo assim, a prática tem como base o pensamento e este tem como pilar a prática, um respaldando o outro. É ao ocasionar esta relação dialética entre prática e pensamento que a I. S., conforme nosso entendimento, pode ser instrumento de conhecimento e da atividade do trabalhador, um mecanismo potencializador da reflexividade individual e coletiva e procedimento útil à organização coletiva dedicada à transformação laboral e social.

A instrução ao sócia: aplicação, fases e movimentos

Inicialmente, é relevante mencionar que a descrição das fases constitutivas da I. S., abaixo apresentadas foram dispostas considerando os escritos de Clot (2006, 2010), Batista e Rabelo (2013), Tomás (2010) e Perez e Messias (2013). Entretanto, cabe a ressalva de que, o protocolo indicado neste texto não representa a mera importação de um padrão enrijecido e discriminado minuciosamente pelos estudiosos que contribuíram para seu aperfeiçoamento, pelo contrário, conforme Batista e Rabelo (2013, p. 3) apontam, “há uma lacuna, no contexto brasileiro, no que diz respeito a uma orientação mais específica sobre “como” realizar uma instrução ao sócia dentro da abordagem teórico-metodológica da clínica da atividade”. Em face disso, e dos nossos apontamentos acerca da necessidade de aplicar a I. S. em sintonia com o materialismo histórico-dialético, apresentamos o que avaliamos ser uma primeira aproximação em relação à possibilidade de adaptar este dispositivo para o nosso país. Propositamente optamos por manter a orientação da I. S. para o ambiente laboral, de modo a registrar uma primeira versão da nossa propositura focalizada em ambientes laborais. O que se considera é que é preciso aplicar integralmente a I. S. em situações brasileiras reais de trabalho para que se possa, gradualmente, avançar no sentido

de uma sistematização do dispositivo que permita alargar seu alcance na direção da contribuição com movimentos de organização de trabalhadores voltados para transformações sociais ampliadas, para além do quadro do mundo do trabalho.

O dispositivo interventivo e metodológico em tela se organiza em seis fases articuladas e complementares entre si. A primeira fase da instrução ao sócia, denominada como “Documentos Prescritivos e Contexto Sociointeracional de Trabalho, tem como objetivo aproximar o pesquisador da atividade laboral e dos trabalhadores com os quais irá atuar ao longo do processo de intervenção e pesquisa” (PEREZ; MESSIAS, 2013), por meio do conhecimento do contexto sociointeracional de trabalho do coletivo laboral que está sendo analisado, a partir do recolhimento e exame dos documentos prescritivos do trabalho dos profissionais participantes da pesquisa.

A segunda fase, “Identificação do trabalhador-voluntário e orientações sobre a instrução ao sócia”, se desenvolve com a identificação de um trabalhador ou grupo de trabalhadores que exerça a mesma função e que será voluntário no tocante à participação no processo interventivo e na pesquisa, junto a ele será obtida parte significativa dos dados. O voluntário e o pesquisador participarão conjuntamente de todas as etapas seguintes da intervenção. Neste princípio, o pesquisador possui uma participação ativa de modo a possibilitar a compreensão do trabalhador sobre o processo ao qual se submeterá.

Posteriormente, na terceira fase se desenrolará o procedimento de I. S. especificamente. Considerando as informações obtidas nas etapas anteriores, o pesquisador irá elaborar um roteiro de questões abertas que poderão ser apresentadas ao trabalhador no processo de instrução ao sócia. Esta fase toda deve ser registrada em áudio pelo pesquisador, tendo em vista que se estabelece um diálogo entre pesquisador-sócia e trabalhador-instrutor, de modo a esse último descrever sua atividade e sua rotina de trabalho. Dessa forma, de acordo com Clot (2010), ao transformar sua atividade em linguagem o trabalhador a reorganiza e poderá iniciar a sua modificação.

Segundo Clot (2006, p. 13 e 14):

a atividade do sócia consiste em resistir a atividade do instrutor que busca fazê-lo partilhar sua versão do real. Ele resiste interpondo, entre o instrutor e sua ação, uma imagem da situação pouco afeita à ideia “naturalizada” que o sujeito faz dessa ação. Ele coloca, no meio imaginado, obstáculos que se acumulam frente à ação habitual do instrutor. Ele entrava o desenrolar das operações evocadas a fim de que o sujeito mobilize não apenas esse desenrolar específico, mas outros mais conformes à descrição do meio proposta pelo sócia, mesmo e sobretudo quando se trata de uma representação surpreendente da situação de trabalho.

Portanto, é imprescindível que fique claro para o pesquisador-sócia o desenrolar da atividade do trabalhador-instrutor desde o seu princípio até seu final, isto é, da chegada ao ambiente de trabalho e início das atividades à conclusão do trabalho e saída do local.

Em seguida, realiza-se a atividade conversacional entre o pesquisador-sócia e o trabalhador-instrutor, a quarta fase da I. S. que tem por intuito a reflexão do trabalhador sobre a vivência de transformar sua atividade em linguagem bem como sobre sua própria prática de maneira a tomar consciência de outros modos de agir que são possíveis para seu trabalho.

Nessa perspectiva, o pesquisador, ainda em interação com o trabalhador, irá interpelar a respeito de como o trabalhador vivenciou o ato de descrever seu trabalho, quais foram os sentimentos e sentidos atribuídos na verbalização de sua prática e se ele conseguiu visualizar outras formas possíveis de realizar seu trabalho diferente daquela apontada por ele. Como constataram Batista e Rabelo (2013, p. 6): “falar sobre o que provocou a instrução no sujeito é uma estratégia clínica para que ele se refaça”. Com isso, atinge-se o objetivo central da “instrução ao sócia” que é ampliar o poder de agir do trabalhador.

Consequentemente, na quinta fase, realiza-se a transcrição e decifração do registro em que todo o procedimento de instrução ao

sócia é apontado minuciosamente por escrito. O pesquisador atua como um mediador entre a atividade que foi desenvolvida com o sócia e o registro materializado por meio da transcrição. O trabalhador faz a avaliação e reflexão sobre o conteúdo apresentado por meio do material transcrito e realiza o que Clot denomina “decifração do registro”. É nesta fase que o trabalhador irá trazer à consciência as respostas vencedoras e que emergiram em sua ação durante o trabalho, refletirá sobre as razões de realizar a sua ação laboral do modo como faz e quais seriam as outras possibilidades.

O diálogo entre o pesquisador e o trabalhador, que se estabelece nesta fase, deve assumir um caráter formativo do sujeito e o exame do trabalho revela, então, o seu potencial de transformação do vivido. Ainda conforme Clot (2006), este é o momento em que o trabalhador se reconhece em formação, ao visualizar e analisar a sua experiência laboral fora do contexto habitual e vislumbra tomá-la em suas mãos, dela se apropriar e modificar.

Em última instância é executada a sexta fase de restituição ao coletivo de trabalho que é o momento em que as análises, descobertas e considerações sobre o labor realizadas pelo pesquisador e pelo voluntário são restituídas ao coletivo de trabalhadores que atuam na mesma função do trabalhador que assumiu o papel de instrutor. Esta submissão dos achados da instrução ao sócia que é feita ao coletivo de trabalho tem como objetivo levar o conjunto de trabalhadores a se apropriar dos dados e análises feitas, com vistas a estimular a ação engajada do conjunto de profissionais objetivando, no dizer de Clot (2010), a abertura de zonas de desenvolvimento potenciais, isto é, estimular a reflexão e a ação sobre as possibilidades de transformação da atividade laboral pelos próprios trabalhadores.

Nesta fase, o pesquisador planeja e realiza, em parceria com o voluntário que participou da instrução ao sócia, reuniões com o coletivo de trabalho. Estas reuniões podem acontecer com “o coletivo profissional [...]; o comitê de monitoramento da intervenção; o coletivo profissional ampliado, ou seja, o conjunto dos pares” (CLOT, 2010,

p. 241). O objetivo é criar as condições para que os próprios trabalhadores realizem a transformação do seu processo laboral. A partir deste momento, os trabalhadores e o pesquisador iniciam a instalação de processos de modificação do cenário de trabalho, em sintonia com o que foi planejado nas reuniões com coletivos de profissionais.

Considerações finais

À guisa de conclusão cumpre notar que o objetivo delimitado para este texto foi apresentar as origens e desenvolvimentos do dispositivo metodológico nomeado instrução ao sócia (I. S.) e defender a sua aplicação em congruência com a dialética marxiana. Em seguida, foi apresentada uma versão preliminar das referências técnicas de aplicação da I. S. para contribuir com os seus usos por psicólogos, analistas do trabalho e pesquisadores brasileiros, carentes de registros sistemáticos acerca dos modos de utilização do dispositivo.

Este estudo teórico teve características exploratórias e, em função disso, há limitações, as quais não se pode negar e que o compromisso ético exigem que sejam assinaladas: (a) há ausência de pesquisas acadêmicas brasileiras que tenham registrado a aplicação completa das etapas da I. S. com coletivos de trabalhadores, as quais nos permitam iniciar as nossas análises considerando resultados já obtidos no quadro laboral nacional. Isto faz com que a adaptação do dispositivo à nossa realidade necessite de investigações ulteriores acerca da utilização efetiva deste instrumento metodológico. (b) é inegável que o avanço para usos da I. S. em perspectiva materialista histórico-dialética esbarra nos cenários sociopolítico e cultural brasileiros de absoluta perseguição e demonização dos escritos, teorização e práticas marxianas e engelsianas. Não é possível afirmar que esta conjuntura estará superada nas próximas décadas, de maneira que se veja um firme engajamento da classe trabalhadora com ideias e práticas dedicadas à emancipação humana e ao fim do capitalismo.

Independentemente das limitações referidas, cumpre aos estudiosos do materialismo histórico-dialético seguir a avocação de Marx no sentido da produção e difusão de saberes que apoiem ações potencialmente transformadoras. No campo da Psicologia é forçoso afirmar a compreensão do trabalho de acordo com os princípios dialéticos, em sua unidade contraditória, inserido e integrado a uma realidade objetiva, contextualizado como uma atividade concreta e situada, a qual conserva e transmite a nossa história social.

Referências

BATISTA, M.; RABELO, L. Imagine que eu sou seu sócia: aspectos técnicos de um método em clínica da atividade. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.16, n. 1, p. 1-8, 2013.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho** (A. Sobral, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir** (M. Vianna; G. Teixeira, Trad.). Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento** (P. Bezzerra, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Texto original publicado em 1969).

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital** (R. Enderle, Trad.). São Paulo: Boitempo, 2017. (Texto original publicado em 1867).

ODDONE, I. **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEREZ, D., ERCOLANO, R. S., ROCHA, L. C. Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In: Perez, D.; Silva, E. P.; Simões, M. C. D. (Orgs.). **Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista**. Porto Alegre: Editora ABRAPSO, 2017, p. 172-182.

PEREZ, D.; MESSIAS, C. A autoconfrontação e seus usos no campo da linguística aplicada ao estudo do trabalho do professor. **Educação e Linguagens**, v. 2, n. 2, p. 92-112, 2013.

VASCONCELOS, R.; LACOMBLEZ, M. Redescubramo-nos na sua experiência: o desafio que nos lança Ivar Oddone. **Laboreal**, v. 1, n. 1, p. 38-51, 2005.

VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica (C. Berlinder, Trad.). In: **Teoria e método em Psicologia** São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 203-417. (Texto original publicado em 1927).

TOMÁS, J. Desenvolvimento da experiência e desenvolvimento dos conceitos: da atividade sindical à produção de um referencial da atividade. **Trabalho & Educação**, v. 19, n. 13, p. 49-63, 2010.

Parte II

Negação de direitos e sofrimento psíquico

IV

Presenças indígenas nas cidades: não reconhecimento de direitos e breves apontamentos psicopolíticos

Mayara dos Santos Ferreira

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Introdução

No Brasil, há um histórico de tentativas de negação da presença e influência dos povos indígenas na constituição da identidade nacional e cultural do país. Apesar dessas tentativas de invisibilização de sua presença, esses povos são reconhecidos por expressivos movimentos de lutas e reivindicações, decorrentes das inúmeras dificuldades que enfrentam desde a colonização (BARRETO, 2000; MONTEIRO, 2001).

Atualmente, as problemáticas que frequentemente estão associadas aos povos indígenas, principalmente aldeados, são em torno das dificuldades de acessar serviços de saúde, educação e até mesmo produtos alimentares e conflito por terras (BERNAL, 2009). Fazendo uma leitura dessa realidade com base nos princípios primordiais dos

direitos humanos, percebemos que a falta de sua aplicação tem resultado na negligência dos hábitos e costumes de grupos tradicionais (FUX, 2016). A aplicação do conceito de isonomia, por exemplo, não se efetiva como tratamento igualitário, e sim, indiretamente, como um processo de discriminação que aparenta ser um mecanismo de resguardo da identidade.

A noção de igualdade nos direitos humanos, sobretudo acerca da condição dos povos tradicionais, precisa ser refletida de maneira muito crítica. Como argumenta Fux (2016), é importante garantir que pessoas ou grupos sociais tenham seus direitos protegidos quando suas diferenças as inferiorizam. E, também, ter seus direitos garantidos por serem diferentes quando as igualdades as descaracterizam. Observar esses marcadores de igualdades/diferenças, e como sua efetivação tem servido ou não para legitimar os direitos básicos dos povos indígenas, se faz importante para refletir sobre as condições de vida sob as quais eles têm estado atualmente, principalmente, em ambientes de cidade.

A utilização do termo cidade é aqui referenciado como aquilo que remete aos cenários e espaços observados, traçando uma diferença em relação a urbano, que remete aos processos subjetivos e práticas sociais associados ao modo de vida no espaço citadino (CALEGARE, 2017). As principais dificuldades dos povos indígenas nas cidades se dão principalmente pela ausência de políticas públicas direcionadas às suas demandas nessa realidade (NASCIMENTO; VIEIRA, 2015). De acordo com Silva (2013), muitos destes estão estabelecidos em zonas periféricas e áreas pobres das cidades, se agrupam em diversos conglomerados étnicos, formando alianças para atingir objetivos em comum. Assim sendo, é importante discutirmos a respeito da presença indígena na cidade, em razão de considerarmos de forma crítica os constantes deslocamentos e a desigualdade social vivenciada por estes povos. Além disso, pode também permitir dar visibilidade a estas problemáticas e colaborar com a desconstrução de estereótipos e estigmas negativos associados aos indígenas, aproximando a sociedade à esta realidade.

Feitas essas breves considerações, neste artigo de revisão crítica de literatura problematizaremos a presença indígena na cidade, dando ênfase ao caso da cidade de Manaus/AM. Para tanto, inicialmente abordaremos o reconhecimento, ou negação, do indígena na constituição da sociedade brasileira, trazendo apontamentos sobre as lutas políticas para reconhecer os direitos humanos desses povos. Em seguida, abordaremos as dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde, educação e acesso à terra, que em tese garantiriam seus direitos, mas que tem gerado migração às cidades. Feitas essas considerações, traremos discussão e problematização a respeito de indígenas urbanos e/ou na cidade, e como tem sido essa realidade na capital amazonense. Apresentaremos que ao migrarem para Manaus, esses povos passam a viver nas periferias, com dificuldade de renda e acesso às políticas públicas, mas organizando-se em associações e por lutas políticas para terem visibilidade, manter sua cultura e garantir seus direitos.

Em suma, nosso artigo trará acento a respeito das condições de vida e contexto indígena na cidade, com base em considerações acerca da literatura e pesquisas bibliográficas encontradas sobre a temática. Tendo em vista que muitos desses aspectos correspondem a leituras que podem ser feitas à luz dos princípios dos direitos humanos, propôs-se então alguns apontamentos críticos nesta temática. Por outro lado, este texto surgiu a partir de nossa experiência em projeto de extensão, pesquisa de iniciação científica e mestrado, que tem como base povos indígenas na cidade de Manaus. Assim, pretendendo ampliar discussões nesta temática, desenvolvemos este texto a fim de apresentar realidades da vida indígena na cidade atrelada às concepções dos direitos humanos. Esperamos que estes apontamentos contribuam com reflexões críticas acerca do contexto indígena na cidade, principalmente em Manaus, com o intuito de estimular outras pesquisas e oportunizar a discussão da aplicação dos direitos humanos aos povos indígenas.

Concomitante a estas discussões, traçaremos alguns breves apontamentos psicopolíticos – a dimensão psíquica dos sujeitos e sua influência nas mobilizações políticas em prol de aspectos sociais – de

aspectos da realidade indígena em contexto de cidade, de modo a compreendermos esta dinâmica migratória associada também às identidades coletivas. Calegare e Higuchi (2016), Costa (2009) e Prado (2001), definem identidade coletiva como um aspecto que ajuda a construir a adesão de um sujeito ao grupo e seu engajamento com o coletivo, estando formado por uma relação de três dimensões: (a) aspectos cognitivos: negociações das ações coletivas; (b) aspectos interativos: rede de relações e diálogo entre os membros; c) aspectos emocionais: sentimentos positivos ou negativos em relação ao grupo/pertencimento.

O (não) reconhecimento indígena no Brasil

No Brasil, durante muito tempo os povos indígenas foram vistos como um grupo de pessoas exóticas, não pertencentes à sociedade civilizada, habitantes das florestas e reconhecidos apenas através da obrigatoriedade de uso de adereços e manutenção de hábitos tradicionais. Esses estereótipos têm sido reforçados pela corriqueira propagação de informações não condizentes com a realidade atual dos povos indígenas no país, que não tem levado em consideração as transformações socioculturais vivenciadas ao longo do tempo (MARTINS, 2014). Por conta da estigmatização da presença do indígena no Brasil, muitas vezes percebido como um atraso no desenvolvimento da sociedade, a identidade nacional brasileira desde a colonização fora alicerçada na negação das influências das identidades indígenas, em uma tentativa de nacionalização da identidade. Através de uma construção social hierárquica fazendo uso de um categorizador, a sociedade alocou as identidades indígenas de forma inferiorizada, na efetivação de um plano de higienização social (MONTEIRO, 2001).

Após muitas discussões, com inserção dos povos indígenas nos debates direcionados às ações voltadas para estes, impulsionou-se um movimento de notoriedade da presença indígena no país, que permitiu reformular muitos dos pressupostos iniciais acerca da compreensão

dos povos indígenas. A própria definição de ‘ser índio’ no Brasil foi refletida e, segundo Moonen (1992), pode ser considerado índio todo aquele que se considera pertencente a uma comunidade ou povo indígena, e que por ela também é reconhecido enquanto membro. Cabe então salientar a partir disto, que o Estado brasileiro passou a reconhecer pessoas indígenas a partir de uma dinâmica sociocultural que não necessariamente leva em conta características biológicas e fenotípicas para legitimá-los. Pelo contrário, considera-se hoje, ainda que de maneira mediana, a diversidade dos traços dos povos indígenas contemporâneos, uma vez que se passou a considerar a multiplicidade de relações pelas quais perpassam as sociedades indígenas atualmente, e que conseqüentemente moldam seu futuro.

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada pela forte presença do colonialismo, externo e interno, inclusive em suas políticas, vivenciados ao longo de todo o seu percurso histórico. Moonen (1992) propõe como situações expressivas das ações colonialistas: (a) o extermínio biológico desses povos, por meio de inúmeros massacres; (b) o extermínio cultural, impossibilitando os povos indígenas de exercerem seus valores tradicionais, compulsoriamente os fazendo desempenhar a cultura dos colonizadores; (c) a invasão territorial, a partir da tomada de suas terras originárias; (d) a dominação política, que lhes tira a possibilidade de decidir sobre seus próprios destinos, sendo orientados prioritariamente pelos órgãos de administração específicos para este fim, como no caso do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) ou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), compelindo-os à um regime de tutela.

Conforme explica Hoffmann (2005), esta tutela tem sido paulatinamente desestruturada, especialmente em razão do crescente protagonismo dos povos indígenas no campo político. Este movimento tem sido alcançado através da tomada de consciência de sua condição enquanto sujeitos políticos com direito a voz e organização, assumindo seu papel de ator social em relação às suas realidades, principalmente na reivindicação de direitos básicos. Esta movimentação indígena

expressa uma condição proposta por Costa (2009) sobre consciência grupal e política, que através de reflexões coletivas alcançam as definições de problemas e dão sentidos às participações no campo político.

A leitura dessa realidade indígena, à luz dos direitos humanos, nos permite inserir às discussões o questionamento da marginalização histórica a qual fora posta a diversidade cultural indígena durante muitos anos (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2015). Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 é um marco importante no reconhecimento das particularidades étnicas indígenas, e assegurou a estes povos o respeito a sua organização social, línguas originárias, crenças e tradições, incluindo o direito sobre as terras. Apesar desse reconhecimento jurídico-normativo do indígena, há ainda forte tendência da sociedade nacional – como resultado de suas muitas heranças colonialistas – continuar perpetuando comportamentos segregatórios e discriminatórios direcionados às pessoas indígenas, mesmo com a garantia de seus direitos estabelecidos por lei.

Para Diehl e Pellegrini (2014) os movimentos surgidos na década de 1980 pautados na importância do direito à diferença e multiculturalismo, impulsionaram a visibilidade das sociedades indígenas. Estes movimentos trouxeram à tona diversos questionamentos, inclusive sobre a efetividade da aplicação dos princípios dos direitos humanos aos povos indígenas. E, a partir disto, refletiu-se sobre as particularidades existentes em determinados serviços acessados, como saúde, educação e acesso às terras.

Percebe-se, conforme Castro (2006), que o destaque orientado à notabilidade da presença indígena nas ações de mobilização política, através dos protagonismos ativos alcançados ao longo do tempo, facilitou o reconhecimento dos povos indígenas no Brasil. Isto nos remete às reflexões de Costa (2009), que afirma que as identidades coletivas são designadas como um processo de construção social que forma movimentos sociais, e a partir disto desenvolvem a noção de identidade, através das reconfigurações dos grupos e espaços sociais em que se envolvem. Diante disto, podemos ponderar que ainda que

as reafirmações identitárias aconteçam de forma sutil, as mobilizações políticas dos povos indígenas têm aberto portas para a ascensão desta reafirmação e de sua presença no país, bem como de sua contribuição para a constituição da sociedade brasileira.

Apesar de todos os avanços alcançados pelas sociedades indígenas, atualmente ainda é possível identificar diversas dificuldades na efetivação das ações de serviços básicos. Comunidades indígenas têm tentado se adaptar às novas demandas do contexto social onde vêm se inserindo. Grande parte dessa adaptação tem ocorrido especialmente em função da migração dos indígenas às cidades, impulsionada pela busca de melhor acesso aos seus direitos, como veremos na próxima seção. Tais adaptações demandam e estabelecem, conforme aponta Sandoval e Silva (2016) e Prado (2001), a negociação de antagonismos e convergências, de modo a identificar interesses individuais que se alinham aos interesses dos grupos, agora em ambiente de cidade.

Políticas públicas e direitos indígenas: motivos de migração às cidades

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada no âmbito do Ministério da Saúde, é o atual órgão responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Essa atenção diferenciada foi impulsionada pelos movimentos indígenas a fim de garantir o direito dos mesmos de serem assistidos a partir das especificidades socioculturais que tangem seus processos de saúde-doença. O que se percebia – e ainda perdura enquanto problemática – era uma forte resistência no diálogo entre a prática ocidental/oficial e tradicional, onde a primeira não alcança as demandas contextuais étnicas e culturais dos povos indígenas. No entanto, é a que ainda tem vigorado nos atendimentos de saúde. Para Ferreira (2013), a medicina ocidental/oficial está ligada a uma conduta científica pretensa enquanto livre de valor e cultura, que está presente na formação profissional de médicos e nos aparelhos de saúde governamentais. Enquanto a medicina

tradicional é um conjunto de práticas que envolvem conhecimentos e crenças medicinais diversas, baseadas em animais, plantas, condições espirituais, técnicas manuais, dentre outras, de povos e comunidades locais. Por outro lado, a situação geográfica de muitas comunidades indígenas no Brasil é de difícil acesso e isso acaba se tornando um fator de migração, uma vez que os lugares de referência de atendimento em saúde estão localizados em pontos determinados (geralmente nas cidades), frequentemente distantes de suas moradias.

A educação, outro tópico de discussão das questões indígenas atualmente, alcançou a elaboração de parâmetros curriculares próprios para as escolas indígenas e também na formação de professores nativos – considerando seus processos próprios de aprendizagem – de modo a romper com a conduta etnocêntrica dos materiais didáticos e modos de ensino utilizados. Como fator de migração relacionado à esta questão, Bernal (2009) aponta principalmente a descontinuidade dos processos educativos, onde o nível escolar oferecido, em muitas comunidades afastadas, não passa da terceira série do ensino fundamental.

Os conflitos por terras – problema que vem se estendendo desde o período colonial – continua sendo considerado uma motivação para o deslocamento indígena para as cidades. Neste sentido, a produção antropológica nos aponta um questionamento importante, pela noção de terra e território. É preciso prioritariamente entender o que aponta Gallois (2004), onde terra indígena diz respeito a um processo político-jurídico regido pelo Estado, na tentativa de demarcá-las legalmente a uma comunidade, enquanto território constrói um amplo campo de vivências, cultura e a relação das sociedades – considerando suas especificidades. Segundo Baniwa (2012), “território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam” (p. 107). O Estado tem desconsiderado as questões de territorialidade envolvidas neste processo, e, conforme aponta Bernal (2009), alguns povos indígenas se recusam a viver sob o sistema de

terras imposto. Além disso, muitas terras indígenas estão localizadas em reservas de área verde, alvo da invasão de grileiros que visam a extração irregular de recursos naturais, como a madeira, resultando em violentas disputas.

Indígenas urbanos e indígenas na cidade

Mesmo sabendo o quanto os fenômenos migratórios influenciam nos modos de vida e relação dos sujeitos em sociedade, esse deslocamento tem sido pouco pesquisado (SIMONI; DAGNINO, 2016). E, posto que este é um fenômeno que já ocorre há cerca de 70 anos na América Latina, pode-se considerar que os estudos existentes ainda não alcançaram sequer um consenso acerca das definições de terminologias que podem ser utilizadas para definir ou se referir a indígenas em contexto de cidade. Melo (2013) afirma que na produção científica acerca desta temática, não há consonância entre uma categoria analítica ou terminológica, a qual se possa utilizar unicamente. A autora afirma que tem sido feito uso de diversos termos como ‘índios citadinos’, ‘índios da cidade’, ‘índios na cidade’ e ‘índios urbanos’.

Esta diferença de terminologias revela-se através de conteúdos diferentes marcados pelos resultados da utilização de uma ou outra categoria. Percebe-se que a utilização do termo ‘índios urbanos’ traz como essência a discussão de categorias que remetem à dinâmica relacional e subjetiva dos índios na cidade. Nesse sentido, Martins (2014) pretende esboçar o contexto cotidiano de uma comunidade indígena residente em uma capital do Brasil. Os relatos giram em torno de como ocorre o deslocamento e automotivação dos povos indígenas durante esta migração. Este mesmo autor aponta que as migrações indígenas são altamente identificadas em processos inter-regionais, ocorrendo dentro do próprio país, mais frequentemente do próprio estado.

Martins (2014) afirma que o conceito ‘índios urbanos’ necessita de uma compreensão ampla que envolve diversas problemáticas, desde

questões territoriais até a recriação de sua identidade mediante o novo contexto inserido. Melo (2013) aponta que ainda é muito comum pensar em uma dicotomia entre ‘mundo dos brancos’ e ‘mundo dos índios’, que cada vez mais impõe lugares e características às pessoas e aos grupos indígenas. Essas características revelam uma herança colonialista na conduta da sociedade envolvente, na tentativa de classificar pessoas através de uma hierarquização étnica-racial.

Contudo, a Antropologia, principalmente, tem se dedicado à considerar uma outra movimentação identificada na relação indígena com a cidade, questionando a noção de ‘índio urbano’. Algumas discussões apontam que até mesmo as comunidades mais afastadas possuem de alguma forma uma relação com fatores urbanizados. Isso nos faz pensar então, não em um processo de urbanização promovido pela cidade, e sim em um processo de urbanização propiciado pelas próprias demandas das relações contemporâneas.

Refletindo criticamente a respeito da noção de ‘índios na cidade’, algumas discussões sugerem que ‘cidade’ pode ser entendida como um cenário originado e reformulado de práticas sociais protagonizado por sujeitos sociais. No entanto, em textos que utilizam esse termo, encontramos referências a dados estatísticos sobre o quantitativo de pessoas indígenas na cidade, através da utilização de apontamentos demográficos. Neste sentido, de acordo com as colocações de Pagliaro, Azevedo e Santos (2005), são pouco conhecidas as diversas dimensões que abarcam a demografia indígena no país, tais como natalidade, mortalidade ou migração. É dito que a demografia de um povo é resultado de múltiplos fatores intrínsecos, como determinantes históricos, antropológicos, econômicos e sociais.

De acordo com Simoni e Dagnino (2016), os resultados dos censos entre 1991 e 2000 apontam que os povos indígenas cresceram 440%, no entanto, na década seguinte o percentual diminuiu em 18%. Porém, os autores consideram que algumas regiões específicas continuam apresentando um aumento significativo do contingente de pessoas indígenas. E para isso apontam a cidade de Altamira, no

estado do Pará, que teve uma taxa de crescimento elevada das etnias Juruna, Kuruaya e Xipaya. Afirmam ainda que os dados referentes aos povos indígenas no norte do país podem carecer de qualidade. Isso porque a metodologia utilizada pela demografia é pensada para grandes populações, enquanto as sociedades indígenas de maneira geral correspondem a pequenos grupos que não alcançam os pressupostos da área.

Pagliari (2005) aponta que nos últimos decênios os nascimentos de crianças declaradas indígenas superou 50 nascimentos por mil habitantes, o que parece ser indicativo de uma recuperação de padrões reprodutivos ancestrais. Segundo a autora, isto pode ser uma reação a uma necessidade estratégica tradicional de domínio de território, bem como necessidades inerentes ao sistema de organização sociocultural de alguns povos indígenas.

De acordo com Pagliaro, Azevedo e Santos (2005), apesar do aumento no investimento de pesquisas demográficas orientadas particularmente para os povos indígenas, ainda há uma lacuna histórica dos registros de nascimento, óbitos e eventos migratórios. O que tem sido implementado na tentativa de responder a esta lacuna, são pesquisas de maior profundidade, com o objetivo de recuperar os eventos demográficos.

Além da dificuldade de acesso a serviços básicos, outro fator de deslocamento advém de convites de familiares ou pessoas próximas já residentes em zonas urbanas ou, ainda, desentendimentos com líderes locais. Em suma, essa migração é facilmente explicada através do discurso das próprias pessoas indígenas, que apontam como fatores a tentativa de ter acesso ao que falta na aldeia, e conforme aponta Bernal (2009), esse acesso inclui também à aquisição de dinheiro e produtos alimentícios.

O estabelecimento de grupos indígenas em zonas periféricas é comum. Esta é uma realidade que remete ao precário assentamento dos povos indígenas em ambientes citadinos, permanecendo em realidades com total falta de acesso à serviços, como saneamento,

energia elétrica e água regularizadas e condições de moradia adequadas. Portanto, podemos afirmar que a presença indígena nas cidades não tem sido sustentada pelo princípio da dignidade, conceito basilar dos direitos humanos. O que tem impellido as pessoas indígenas a condições de vida à margem da sociedade envolvente. Isto se torna uma das maiores dificuldades do contexto indígena em zonas citadinas, que é o desamparo legal do governo em relação à população, conforme apontam Nascimento e Vieira (2015) e Melo (2013). Tais autores também afirmam que ainda não existem políticas públicas direcionada às especificidades dos indígenas em contexto de cidade.

Além de tudo, a presença de povos indígenas em zonas periféricas tem contribuído com a ideia de inexistência destas pessoas na cidade, uma vez que os mantêm longe dos olhos dos cidadãos de classe social mais alta, consequentemente corroborando mais uma vez com a ideologia de supremacia étnica-racial. Nóbrega (2016) afirma que os povos indígenas vêm enfrentando um forte processo de exclusão social, chegando a citar inclusive uma tendência genocida, direcionada a estes povos. Esta omissão da presença indígena tem impulsionado também uma conduta de atribuição de identidades genéricas a pessoas indígenas, que segundo Bernal (2009), é um processo onde se confere uma identidade diferente da identidade real, como um meio de massificar classificações sociais. Simonian e Ponte (2010) afirmam que é comum encontrar indígenas que não assumem a real identidade étnica, se autodeclarando caboclos/caboco no intuito de que “com isso haja uma redução na carga de preconceitos existentes na sociedade envolvente não índia quanto ao indígena” (p. 16).

Bernal (2009) aponta que na região de Manaus o termo caboclo/caboco é utilizado para se referir a índios que vivem na cidade, pessoas de zona rural, imigrantes de zonas periféricas e de localizações amazônicas. Este autor ainda propõe uma discussão acerca da utilização do termo como um classificador social, disposto com o intuito de inferiorizar outrem.

Portanto, estes apontamentos nos permitem perceber que as discussões realizadas acerca do termo ‘indígenas urbanos’ contemplam resultados que abarcam a compreensão subjetiva, sociocultural e relacional desses povos. Enquanto o termo ‘indígenas na cidade’ apresentam em sua maioria, levantamentos de dados quantitativos e demográficos, de importantes taxas que permitem visualizar aspectos das condições de vida dos indígenas presentes em áreas citadinas. Como somos partidários da ideia de que os processos urbanos acontecem tanto na cidade quanto nas aldeias, assim como os processos florestais/rurais também acontecem em ambos ambientes (CALEGARE, 2017), preferimos adotar a sempre a referência de ‘indígena na cidade’. Isso porque entendemos que o indígena continua mantendo sua característica, apesar do espaço em que ele se encontra. Entretanto, sabemos que ocorrem transformações em função do trânsito nesses espaços e pelas práticas sociais associadas a estes, que são justamente o alvo dos estudos e que estamos problematizando neste texto.

Indígenas em Manaus

O Amazonas é conhecido por possuir a maior concentração de povos indígenas do país. De acordo com os dados do IBGE (2012), o último censo realizado referente à população indígena, indicou que o estado do Amazonas abriga 168.680 pessoas autodeclaradas indígenas, sendo 3.837 destes residentes especificamente na cidade de Manaus. Mas segundo fontes informais da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), esse número é dez vezes maior. Para Andrade (2012), devido às particularidades geográficas presentes no estado de grande extensão territorial e difícil acesso, a capital Manaus passou a ser reconhecida como a melhor opção de migração, na busca dos objetivos traçados pelos povos indígenas. E passou a fazer parte do imaginário idealizado pelas comunidades como adequado para se viver. No entanto, Melo (2013) afirma que os povos indígenas em contexto de cidade têm sua presença frequentemente omitida,

sendo muitas vezes o próprio autorreconhecimento negado. Muitos estereótipos são associados às pessoas indígenas, sobretudo em relação à sua moradia, compreendendo-os como residentes exclusivamente das florestas e, se presentes na cidade, são rotulados como bêbados e preguiçosos. Isso impulsiona o processo de negação identitária, uma vez que evitam estar associados aos referidos rótulos negativos.

Andrade (2012) aponta que a maioria das residências na capital são frutos de áreas de ocupação, o que gera grandes disputas de terras em Manaus. Através da Lei nº 11.977 de 2009, que sustenta a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, pessoas indígenas alcançam o direito de moradia em terras que comportam Áreas de Preservação Permanente (APP). Esta lei resgata o decreto nº 271 de 1967 (BRASIL, 1967), que afirma em seu artigo 7º a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares para fins específicos de regularização fundiária de interesse social e preservação das comunidades tradicionais (dentre outros) em áreas urbanas. No entanto, esse direito não tem sido efetivado durante o estabelecimento de povos indígenas nas referidas áreas, gerando inclusive extensos processos judiciais, e colaborando para o desencadeamento de disputas por terras, em áreas citadinas. É comum perceber, inclusive, repetitivos processos de reintegração de posse, em áreas ocupadas por assentamentos indígenas.

Melo (2013) afirma que algumas etnias indígenas, como os Baré, ocupam a capital há séculos, de modo disperso. Conforme também aponta Green (2001), este deslocamento é constante desde o século XIX. Os indígenas em Manaus, segundo o autor, são frequentemente vistos inseridos em periferias, porém estão sempre presentes no centro da cidade, lugares para onde se deslocam para trabalhar e estudar, dentre outras atividades.

Nessa mesma linha, Andrade (2012) aponta que os povos indígenas residentes em Manaus se encontram dispersos na cidade, morando em zonas e bairros diferentes e distantes, porém continuam mantendo fortes vínculos afetivos com seus familiares. Simonian e Ponte (2010)

afirmam que os diálogos dessas comunidades ao se encontrarem são em torno do compartilhamento de lembranças e memórias dos locais de origem. Também mencionam que se empenham em promover manifestações culturais que estimulem a manutenção de atividades tradicionais, como: confecção de bebidas (vinho do buriti), comidas típicas, conversas em língua maternas, danças e rituais. Desta forma, a manutenção dessas tradições efetiva um modo de ação coletiva, que reafirma a identidade e o senso de pertencimento, categoria psicopolítica da identidade coletiva.

As atividades de manufatura sempre foram consideradas como atividades culturais dos povos indígenas que são executadas com frequência. Isto é confirmado através das colocações de Green (2001), apontando que alguns indígenas são corriqueiramente vistos na Praça Tenreiro Aranha, exercendo atividades de comércio de seus artesanatos. Esta presença, segundo o autor, fez parte de um projeto do governo local, na tentativa de impulsionar a economia, atrair fluxos turísticos para a cidade de Manaus, e também inclui uma tentativa de embelezamento urbano. Nesse sentido, Simonian e Ponte (2010) afirmam que frequentemente os indígenas são vistos atuando em atividades produtivas relacionada ao comércio de artes, em praças, parques e feiras de Manaus. As autoras destacam ainda, que muitas das pessoas indígenas, que não trabalham com o comércio de produtos artesanais, ocupam empregos de vigia, na construção civil (pedreiros ou auxiliares), de merendeiras, em serviços gerais e domésticos.

Pensando na diversidade de pessoas indígenas presentes em contexto de cidade – tanto em etnia, quanto em filhos de casamentos interétnicos – Bernal (2009) faz uma descrição de três gerações importantes identificadas no cenário indígena urbano em Manaus. A primeira delas se refere aos primeiros indígenas migrantes, que passaram a maior parte de suas vidas em comunidades tradicionais, mas que perceberam a necessidade de vir para cidade em busca de educação, saúde ou trabalho. A segunda geração, filhos desta primeira (com a existência de pessoas mestiças), já tem a maior parte de sua vida

referenciada em contexto de cidade, porém com muitas influências da cultura originária, sendo considerada a geração de transição, que verdadeiramente passou pelo processo de ‘reconformação identitária’. Este é definido pelo autor como o processo de vivência/experiência negativa da identidade étnica, endossada pelos estereótipos e estigmas atrelados aos povos indígenas em contexto de cidade. A terceira geração, filhos dos que compuseram a segunda, viveram toda a sua vida em ambiente de cidade e tem a maior parte de suas referências formuladas a partir da cultura urbana.

De acordo com Melo (2013), existem muitos segmentos indígenas nascidos na cidade, que desconhecem as práticas tradicionais da etnia, cabendo às tradições discursivas perpetuarem novas dinâmicas para compreenderem essa identificação. Estas práticas são efetivadas através do resgate de memórias comuns e aportes étnicos dos grupos, e atuam como um reafirmador do coletivo, definindo, conforme apontam Sandoval e Silva (2016), a organização da identidade coletiva, compreendendo um conjunto compartilhado de crenças, cultura e experiências vivenciadas. Melo (2013) ainda propõe que o contexto da cidade aponta para uma dificuldade de recriar novos vínculos familiares, uma vez que mulheres indígenas nesse contexto têm preferência por casar com não-indígenas. E o casamento entre homens indígenas e mulheres não-indígenas ainda é relativamente raro.

Bernal (2009) considera que se pode justificar esse distanciamento entre homens e mulheres indígenas a partir de um fenômeno comum nos processos de migração, que é a migração individual. Ao contrário do que se pensa, muitas pessoas indígenas chegam às cidades sozinhas, sem a companhia de suas famílias, e essa vinda disseminada promove menor integração entre os pares, colaborando para o distanciamento entre etnias, pessoas e grupos indígenas. É necessário que todas essas dinâmicas sejam consideradas, uma vez que as atualizações contextuais, sobretudo no que tange as relações de parentesco entre os sujeitos, direcionam significativamente o modo de vida das pessoas indígenas.

Diante de todas as colocações, podemos perceber que os indígenas da cidade de Manaus têm se organizado de forma a atender ao novo contexto. E, mesmo em uma dinâmica de vida e realidades socioculturais diferentes, eles têm até certo ponto, se empenhado em construir mecanismos e estratégias que remontem e perpetuem suas características culturais tradicionais, ao mesmo tempo que os equilibra com suas necessidades e novos modos de vida urbanos (MARTINS, 2011). Pode-se ponderar também, diante dos apontamentos de Melo (2013) a respeito dos regimes cosmológicos, que frequentemente as populações ainda os têm colocado em prática, utilizando-se de alguns de seus princípios mesmo em contexto de cidade. Isso nos permite, portanto, destacar que ainda que inseridos em práticas caracteristicamente urbanas, os povos indígenas conseguem estabelecer uma conexão com suas comunidades de origem e suas tradições. E partir disto, tem garantido e reforçado aspectos da coletividade intrínsecos às segmentações étnicas indígenas, mesmo na cidade.

Em suma, observamos que a organização dos povos indígenas na cidade, ainda que não permita que eles tenham acesso pleno aos seus direitos básicos, tem alcançado minimamente o resguardo de suas tradições e costumes. Esta realidade sugere que o direito de serem respeitados como povo distinto, apontado pelos direitos humanos, tem sido obtido através da própria movimentação interna das organizações indígenas, legitimando-os e garantindo a perpetuação de suas práticas tradicionais, cultura e modos de vida.

Considerações finais

Os movimentos migratórios dos povos indígenas de áreas de base para ambientes de cidade têm contextualizado novas demandas, que consequentemente deveriam moldar novas políticas públicas para atender esta realidade. No entanto, nossas discussões puderam apontar o expressivo processo de marginalização, e principalmente estigmatização destes povos na cidade, considerada pelos próprios movimentos

indígenas como resultado da carência de ações específicas para pensar as políticas indígenas destes povos em locais citadinos.

Em tese, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, reconhece os direitos destes povos sob lei internacional, incluindo seu entendimento como povos distintos, e também o direito de determinar seu desenvolvimento conforme sua cultura, prioridades e leis próprias. Contudo, temos visto grande dificuldade na efetivação destas concepções em ações direcionadas a estas populações, sobretudo nas cidades.

Considerando principalmente a importância da implementação das leis básicas para a manutenção da vida digna dos sujeitos em sociedade, identificamos nessas discussões aspectos primordiais de direcionamento dos direitos humanos para a execução dos direitos indígenas atualmente. Principalmente, colocando em pauta a relevância da criação de políticas públicas que estejam norteadas nas constantes transformações das demandas do povo indígena, de modo a garantir sua existência digna e correspondente às suas especificidades étnicas.

Em suma, os apontamentos aqui apresentados nos permitiram refletir sobre como o imaginário social acerca dos povos indígenas colaborou com a estigmatização da presença do indígena na cidade. E segundo uma perspectiva psicopolítica, pudemos pensar também como os modos de vida citadinos direcionam os agrupamentos indígenas e sua compreensão identitária. Por sua vez, a condição da realidade social dos povos indígenas nos demonstrou a importância da efetivação dos princípios dos direitos humanos na formulação de ações que assegurem as considerações das especificidades étnicas e organizações indígenas na cidade.

Referências

- ANDRADE, J. A. A. D. **Indigenização da cidade: etnografia do circuito SateréMawé em Manaus-AM e arredores**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05032013-123502/pt-br.php>
- BANIWA, G. Territórios etnoeducacionais: um novo paradigma na política educacional brasileira. In: PIMENTA, J.; SMILJANIC, M. I. (Orgs.). **Etnologia Indígena e Indigenismo**. Brasília, DF: Positiva, 2012, p. 101-116.
- BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, n. 44, p. 32-51, 2000.
- BERNAL, R. J. Índios Urbanos: processo de reconfiguração das identidades étnicas indígenas em Manaus. Manaus: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 271, de 28 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. **Diário Oficial da União, seção 1**, Brasília, DF.
- CALEGARE, M. G. A. Rumo a uma abordagem psicossocial da florestalidade (ruralidade) amazônica. In: RASERA, E. F., PEREIRA M. S.; GALINDO, D. (Orgs.). **Democracia participativa, estado e laicidade?** Psicologia Social e enfrentamentos em tempos de exceção. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 285-300.
- CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 1-9, 2016. doi: 10.1590/0102-3772e323222
- Costa, G. P. **Cidadania e Participação**: impactos da política social num enfoque psicopolítico. 2. ed.. Curitiba: Juruá, 2009.
- DIEHL, E. E.; PELLEGRINI, M.A. Saúde e povos indígenas no Brasil: o desafio da formação e educação permanente de trabalhadores para atuação em contextos interculturais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 867-874, 2014. doi: 10.1590/0102-311X00030014

Presenças indígenas nas cidades: não reconhecimento de direitos e breves...

FERREIRA, L. O. A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas. **História, Ciências, Saúde** (Manguinhos), v. 20, n. 1, p. 203-219, 2013. doi: 10.1590/S0104-59702013000100011

FUX, L. Multiculturalismo no Direito Eleitoral: o direito à diferença e ao reconhecimento como filtros interpretativos para a qualificação jurídica do cacique de aldeia indígena como autoridade política. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, v. 8, n. 14, p. 83-95, 2016.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: Ricardo, F. (Org.). **Terras indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições territoriais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 37-41.

GREEN, C. G. Desafio indígena a uma política urbana em Manaus. **Ciência e Trópico**, v. 29, n. 1, p. 147-174, 2001.

HOFFMANN, M. B. Do 'Brasil sem índios' aos 'índios sem Brasil': Algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas no Brasil. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 2, p. 153-186, 2005. doi: 10.1590/0100-85872015v35n2cap08

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012.

MARTINS, R. L. **A territorialidade como nova possibilidade de (re)significar a identidade Apurinã na cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2011. Recuperado de <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2809>

MARTINS, F. E. S. Os Pankararu Paulistanos: uma situação de emergência étnico-identitária. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 97-123, 2014. doi: 10.1590/S0104-93131997000200001

MELO, J. G. Dimensões do urbano: o que as narrativas indígenas revelam sobre a cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. **Teoria e Cultura**, v. 8, n. 1, p. 115-126, 2013.

MONTEIRO, J. M. Tupis, **Tapuias e Historiadores: Estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. 2001.

MOONEN, F. Povos Indígenas no Brasil. In: Moneen, F.; Mariz, L. (Orgs.). **Etnohistória dos índios Potiguara**. João Pessoa: PRPB/SECPB, 2008, p. 13-92.

NASCIMENTO, A. C.; VIEIRA, C. M. N. **O índio e o espaço urbano: breves considerações sobre o contexto indígena na cidade**. *Cordis*, n. 14, p. 118-136. 2015.

NÓBREGA, L. S. A atuação da Psicologia na atenção psicossocial em contextos indígenas. In: Calegare, M. G. A.; Higuchi, M. I. G. (Orgs.). **Nos interiores da Amazônia: leituras psicossociais**. Curitiba: CRV, 2016, p. 249-270.

PAGLIARO, H. A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; ABEP [Associação Brasileira de Estudos Populacionais], 2005, p. 79-102.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005, p. 11-32.

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p.149-172, 2001.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. In: Hur, D.; Lacerda, F. (Orgs.). **Psicologia, política e movimentos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 25-57.

SILVA, A. M. **Inserção dos Tikuna no tecido social urbano de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Recuperado de <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2295>

SIMONI, A. T.; DAGNINO, R. S. Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, v. 33, n. 2, p. 303-326, 2016. doi: 10.20947/s0102-30982016a0020

SIMONIAN, L. T. L.; PONTE, L. A. S. X. Relação Estado e Sociedades Indígenas: identidades e territorialidades em Manaus, AM. In: II Encontro da

Presenças indígenas nas cidades: não reconhecimento de direitos e breves...

Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, **Anais...** Belém, PA. 2010. Recuperado de http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT9-273-160_20100831233446.pdf



A infância sem terra e o compromisso social da psicologia

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Matheus Mendonça de Vasconcelos

Paulo Vitor Alves de Freitas

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve sua primeira articulação como movimento social na década de 1970, constituído por agricultores que lutam pelo direito da terra e pela Reforma Agrária. De acordo com o Movimento, atualmente encontram-se atuantes em 24 estados da federação e, nesse processo de luta e organização, cerca de 350 mil famílias já conquistaram suas terras através de assentamentos.

As terras desapropriadas onde as famílias são assentadas geralmente possuem pouca infraestrutura, no que diz respeito a saneamento básico, energia elétrica, e até mesmo cultura e lazer (MST, 2014). Da

mesma forma é a educação nesses espaços e, por isso, o MST segue uma estrutura participativa e democrática, organizando-se para discutir as necessidades de cada área. O debate sobre a educação infantil, em especial, surgiu da “necessidade de compartilhar com as famílias sem terra os cuidados e a educação de seus filhos e suas filhas” (MST, 2004, p. 23), que é coerente com seus ideais de justiça, participação coletiva e transformação social.

Segundo o Movimento, há duas diferenças essenciais entre o currículo sugerido por eles e os currículos de escolas tradicionais: a primeira diz respeito há concepção de que a aprendizagem não ocorre apenas dentro da sala de aula – pelo contrário, “aprendemos e ensinamos a partir da prática, onde quer que ela aconteça” (MST, 1992, p. 3). A segunda diferença reside na defesa de que os conteúdos sejam escolhidos em função das demandas da prática ou temas que surgem a partir das necessidades coletivas dos assentamentos.

Esta pesquisa qualitativa, do tipo documental, tem por objetivo compreender a proposta de educação infantil segundo os princípios do MST, bem como realizar um diálogo entre estas concepções e o compromisso social da Psicologia. O método utilizado foi a análise documental, que segundo Gil (2008) consiste na análise de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico. É importante que seja feita uma análise explorativa, profunda e cautelosa dos documentos, esgotando-os, para que assim as informações contidas nos mesmos possam ser ampliadas (CELLARD, 2008; PIMENTEL, 2001; SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009).

Para alcançar o objetivo proposto fizemos um levantamento na Biblioteca Virtual do MST sobre materiais que falavam a respeito da proposta de educação infantil do campo do Movimento. Encontramos um “Boletim de Educação” e cinco “Cadernos de Educação”, publicações periódicas do Movimento que trata especificamente sobre a educação infantil. Tais materiais se constituíram como nossa fonte primária de informações.

Consideramos que este debate é de extrema relevância, pois entendemos, assim como Lacerda Junior (2015), que enquanto profissionais comprometidos com a transformação social precisamos centralizar nossa ação em estabelecer alianças com movimentos sociais anticapitalistas para que assim consigamos promover a emancipação humana. Desta forma, este artigo trata, além de uma discussão entre a educação infantil do campo no MST e o compromisso social da Psicologia, de um posicionamento político dos autores.

A proposta educacional do MST para a infância

Os cadernos e boletins que tratam especificamente sobre educação infantil do campo foram publicados entre 1992 e 2004, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Materiais encontrados em levantamentos na Biblioteca Virtual do MST

Tipo	Título	Ano
Caderno de Educação n° 1	Como fazer a escola que queremos	1992
Caderno de Educação n° 2	Alfabetização	1998
Caderno de Educação n° 7	Jogos e brincadeiras infantis	1996
Caderno de Educação n° 8	Princípios da educação no MST	1996
Caderno de Educação n° 12	Educação infantil: movimento da vida, dança do aprender	2004
Boletim de Educação n° 7	Educação infantil: construindo uma nova criança	1997

Fonte: elaborado pelos autores e autora mencionada, 2019.

Em pesquisa realizada por Méliga (2014), a autora analisa os Cadernos e Boletins de Educação do Movimento utilizando materiais que não tratavam especificamente sobre educação infantil. Resgatamos

esta informação para enfatizar a separação que a autora fez da análise em quatro tópicos: (a) concepções fundamentais acerca da infância e da educação das crianças; (b) tempos e espaços no cotidiano da ciranda infantil; (c) agrupamento e relações interpessoais na ciranda infantil e (d) atividades realizadas pelas crianças: aprendizagem, trabalho e luta pela terra. Utilizaremos estes tópicos como base para nossa discussão, porém nos propomos a juntar os itens b, c e d por entendermos que fazem parte do mesmo tema. Dessa forma, ficará disposto da seguinte maneira: (a) concepções fundamentais acerca da infância e da educação das crianças; (b) atividades realizadas pelas crianças: o brincar, a aprendizagem e a ciranda infantil.

Concepções fundamentais acerca da infância e da educação das crianças

Para compreender o conceito de infância que permeia as práticas do MST foram reunidas algumas características principais apontadas nos Cadernos de Educação sobre esse tema. No entanto, é importante ressaltar que as concepções de infância e educação não são totalmente desatreladas umas das outras, essa distinção é feita apenas para fins didáticos.

A educação infantil, compreendida pelo Movimento como aquela oferecida às crianças de zero a seis anos, é concretizada a partir da oferta de um “espaço educativo, seguro e cheio de informações” (MST, 1997, p. 7), fazendo com que a criança tenha contato direto com a realidade – nesse caso, a luta dos trabalhadores e sua forma de organização – conhecendo sua história e trajetória. A criança nessa faixa etária é um mar de possibilidades e capacidades para aprender.

Descrição semelhante é encontrada nos escritos de Vygotsky¹, sistematizados por Facci (2004), ao discorrer sobre a periodização do desenvolvimento humano. Ainda nos primeiros anos de vida, a

.....
1 VYGOTSKY, L. S. **Obras escolhidas**. Madrid: Visor, v. 4, 1996.

criança é incapaz de satisfazer suas necessidades biológicas; necessita, portanto, do adulto para realizar tal tarefa. Como a atividade principal da criança nessa idade é a sobrevivência, grande parte de seus comportamentos são mediados pelo adulto, portanto são socialmente desenvolvidos. Isso faz com que os dois – criança e adulto – mantenham uma comunicação, mesmo que de forma rudimentar, que é importante para o desenvolvimento.

Dessa forma, a necessidade por parte da criança de se comunicar com o adulto através da linguagem faz com que ela adquira tal habilidade. E é uma linguagem específica, inserida em um contexto, portanto, ela aprende a se comunicar ao mesmo tempo em que aprende a vivenciar a realidade do campo, da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Caderno de Educação nº 8 traz uma atualização sobre os princípios da educação no MST. Neste mesmo caderno, é evidenciado o significado da palavra “princípio” segundo o dicionário: pode se referir tanto àquilo que está na origem, no começo, como a uma fonte de ação. Portanto, para o Movimento, é entendida como:

algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referências) para nosso trabalho de educação no MST. Neste sentido, são o começo, ponto de partida das ações. Mas não surgiram primeiro, antes das práticas. Ao contrário, eles já são o resultado de práticas realizadas, das experiências que estamos acumulando nestes anos de trabalho. (MST, 1997, p. 4).

Ou seja, as referências que norteiam a prática educacional infantil no Movimento surgem de experiências educativas próprias deles, do fazer cotidiano no campo e do estudo de outras práticas.

Quando se fala em educação é comum associar à escola, pois é o espaço onde acontece prioritariamente a aquisição de conhecimentos sistematizados e os processos de socialização, principalmente entre crianças. Porém, a educação é entendida pelo Movimento como algo mais abrangente, sendo um dos processos de formação humana,

“processo do qual as pessoas se inserem numa determinada sociedade, transformando-se e transformando esta sociedade” (MST, 1997, p. 5). Assim, ela está ligada a um projeto político, a um princípio, a uma concepção de ser humano e de mundo.

A grande preocupação não é onde ocorre o aprendizado, mas de que forma o mesmo se conecta com a realidade das crianças do Movimento. Dessa forma, na sessão seguinte iremos discorrer sobre as atividades que as crianças desempenham na escola, especificamente o brincar, a aprendizagem e a ciranda infantil e o quanto elas são importantes para o desenvolvimento da autonomia e como se relacionam com a luta pela terra.

Atividades realizadas pelas crianças: o brincar, a aprendizagem e a ciranda infantil

As atividades realizadas pelas crianças foram separadas em subtópicos com a finalidade de explicá-las de forma mais rica e detalhada. É importante evidenciar que, apesar da separação de cada atividade, elas estão interligadas.

O brincar

A brincadeira é uma temática discorrida em diversos materiais do MST. No entanto, é no Caderno de Educação nº 7 e no Boletim de Educação nº 7 que o brincar ganha uma atenção maior. Para as crianças, brincar é uma atividade séria e deve ser considerada da mesma forma por quem as educa, já que não é possível desvincular o brincar das situações reais (MST, 1997). Dessa forma, tal ato surge para “solucionar um impasse entre a necessidade de ação da criança e a sua incapacidade de executar as operações que a ação exige – como dirigir um carro, um ônibus” (MST, 1997, p. 13). Além disso, os materiais trazem sugestões de brincadeiras que desenvolvem senso de justiça, atenção, expressão corporal, afetividade, criatividade, organização em

grupo, companheirismo, trabalho, diálogo, raciocínio/reflexão, senso de organização e busca de saídas coletivas, entre outras características. Ou seja, a brincadeira tem um sentido que vai além do entretenimento. É pedagógica porque trabalha conteúdos e habilidades desenvolvidas em sala de aula de uma forma divertida e é adaptada ao Movimento porque busca incentivar a coletividade, o trabalho e o amor pela terra.

Através da brincadeira e do brinquedo a criança compreende as pessoas, a natureza e o mundo em que vive. As infinitas possibilidades do brincar permitem que as crianças desenvolvam sua criatividade através da criação e da recriação de brinquedos, como é o caso de uma garrafa pet de dois litros: para uma criança de dois anos, ela pode representar um boi ou um cavalo; para uma criança de seis anos, pode simular um chocalho ao preencher a garrafa com milho e, assim, há a possibilidade de utilizar este brinquedo como um instrumento musical. Portanto, é essencial que pais e educadores considerem o brincar como uma atividade importante na vida das crianças e que as estimulem e desafiem, com a finalidade de instigá-las a conhecer mais sobre sua realidade e de (re)criar formas de agir sobre ela.

Aprendizagem

As primeiras séries do ensino básico – mais especificamente a pré-escola – são adotadas pelo Movimento como sendo de fundamental importância, possuindo características especiais e exigindo maior atenção, pois é onde se dará a aquisição da linguagem escrita pela criança. Aliás, o processo de alfabetização apenas se inicia nesse período, mas nunca termina, perdurando para além do ensino fundamental e para toda a vida.

Durante a alfabetização, a criança passa por um processo construtivo e gradual, de elaboração da escrita. Assim como os primeiros seres humanos que começaram a expressar a realidade através de desenhos e rabiscos, também a criança passa pelo mesmo processo, rasurando aquilo que acredita serem palavras até evoluir para uma

escrita convencional. É importante que o professor, diante dessa construção, reconheça as várias formas de escrita e que cada aluno necessita de um tempo diferente para que a aquisição dessa habilidade se concretize.

Para que a participação da criança na escola aconteça de forma prazerosa para ela e para todos, é necessário criar espaços de conversa onde as crianças tenham a oportunidade de falar de suas vidas, compartilhar sobre o seu dia a dia e que possam, coletivamente, discutir qual o objetivo delas na escola, o que tem vontade de aprender – não só na escola, mas também na família e na comunidade -, e como podem organizar esse espaço que é delas. A criança se sentirá amada, segura e aceita para poder se expressar “através da fala, do brincar, da organização e da disciplina, tanto na sua ação como na ação do coletivo.” (MST, 1998, p. 7). Discutir a importância desse diálogo para a formação de qualquer criança, talvez trazendo propostas para a atuação do psicólogo, seja ele da área da educação ou social.

O Movimento entende que as crianças possuem sonhos, fantasias e vontade de estudar que acabam levando para a escola. Porém, algumas práticas dos professores, como passar atividades em excesso aos alunos com o objetivo de somente copiarem, não dialogar com demais professores e não envolver os pais e a comunidade no planejamento escolar, fazem com que esses sonhos e sentimentos da infância sejam desvaídos.

A escola nos assentamentos é organizada coletivamente, assim, todos se comprometem e se desafiam para alcançar o objetivo em comum. Para tanto, é preciso fazer o levantamento das principais necessidades da escola e como supri-las. O Caderno de Educação nº 2 (1998) traz alguns exemplos de como a escola pode ser construída a partir desse levantamento: no caso da necessidade de construir uma área de lazer com bancos, os alunos precisam se organizar e decidir o que irão fazer na área – se irão roçar, capinar ou plantar grama, onde será feito o caminho para as pessoas andarem, etc. –, bem como os materiais necessários para construir, medir e limpar o espaço.

Da mesma forma, Facci (2004), ao tratar da periodização humana segundo a Psicologia Histórico-Cultural, ressalta que durante a primeira infância a atividade principal da criança é a objetal-instrumental, na qual são desenvolvidas habilidades de manipulação socialmente construídas dos objetos, e para que isso ocorra, o adulto precisa demonstrar às crianças como são utilizados. Essa aprendizagem é mediada pela linguagem, em que a criança manterá contato com o adulto para aprender a manipular objetos. Além disso, é interessante notar que essa prática pode ser utilizada como conteúdo didático para os alunos, bem como aprimora o fazer coletivo.

Essa organização e execução prática vira conteúdo a ser desenvolvido junto com os alunos em sala de aula. Então, o professor também precisa ter seu planejamento com objetivos definidos, assim como a metodologia, pra que essa prática possa ser desenvolvida de forma à acrescentar conhecimentos para os alunos. É vivenciando a prática do trabalho que as crianças aprendem a fazer reuniões para discutir os problemas, buscar soluções para as dificuldades, a se organizar para o trabalho, pois não basta, somente dizer para a criança como se faz: ela precisa fazer, experimentar, usando todos os seus sentidos (MST, 1998, p. 8).

Após cada atividade, é feita uma avaliação com o intuito de verificar se os objetivos estão sendo alcançados, visando o aprimoramento das práticas. Quem participa das avaliações são os pais, alunos, professores e o setor da educação do assentamento, nas quais juntos avaliam a participação e o comprometimento da escola com os pais, dos pais com a escola, e da escola com o assentamento. Além disso, é observado se os alunos têm se comprometido com a organização, como tem se dado seu relacionamento para com os outros, e o seu empenho e envolvimento com as atividades propostas.

Todos participam dessa avaliação, porém de maneira diferente e em momentos diferentes. Com os alunos, é feita uma autoavaliação, onde expressam sua imaginação, sonhos, dúvidas, revoltas, e os de-

saíofos que irão assumir. Em seguida, alunos, professor e pais avaliam conjuntamente o grupo de trabalho.

São vários os instrumentos utilizados com essa finalidade – cartaz de avaliação, caderno de observações, e reuniões com os pais – mas os materiais imprescindíveis para a aprendizagem das crianças do campo são “o diálogo, a discussão e a humildade de ser avaliado e de avaliar juntamente com todo o coletivo da escola.” (MST, 1998, p. 28).

Compreendendo como ocorre a aprendizagem segundo os princípios do Movimento, podemos tratar sobre outra importante atividade realizada pelas crianças que contribui para a constituição dos sujeitos: a ciranda infantil.

Ciranda Infantil

Para definir a ciranda infantil, é imprescindível que se faça um resgate histórico sobre sua constituição dentro do Movimento. A criação das cirandas se deu pela necessidade de as mulheres estarem em outros contextos além do doméstico. Elas começaram a aparecer mais na produção, nas cooperativas e associações, assim como na militância, nos cursos de formação, nas lutas e nas reuniões. Por conta disso, foram criadas creches nas cooperativas de produção e a partir dessas experiências aconteceram as primeiras discussões sobre a educação infantil na reunião do Setor Nacional de Educação em São Paulo, no ano de 1996 (MST, 2004). Após essa discussão inicial, surgiram debates, cursos e oficinas que formaram educadoras e educadores infantis. Inicialmente as creches começaram a ser chamadas de “Círculos Infantis”, uma analogia à experiência cubana. No entanto, com a

discussão nos coletivos de educação estaduais e nacional, passamos a chamar nosso espaço de Educação Infantil de Ciranda Infantil, nome que se refere à nossa cultura popular, às nossas danças, às brincadeiras, e à cooperação, a força simbólica do cír-

culo, ao coletivo e ao ser criança. (MST, 2004, p. 24, grifos dos autores).

A valorização e a proliferação das Cirandas Infantis ocorreu após o 4º Congresso Nacional do MST que aconteceu no ano de 2000. Desta maneira, as cirandas passaram a fazer parte de todas as atividades do Movimento.

A Ciranda Infantil pode ser definida como um espaço que deve ser constituído em todas as atividades do Movimento, onde crianças de zero a seis anos estiverem presentes. É também um espaço educativo que trabalha todos os aspectos que envolvem os Sem Terrinha, vinculando as vivências com aspectos pertinentes para eles, como relações de gênero, reforma agrária, cooperação, autonomia, luta pela terra, entre outros (MST, 2004). Segundo Rosetto (2016), “É importante ressaltar que a Ciranda é um espaço educativo intencionalmente planejado, no qual as crianças aprendem, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização da qual fazem parte” (p. 24). Além disso, a referida autora chega à conclusão de que a Ciranda Infantil possui caráter emancipatório, ou seja, permite que as crianças do Movimento se constituam como construtoras e lutadores no processo de transformação da sociedade. Discutir com a Psicologia.

A proposta de tornar o sujeito autônomo, criador e criativo é também parte do projeto de uma Psicologia compromissada socialmente, que visa transformar as condições materiais da vida dos seres humanos. Sendo assim, o compromisso social da Psicologia será tratado a seguir para que seja feita a relação entre este e os princípios da educação infantil no MST.

O compromisso social da Psicologia

A Psicologia vem se dedicando a problemáticas advindas de grupos que compõem a elite da sociedade (BOCK, 2009; BOCK et al., 2007; MARTIN-BARÓ, 1996). Partindo dessa premissa de

que a Psicologia tem se posicionado a favor das camadas mais privilegiadas, autoras da Psicologia como Silvia Lane, Bader Sawaia, Ana Bock, entre outras, começaram a discutir sobre o compromisso social da Psicologia, que implica avaliar qual direção a Psicologia tem caminhado: “para a transformação das condições de vida? Para a manutenção?” (BOCK, 1999, p. 321).

É de extrema importância que cada profissional da Psicologia tenha sua atuação orientada para que a transformação social ocorra. Nas palavras de Martin-Baró:

trata-se de colocar o saber psicológico a serviço da construção de uma sociedade em que o bem estar dos menos não se faça sobre o mal estar dos mais, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 23).

Dessa forma, precisamos ter uma intervenção crítica e transformadora de nossas condições de vida, que transgrida os modelos individualistas e deterministas presentes na Psicologia, que questiona e estranha a forma com que as coisas acontecem ou como as coisas estão. É preciso, também, “romper com 500 anos de desigualdade social que caracteriza a história brasileira, rompendo com um saber que oculta esta desigualdade atrás de conceitos e teorias naturalizadoras da realidade social” (BOCK, 1999, p. 327).

Por fim, acreditamos que outra forma de promover a transformação social é nos tornando aliados de movimentos sociais insurgentes e que defendem ideias anticapitalistas (LACERDA JUNIOR, 2015). É nos posicionar frente às desigualdades sociais, iniciar discussões sobre atuação da Psicologia e fomentar políticas públicas. A real demanda para a psicóloga e o psicólogo está onde houver seres humanos sofrendo desigualdades sociais, sendo humilhados, explorados, discriminados, desqualificados (Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2013, p. 32).

Considerações finais

A partir das reflexões elucidadas neste artigo, é possível afirmar que a proposta de educação do MST envolve todos os aspectos que perpassam o cotidiano de uma comunidade ou assentamento, com o foco em relacionar essas vivências com o conteúdo escolar, que, por sua vez, é definido em conjunto entre os alunos, pais e educadores. Dessa forma, atividades como as brincadeiras, se tornam pilares importantes para a constituição e desenvolvimento do conhecimento da criança, permitindo um mundo de oportunidades no que diz respeito à criatividade e coletividade. A Ciranda Infantil também se constitui como pilar fundamental da educação de crianças do movimento, pois possibilita uma conexão maior entre as crianças e as pautas discutidas por eles.

Nesse sentido, o compromisso social da Psicologia pode dialogar com os pressupostos do MST para a educação infantil, pois ambos visam promover a transformação social das condições de vida. É importante enfatizar que a discussão do compromisso social está atrelada especificamente com a da educação infantil no MST porque a criança que aparece em pesquisas/debates dentro da Psicologia na maioria das vezes é vista como a culpada, assujeitada, puramente biológica ou psicológica, e nunca como um sujeito de potencialidades que pode transformar sua realidade e por ela ser transformada. É preciso que a Psicologia abra espaço para aprender com os saberes do Movimento para que assim também possa promover práticas que coloquem a criança como criadora, transformadora. Os Sem Terrinha constituem parte importante do Movimento, inclusive realizando encontros próprios a nível de estado e a nível nacional.

Contudo, é necessário que existam mais debates no âmbito acadêmico em relação aos movimentos sociais do campo, para que as futuras e futuros graduandos entendam que no espaço rural há formas de produção de subjetividade, relação com a terra e trabalho

de uma forma bem distinta das que ocorrem nos contextos urbanos. Uma forma de fomentar essas discussões pode ser através de pesquisas que relacionem a Psicologia com temáticas do campo, fazendo assim com que o debate seja ampliado.

Referências

BOCK, A. M. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.

BOCK, A. M. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: **Psicologia e o compromisso social**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 15-28.

BOCK, A. M. M. B. et al. Sílvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 46-57, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 295-316.

CFP. **Referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas a terra**. Brasília, DF: CFP, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FACCI, M. G. D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigostsky. **Cadernos Cedes** (Campinas), v. 24, n. 62, p. 64-81, 2004. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20092.pdf>

LACERDA JUNIOR, F. Podem as políticas públicas emancipar? In: LIMA, A. F. et al. **A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015, p. 111-128. Recuperado de http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=461

MARTIN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MÉLIGA, L. L. **Educação infantil no campo: a educação das crianças pequenas nas proposições do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2014. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MST. **Como fazer a escola que queremos**. Caderno de Educação nº 1. 1992.

MST. **Jogos e brincadeiras infantis**. Caderno de Educação nº 7. São Paulo: MST, 1996.

MST. **Educação Infantil**: construindo uma nova criança. Boletim da Educação nº 7. São Paulo: MST. 1997.

MST. **Alfabetização**. Caderno de Educação nº 2. São Paulo: MST, 1998.

MST. **Princípios da educação do MST**. Caderno de Educação nº 8. São Paulo: MST, 2004.

MST. **Quem Somos**. São Paulo: MST, 2014. Recuperado de <http://www.mst.org.br/quem-somos/>

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001.

ROSETTO, E. R. A. **A organização do trabalho pedagógico nas cirandas infantis: lutar e brincar faz parte da escola de vida dos sem terrinha**. 2016. 270 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2016.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.



UHEs Santo Antônio e Jirau (RO) e Belo Monte (PA): desastre continuado e sofrimento psíquico

Luis Fernando Novoa Garzon

Érika Fernandes Costa Pellegrino

Juliana da Silva Nóbrega

Introdução

A rotação dos desastres em um capitalismo fundado na espoliação permanente e na “irresponsabilidade organizada”¹ propicia a normalização do sofrimento social produzido por grandes projetos agrícolas, minerais e de infraestrutura. *Pari passu*, as responsabilidades são dissipadas enquanto rastros das incorporações econômicas estruturalmente criminosas tornam-se caminhos regulamentares. O desastre socioambiental produzido pelas usinas hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau (2007-...), no rio Madeira (RO), pareceu dis-

.....
1 A irresponsabilidade organizada consubstancia-se quando se opta deliberadamente por dissimular as ameaças e riscos socioambientais, permitindo que se normalizem sem alarde, contando que tais práticas limítrofes não serão reveladas ou invalidadas. (BECK, 1995).

creto à sombra do desastre magnificado de Belo Monte no rio Xingu (PA) (2012-...).

O novo patamar de perversidade posto pelo crime de Mariana (2015-...) que carregou a bacia do Rio Doce inteira, centenas de cidades, uma extensa região marítima e litorânea, logo foi pareado pelo desastre tecnológico de Brumadinho (2019), com o sufocamento por lama de tóxica de centenas de pessoas (muitas ainda desaparecidas), do rio Paraopeba (MG), com iminente risco de contaminação de toda a bacia do rio São Francisco. E seguem outros desastres engatilhados na mesma esteira, no mesmo modelo de produção de *commodities* em larga escala, a qualquer custo.

A premissa, aqui experimentada e vivida, é que os processos de implementação de infraestrutura de larga escala dependem de cidades-las de poder irrestrito, “não lugares” políticos, em outros termos, em zonas autonomizadas e despidas de qualquer contratualidade social. A fórmula de desastres enaltecidos por estudos ambientais precários e agências reguladoras mutiladas teve, na implementação das UHEs Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, sua máxima clarividência. Assim se deu a entronização do modelo de incorporação territorial em larga escala adotado nas últimas décadas na Amazônia: (a) planejamento alinhado a determinações exógenas-endógenas de circuitos de fornecimento global; (b) planejamento setorial privado, sob a égide do discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento regional; (c) financiamento das obras por meio de arcabouços financeiros artificializados que cristalizaram largas margens de rentabilidade em detrimento de qualquer custo socioambiental “adicional”, processo sustentado às cegas por bancos públicos.

Em continuidade, o programa “Parceria para Investimentos” (PPI), lançado em 2016, foi plenamente incorporado pelo governo eleito em 2018. O preposto dos mercados de plantão só poderia radicalizar a lógica de maximização do suporte público aos conglomerados privados e de minimização dos mecanismos de regulação pública e social. Emblemático que o setor público replique o mesmo

foco instrumentalizador do setor privado em relação a bens coletivos, de uso múltiplo, compartilhado, sustentáculos de biomas, pilares de biodiversidade e sociodiversidade, que são nossos rios e mananciais. Sob recomendação expressa do Banco Mundial e dos *lobbies* privatistas, o conjunto de leis e normas que regulam o uso e aproveitamento dos recursos hídricos sofreu novas investidas flexibilizadoras no último período. A tônica foi, e continua sendo, a da remoção de “entraves” aos investimentos. A simplificação e agilização dos processos de licenciamento ambiental e dos procedimentos de outorga não significa outra coisa senão subsidiar e favorecer a disseminação de empreendimentos voltados para o retorno de curto prazo, deixando população e meio ambiente a descoberto.

Demonstrar como avançam, espacial e institucionalmente, essas frentes de despossessão no Brasil é fazer com que as políticas de desaparecimento social apareçam e sejam confrontadas. De modo que os sentimentos e afetos que corporificam esse processo de extinção possam ser registrados e inquiridos: a ostentação possessivista, a indiferença com o destino dos que foram vulnerabilizados, o colapso emocional dos continuamente afetados, em constante oscilação entre o pânico e a sensação de desintegração.

A normalopatia do desastre como negócio

Em benefício da dúvida e da contestação dessa normalidade cínica, é preciso entender a memória do que podia ter sido de outro jeito. Até mesmo para pleitear as justas reparações e transições é indispensável que haja o registro e o aquilamento de cada um desses golpes empresariais-financeiros, de cada um desses martírios sociais e ambientais. Aqueles que mais interagem com os ciclos do rio, suas cachoeiras, seus sistemas lacustres e de várzeas, foram ceifados na raiz, justamente porque sua extinção representa a dissipação de soberania social, que é, aliás, o objetivo de fundo de qualquer limpeza social profunda. Os consórcios responsáveis pelas UHEs Santo Antônio

e Jirau e Belo Monte impuseram forma e ritmo de implementação já contando com o abastardamento das instituições de controle e fiscalização. O barateamento do território e da população, na forma de desastres continuados, fazia parte do preço calculado. O desastre, com seus gatilhos de socialização e etnicização dos prejuízos, lastreia o acordo econômico-político em torno das novas “províncias hidrelétricas” na Amazônia.

Capitais permanecem juntos e serenos enquanto se mantém, direta ou indiretamente, a rentabilidade prevista. Há acordo desde que mantida a possibilidade de contínuas readequações dos aproveitamentos, sem custos administrativos e riscos financeiros adicionais. Exatamente por isso esses empreendimentos continuam sendo apresentados como eficientes, inovadores e limpos. Vê-se que a espoliação é simultaneamente cognitiva, afetiva e material. Esses indicadores não levam em conta a cessação de ciclos situacionais-culturais de milhares de camponeses e extrativistas ribeirinhos. Não consideram o estraçalhar de famílias e laços de vizinhança. Não contabilizam as fontes de renda e de convivência suprimidas. Nem as unidades de conservação de repente colocadas no caminho do negócio multiplicador de outros negócios, igualmente depauperantes, florestas, lagos e rios, onde a vida multiforme se repunha e se ritualizava. Nem cidades e distritos da região transformados em zonas de passagem, na melhor hipótese, zona de depósito e de refugio. A retenção da experiência dessas apropriações devastadoras vem sendo dificultada por uma política deliberada de blindagem jurídica e técnica erguida com base em um *lobby* setorial intensivo e em financiamentos empresariais seletivos à ciência de encomenda. O necrológio e o inventário da pilhagem do rio Madeira não deve, pois, servir para que sejam internalizados, *ex post*, custos dissimulados dos empreendimentos, mas para que não esqueçamos o que foi arrancado e desfigurado e de que nada disso tem preço (BOSI, 1979).

O sentido e a direção das políticas econômicas hegemônicas e de seus arranjos espaciais é o de liquidação dos bens públicos e das riquezas

ainda não privatizadas e monopolizadas. Isso explica por que no Brasil os territórios não completamente mercantilizados, especialmente na Amazônia, tem sido frente prioritária de expansão capitalista. O fim da Amazônia como barreira espacial, na visão dos depredadores ou como região singular, diversa e por isso protegida, é uma manifestação típica de uma crise de sobreacumulação em fase aguda que se expressa por meio de expropriações materialmente fulminantes ordenadas por esferas de valorização formalmente desmaterializadas, financeirizadas, fictícias apenas nesse sentido.

Convencionou-se chamar de “financeirização da natureza” a imediatez das apropriações em primeira e última instância computadas, decididas e viabilizadas nas esferas mais centrais dos conglomerados. Assim são devorados orçamentos públicos, bens naturais, comunidades, grupos sociais e etnias, resultando em estoques que definem a concorrência inter-imperialista e que ainda apresentam valor ideológico agregado: pretexto para pacíficas “governanças” ambientais e/ou climáticas.

Opera vigorosamente, nesse cenário, a chamada chantagem locacional (ACSELRAD; BEZERRA, 2009) muito mais eficiente e perversa em regiões recortadas e concebidas como atrasadas, em falta, portanto, com o que seriam os requisitos do “desenvolvimento”. Por isso, nas bordas depredadas e devastadas da Amazônia ou em áreas consideradas estagnadas, aumenta o poder de sedução do cenário de “salto adiante” oferecido pelos grandes projetos. A fronteira de acumulação assim se consolida com custos de fronteira, em outros termos, com a precarização do mercado de trabalho, a flexibilização e virtualização das normativas urbanísticas e o relaxamento da legislação ambiental. Ou seja, em meio à frouxidão social e institucional é que se robustece o espírito de pilhagem financeira (MATTEI; NADER, 2013).

Mecanizados em barragens sucessivas, os rios amazônicos vão sendo sintetizados na forma de espaços construídos (*builtenvironment*) de suporte dedicado ao processo de acumulação (HARVEY, 1981/2005). Fenômenos extremos que ocorram nessa bacia hidro-

gráfica somente podem provir da “natureza” desse mesmo processo. Naturalizadas as causas do desastre, justifica-se a compulsoriedade do tratamento das consequências, ou seja, a necessária “gestão” dos problemas provocados pelo desastre sem responsáveis. Os grandes barramentos hidrelétricos impuseram intervenções desastrosamente homogêneas na região amazônica, inviabilizando a pesca, agricultura de várzea, a silvicultura e o transporte de pequenas embarcações e o modo de vida de milhares de pessoas.

O desastre dos grandes projetos, assim, é ao mesmo tempo fonte originária de rentabilidade e pretexto para a vigência de formas expandidas, como diria Foucault, de controle biopolítico sobre os atingidos. Ribeirinho, pescador, coletador, agricultor familiar, antes potencialmente titular de direitos, é convertido no pós-desastre em flagelado à mercê de políticas emergenciais e assistenciais, quando muito. Maneira cômoda para os causadores e beneficiados de última instância de apagar todas as evidências de crimes sociais e ambientais. Entram em cena a Defesa Civil e a Polícia Ambiental com suas medidas evacuatórias, aplicadas em nome da segurança das pessoas e da proteção de um meio ambiente erradicado de pessoas. Aos indivíduos, resta o apoio precário das já precárias políticas de assistência social e da filantropia dos “cidadãos de bem”. Mais uma vez o controle disciplinar se dá: quem irá resistir de forma determinada por sair da “precariedade” da vida marginal “beradeira” quando finalmente receber a dádiva de morar em conjuntos residenciais nas periferias expandidas das cidades nos entornos de grandes projetos?

A concepção da Amazônia como reserva de riqueza a ser apropriada como “espaço vazio”, a ser preenchido a todo custo, vincula-se a uma percepção capitalista cêntrica autorreferente que pressupõe a existência de um nível econômico–tecnológico superior por mérito civilizador. Demérito, portanto, dos não abrangidos, dos “de fora”, dos não prontamente assimiláveis às relações sociais apresentadas como “competitivas”. Bloqueio e desqualificação de olhares contrahegemônicos, de saberes não engolfados pelo discurso “técnico-cientí-

fico”, para que não haja controvérsias e desgaste acerca dos requisitos indispensáveis do crescimento econômico, ou para o retorno a ele (ZHOURI et al., 2014).

Massacres assépticos e silenciosos

O modelo rentista-neoextrativista (CARVALHO et al., 2018), ao qual o país foi entregue nas últimas décadas, combina reiteradas expropriações primárias ao longo da fronteira econômica, com formas espoliativas de última geração. Conferindo-se absoluta discricionariedade privada às concessões minerárias, energéticas e dos setores de infraestrutura, não há mais eco de soberania possível. Com a permissão de multiplicação da dívida pública e o uso ilimitado de derivativos financeiros, com destaque para os mercados futuros de *commodities*, o país perde qualquer pretensão de definir contornos sociais, implodidos os regimes de convivência e direitos territoriais decorrentes.

Mais candidatos para a reunião de regimes de trabalho anômalo ou análogos à escravidão. Deste modo, a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo. Desconta-se na natureza dos “menos competitivos” os custos adicionais da última crise financeira. Não há riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e soberanias sociais. A supressão objetiva de sujeitos referidos por décadas e séculos a unidades de trabalho familiar polivalentes e cooperativas, estreitamente vinculadas aos ciclos hidrológico e climático, é uma premissa para a invenção de novos pobres, deslocados do espaço porque deslocados do tempo. A natureza sempre por dominar é representada assim como antiquada, anacrônica, bloqueadora do chamado “progresso”.

Precarização exemplar essa, que reduz ou extingue espaços pactuados de interação social e de reconhecimento, incluindo toda a legislação e normativas protetivas decorrentes desses pactos. Significa capacidade de precarizar tudo que estiver abaixo e próximo. Esse movimento dissipador e desorganizador promovido pela burguesia

brasileira, forjada em sucessivas “crises internacionais”, ou reconfigurações inter-imperialistas, transparece no esforço “recodificador” da parte do “circuito superior” da sociedade brasileira, identificado por Alfredo W. B. Almeida (2012). Se após os anos 1930, no Brasil, os códigos (de água, ambiental, mineração, relativo aos povos indígenas) expressavam ou reverenciavam pactos apresentados como tendencialmente universalizantes - neste caso específico, como vetores da “construção nacional” - as recodificações efetuadas e as em curso, a partir de 2010, procuram tornar compulsórios processos de apropriação e exploração dos recursos naturais em nome do “interesse nacional”. Inalienáveis agora devem ser os “direitos dos investidores”, proclama o perene governo da crise. A fórmula dessa recodificação ou re-regulamentação é a descostura de padrões de homologia social, daí o recurso a “normas abertas”, contratualizáveis e descentralizáveis para que os particularismos dominantes possam ser traduzidos sem dificuldade como o interesse geral ou nacional.

Nesse quadro, os remanescentes de povos tradicionais nos entornos dos grandes empreendimentos da Amazônia só podem existir condicionalmente como “populações vulneráveis”, dependentes de medidas assistenciais. Seringueiro, castanheiro, pescador, ribeirinho, na narrativa modernizadora hegemônica, deixa de ser concebível como categoria não descritiva ou como condição coletiva consciente. Não pode haver alguém que tenha escolhido, aderido, adotado e criado seu território no entremeio dos ciclos econômicos, inventando um ciclo orgânico continuado. O colonialismo reciclado, que emana do modelo rentista-neoextrativista vigente, não admite rastros de usufruto recíproco e equilibrado de bens efetivamente comuns.

A dinâmica destrutivo-criadora do capitalismo no Brasil é intensa o suficiente para promover silenciamentos territoriais com poder retroativo. Epistemicídios² para que a marcha forçada dos grandes grupos econômicos sobre a Amazônia prossiga sem comoções. Abrem-se temporadas de caça a rentabilidades extraordinárias, abrem-se

.....
2 Cf. Santos, 2010 e Grosfoguel, 2016.

portos, estações, corridas e corredores para que se prorroguem os efeitos da última crise de sobreacumulação.

A depender daqueles que promovem e legitimam essa interminável frente de despossessão, só apagamento e amnésia. E não adianta supor compensações do tipo uma devastação ali, uma preservação acolá. O que vemos, medimos e sentimos aqui é que o pior não tem chão ou piso, o pior é uma queda livre que leva de roldão todos os limites de tolerância anteriores.

A questão do sofrimento psíquico e a experiência da Clínica do Cuidado, em Altamira/PA

Não existe compensação mensurável pelos meios capitalistas para o sentimento de pertencimento, a noção de casa - o corpo indissociavelmente ligado ao ambiente, aos laços familiares e comunitários. O deslocamento forçado sempre vai constituir uma situação-limite ou trauma, a esgarçar o tecido do vivido e borrar as imagens nele tecidas. A partir da experiência do trauma ressignificam-se as vivências passadas, tornadas idealizadas e, portanto, impossíveis de serem questionadas ou recuperadas e emaranham-se os fios de possibilidades futuras, presas nos nós da judicialização, da espera pelo tempo das instituições, do reconhecimento da condição de atingido, da alocação em um novo espaço. A vida fica em suspenso, e, como já foi dito, o sujeito rebaixa-se à condição de vítima ou de afetado.

O *modus operandi* dos grandes empreendimentos, ao propor um modelo de desenvolvimento homogêneo, que promete influxo de capital para o “progresso” da região, oferecendo empregos e compensações financeiras, desequilibra as dinâmicas territoriais e sociais prévias, dividindo e desarticulando os movimentos sociais que lhes oporiam resistência. As próprias instituições estatais, frente ao influxo migratório e às promessas de condicionantes por parte do empreendimento, se desestruturam e se escusam de responsabilidades

decorrentes da intensificação de problemas sociais nas áreas de saúde, educação, segurança e moradia (HERRERA; MOREIRA, 2013). As promessas de emprego, habitação, compensações financeiras - os cadastros e julgamentos de ações na esfera judicial - privilegiam a ação individual, enfraquecida e destacada de suas relações.

Por isso entender o sofrimento psíquico decorrente dos impactos de um grande empreendimento como a patologia ou sintoma individual, sem considerar seu contexto mais amplo, serviria de reforço a esse discurso. A consequência de uma abordagem centrada em diagnósticos individuais que visam à restauração de uma normalidade em uma situação absolutamente anormal incorreria no que Dunker (2015) denomina “*normalopatia*, ou seja, excesso de adaptação ao mundo como ele se apresenta e, no fundo, um sintoma cuja tolerância ao sofrimento se mostra elevada”.

Em oposição a isso, entendemos o potencial de uma clínica psicanalítica que não desenraiza o sujeito de seu tempo e busca compor com os campos sociais e políticos, articulando a singularidade com a historicização dos laços sociais (ROSA, 2016).

Um exemplo de alternativa proposta de intervenção dentro desse referencial clínico-teórico foi o projeto Refugiados de Belo Monte, intervenção feita por um grupo de 16 profissionais de saúde mental de várias regiões do Brasil, em janeiro de 2017 na cidade de Altamira, no Pará. Os atendimentos foram realizados a partir de uma articulação com os movimentos sociais e, além da escuta individual e familiar, tem a proposta, expressa aos atendidos, de gerar documentação coletiva da memória e experiência compartilhadas.

Os analistas passaram por uma formação prévia no dispositivo Clínica de Cuidado, criado para possibilitar a escuta possível que levasse em conta as vicissitudes e demandas de um contexto de exclusão e violência, gerador de uma experiência de luto a partir de violações sociopolíticas (ROSA, 2016).

Assim, a subversão do ponto de partida de uma suposta neutralidade, substituída por um reconhecimento do sofrimento decorrente

de violações é fundamental para que possamos atingir objetivos como: favorecer processos de luto, reposicionar identificações com os grupos, contextualizar o sofrimento em uma narrativa e poder endereçá-lo a práticas de resistência social e reposicionar sujeitos frente a sintomas como depressão ou somatizações (KATZ; DUNKER, 2018).

Partindo do princípio de que ao relatar um caso clínico este evidencia um modo de sofrer em um contexto social (TURRIANI et al., 2018), apresentamos excertos do atendimento do Senhor B., de 51 anos, atendido em quatro ocasiões durante a expedição do projeto Refugiados de Belo Monte.

B. viveu com a família e os filhos por 13 anos na beira do rio Xingu, em uma casa que construíram com o dinheiro proveniente da pesca de um peixe ornamental. B. pescava para consumo da família e vendia o excedente aos vizinhos. Os demais membros da família também tinham suas fontes de renda, como fazer faxina ou vender “geladinho”. Além disso, ele sempre plantou e fez farinha de mandioca, e só usava o dinheiro para comprar o que não pudesse fazer. Viviam em um espaço com um pomar, um poço e uma casa grande, onde havia uma área de convívio comum, mas também áreas separadas com privacidade para os membros da família estendida. Apesar de contar muitas dificuldades na vida, é em Belo Monte que ele localiza o ponto de virada e início de seus problemas: “acabou foi tudo”.

Ele conta que adoeceu. Tem uma doença reumática que o impede de mexer com gelo e se expor ao sol, e, portanto, o impossibilita de pescar. A associação temporal com o trauma de Belo Monte é expressa na fala dele, inclusive, estava internado para investigar sintomas da doença quando os funcionários da empresa expulsaram sua esposa da casa em que viviam. Agora, as pessoas da família que conseguiram compensação financeira, de valores baixos, com baixo poder aquisitivo devido à especulação imobiliária do período, se espalharam em diferentes bairros de periferia, em casas pequenas e vizinhanças precárias. Alguns não foram cadastrados e não receberam compensação, e hoje moram de favor, gerando insegurança e revolta. Não conseguem

trabalho, sentem-se sem segurança e sem vínculos na comunidade. “Nunca fiquei parado dentro da minha casa. Só dá pra esperar...”

A esposa de B. diz que a pior parte é não ter o que dar quando as crianças pedem comida. Antes, quando queriam frutas, tinham o pomar cheio; agora, se quisessem um cacho de bananas ou um pacote de bolacha, precisam ter dinheiro para comprar, e nem sempre é possível.

Ao saírem da casa, receberam compensação financeira pelos “melhoramentos botânicos”, com um valor tabelado para cada árvore do pomar. Um pé de cacau valia pouco menos que R\$ 7, uma goiabeira, R\$ 30 e um abacateiro, R\$ 40. Ao todo, receberam R\$ 900 por um pomar que alimentaria a família por gerações.

Nesse caso é possível observar os efeitos traumáticos da perda de território que se reflete na possibilidade de renda, nos laços familiares e comunitários, na sensação de segurança e pertencimento e tem então seu mais agudo e concreto desdobramento na redução do espaço vivido ao território do próprio corpo - com o surgimento de sintomas e doenças físicas. B. traz sua doença reumatológica como a concretização no corpo de sua impossibilidade de pescar, especular das limitações objetivas relacionadas à distância de sua nova moradia ao rio e da própria redução drástica de disponibilidade de peixes após a instalação da usina.

O não entendimento, por parte da empresa que cadastra as famílias para indenização, do que é uma casa, evidencia que o olhar colonialista impede a compreensão de que se trata não apenas de uma construção, seja ela de madeira, alvenaria ou lona, mas a casa é um dos espaços físicos, vivenciais e simbólicos no qual se inscreve a existência não só individual, mas familiar e comunitária. O território perdido, portanto, é a perda de um modo de vida, e junto com essa perda retira-se a possibilidade de existência e subsistência.

A precificação dos “melhoramentos botânicos” evidencia a violência da tentativa de objetivar o significado de um pomar que tem uma história permeada de interações familiares e ligações afetivas, além de fornecer a segurança alimentar de variedade de alimentos saudáveis

para as crianças. O valor baixíssimo atribuído ao pomar demonstra, ainda mais, a violência do processo.

Na dificuldade que as pessoas da família têm de encontrar um novo trabalho, observamos que suas fontes de renda eram variáveis e sazonais, dependentes das relações comunitárias e da relação com a floresta e o rio, realizadas mediante a necessidade de dinheiro para comprar itens que complementassem suas atividades extrativistas, de plantio e de pesca. Ao contrário da relação de trabalho alienada que serve apenas para obter renda para bens de consumo na nossa sociedade, o dinheiro não é exclusivo nem central para a produção e reprodução da vida ribeirinha.

Aproximações dos casos das hidrelétricas do Xingu e do Madeira

Sem deixar de considerar as particularidades locais - tanto das diferenças geográficas e históricas, da organização social, dos ciclos econômicos que delinearam cada região - é possível ainda traçar aproximações em relação ao sofrimento causado pelos empreendimentos na região amazônica.

Como exemplo, citaremos excertos das falas de duas lideranças, a partir de sua valiosa contribuição na mesa redonda “Impactos socioambientais e direitos humanos na Amazônia: diálogos coma Psicologia”, durante no VI Seminário de Psicologia, da Universidade Federal de Rondônia, em novembro de 2018. Na mesa, para falar a respeito de ser atingido por grandes obras, como as usinas, estavam presentes Manuela Nunes Gustavo, do Movimento Atingidos por Barragens (MAB) e Gasodá Suruí, indígena da etnia Paiter Suruí.

Manuela conta que após a remoção, devido ao empreendimento, sentiu um grande impacto subjetivo por ter precisado sair do “lugar que você gosta, porque é de pai, é de mãe, é de vó. Fica no começo um sai, não sai e depois sai pra nada, pra um buraco qualquer”. Os reassentamentos propostos pela usina ou as indenizações quase nunca

alcançam o valor monetário e muito menos simbólico das casas e sítios inundados pelas águas. O que traz um paralelo muito claro com o do caso clínico apresentado ao dizer: “quando a gente sai de um lugar para ir pra qualquer outro lugar muda completamente (...) o que eu faço agora? como vou plantar, como vou viver?” Outro ponto em comum é a insegurança jurídica dos reassentamentos: “a gente está em um lote, mas sempre balançando”.

A denúncia da perda de modo de vida e da violação aos direitos das populações tradicionais aparece na fala de Gasodá Suruí, morador da terra indígena Sete de Setembro. Ele diz sentir-se “vivendo num mundo pressionado, onde a gente não se sente em paz”, e que “o maior impacto na vida do ser humano é impor o viver como você pensa, e não como ele pensa”. Em uma plateia de “brancos”, universitários e classe média, ainda que em terreno de aliança tácita, fica suposto quem sejam “vocês” e quem sejam “eles”.³

De forma similar, visitas a reassentamentos rurais e urbanos mostram que tanto nos casos da UHE Belo Monte como das UHE Santo Antônio e Jirau, as supostas soluções e compensações geram impactos continuados e que não se limitam aos primeiros anos das obras. Isso ocorre, por exemplo, com o descumprimento de promessas quanto a tamanhos e materiais de casas, desigualdade de tratamento entre comunidades diferentes e acordos individuais em detrimento dos coletivos, oferecendo condições desiguais como estratégia de desarticular comunidades que poderiam oferecer resistência. A infraestrutura nos reassentamentos também é precária, tanto das casas como de regiões e terrenos escolhidos, com falta de equipamentos mínimos de transporte, lazer, saúde e educação, além de problemas ambientais como a má qualidade da água, o aumento do número de insetos, e até situações de risco mais graves, geradas pela proximidade

.....
3 A Universidade elitizada, branca e urbana é o lugar de onde se legitima a produção da racionalidade técnico-científica e se deslegitima os diferentes saberes desses que resistem para não serem esquecidos junto com seus territórios. É importante destacar que ambos, Manuela e Gasodá, são estudantes da Universidade Federal de Rondônia.

do reassentamento com a área alagada, gerando processos de erosão e danos estruturais, com necessidade de evacuação de uma área de reassentamento - o que sobrepõe deslocamentos forçados e cria novas situações de trauma.

Situação semelhante acontece em Altamira, onde há denúncias de casas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos sem condições mínimas de habitação, com problemas estruturais e bairros sem dispositivos institucionais, cobertura inadequada do Sistema Único de Saúde (SUS) e difícil acesso à cidade. Recentemente iniciou-se o processo de reassentamento na região do reservatório de Belo Monte daqueles que tiveram a condição de ribeirinhos reconhecida, bem como o direito de viver às margens do rio de forma a manter seu modo de vida. Após atuação conjunta de movimentos sociais, Organizações não-governamentais e do Ministério Público Federal, tal reassentamento passou a ser realizado coletivamente, em oposição à estratégia da empresa de individualizar o processo. Assim, começam a surgir questionamentos quanto à insegurança jurídica dos reassentamentos, bem como da escolha de locais inadequados, com baixa qualidade da água, pouca disponibilidade de terra para plantio, ou em áreas em que foram liberados animais selvagens previamente capturados de áreas de inundação da represa.

A recorrência desse tipo de problema expressa a incompetência e inadequação de corporações privadas para conduzir processos de reassentamento e de ordenamento territorial. Seus dirigentes e técnicos estão circunscritos a uma visão de aplicação de modelos prontos, aferrados a uma lógica de progresso linear do que é uma casa, e do que é necessário para a reprodução de um modo de vida, sem levar em conta as particularidades étnicas, locais e territoriais. O que revela o caráter massacrante da tabula rasa do capitalismo no Brasil aos modos de vida originários e alternativos, bem como o interesse em manter os atingidos reduzidos a uma situação de indeterminação permanente: ocupados demais em garantir condições mínimas de sobrevivência e, assim, incapacitados de oferecer resistência.

Por último, não poderíamos deixar de apontar para as consequências da dinâmica de migração ocasionada pelas promessas de emprego a dezenas de milhares de trabalhadores no período da construção das usinas e barragens, gerando sobrecarga aos já deficitários serviços e instituições previamente disponíveis. Tanto os municípios de Porto Velho quanto de Altamira tiveram aumento da violência, de abuso de álcool e outras drogas, de pessoas em situação de rua, de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Em Porto Velho os homicídios dolosos cresceram a uma proporção de 44% logo após a emissão da Licença Prévia em 2007. Iniciadas as obras, considerando o período entre 2007 e 2010, o número de mulheres vítimas de estupro aumentou 208%. Também, não por acaso, Altamira figurou nos relatórios do Ministério da Justiça como município mais violento do país em 2017, com taxa de 104 homicídios por 100 mil habitantes (contra média nacional de 28:100.000) (CERQUEIRA et al., 2017; DHESCA, 2011).

Conclusão

O sofrimento psíquico ocasionado por um deslocamento forçado, pela expulsão de sua casa (e tudo o que casa significa) não é contornável e não pode ser substituído seguindo a lógica da mercadoria à qual os projetos e empreendimentos colonizadores da Amazônia são submetidos. Pelo contrário, o sintoma aparece como fragmento de liberdade perdida e que por isso traz algo que concerne a todos (DUNKER, 2015).

Gostaríamos de destacar duas consequências imediatas. A primeira é a necessidade de uma articulação coletiva dos profissionais de saúde mental, aliados a dispositivos sociais como o SUS e SUAS, os movimentos sociais e as Universidades, de forma a oferecer dispositivos de escuta e cuidado politicamente engajados para pessoas e grupos vítimas de violências de estado e impactos socioambientais. Tais dispositivos devem levar em conta que o trauma e o luto mal

elaborado se instanciam de maneira atemporal, e por isso se reatualizam, justificando o trabalho mesmo depois de passado um período de tempo considerado longo desde as situações iniciais de remoção.

A segunda é a urgência de posicionamento de profissionais de saúde mental contra novos empreendimentos na Amazônia, entendendo que seus artifícios para supostamente mitigar impactos não servem senão a reatualizações e continuações de traumas. Isso se dá não só pelo próprio processo dismantelador de laços sociais do processo de instalação e “reparação”, mas pelo fato de que há interesses confluentes nessa região de fronteira do capital, como a instalação de outras barragens ou de grandes projetos de mineração em conjunto com as hidrelétricas (FEARNSIDE, 2017), como é o caso da mineradora BeloSun, que ameaça se instalar na mesma região já impactada por Belo Monte, em Altamira.

Referências

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle de demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. B et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais** – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2010, p. 179-210.

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. **Cadernos CRH** (Salvador), v. 25, n. 64, p. 63-72, 2012.

BECK, U. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge, MA: Polity Press, 1995.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Queroz Editor, 1979.

CARVALHO, A.M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 14-20.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF: IPEA, 2017.

DHESCA, Brasil. **Violações dos Direitos Humanos nas Hidrelétricas do Rio Madeira**: Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento (Abril de 2011). Curitiba: Plataforma DHESCA, 2011.

DUNKER, C. I. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEARNSIDE, P. M. **Amazon mining unleashed** (commentary). set., 2017. Recuperado de <https://news.mongabay.com/2017/09/amazon-mining-unleashed-commentary/>

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexism epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 23-47, 2016.

HARVEY, D. (1981) **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 8, n. 16, p. 130-151, ago., 2013.

KATZ, I.; DUNKER, C. I. **Clínica do Cuidado nas margens do rio Xingu** - uma intervenção psicanalítica junto à população ribeirinha atingida por Belo Monte. Recuperado de http://www.sedes.org.br/Departamentos/Psicanalise/arquivos_comunicacao/CLINICADOCUIDADO.pdf

MATTEI, U.; NADER, L. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2016.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 71-94.

TURRIANI, et al. O caso clínico como caso social. In: **Patologias do Social: Arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. Recuperado de <https://bdpi.usp.br/item/002899525>

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A insustentável Leveza da Política Ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.



Participação em políticas públicas na cidade:

um olhar para bairros de uma capital amazônica

Lílian Caroline Urnau

Ana Paula Farias Ferreira

Ana Maria Souza Brito

Angélica de Souza Lima

Jéssica Fabrícia Silva Lima

Lua Clara Melo Fernandes

Introdução

Este texto é fruto de uma pesquisa intitulada “Escola pública e espaço local: enquadrando olhares, sentidos e relações”¹, a qual foi desenvolvida em bairros do município de Porto Velho-RO entre os anos de 2014 e 2017, tendo como tema a relação entre a escola pública e o espaço geográfico e social de seu entorno.

.....
1 A pesquisa foi financiada pelo Edital Universal – CNPq e contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Fundação Universidade Federal de Rondônia/CNPq.

Nas primeiras duas etapas, restringimos a investigação aos “intra-muros” escolares. Na última, direcionamos o olhar para fora das unidades de ensino, ou seja, para seu entorno, buscando analisar como as políticas públicas locais em bairros de uma cidade amazônica repercutem subjetivamente na vida de seus residentes e quais espaços de participação elas possibilitam. Assim se constitui o recorte que apresentamos.

O município de Porto Velho-RO, cuja população estimada é de aproximadamente 519.531 pessoas (IBGE, 2017), está localizado à beira do Rio Madeira, afluente da margem esquerda do Rio Amazonas. Desde o ano de 2010, tem sofrido as consequências da construção de barragens para produção de energia elétrica, cuja grande obra de engenharia, no entanto, não resultou em melhoria das condições e da qualidade de vida da população local, principalmente das camadas mais populares.

Conforme dados disponibilizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) a respeito da limitação das atividades de pesca e agricultura familiar, além dos danos ambientais irreparáveis, foram prejudicadas diretamente cerca de 10.000 pessoas, 74% delas afirmam que a situação de trabalho e renda piorou desde a construção da obra e que as situações de violação de direitos humanos se agravaram e se ampliaram. “O número de homicídios dolosos cresceu 44% em Porto Velho entre 2008 e 2010, e a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18%. O número de estupros cresceu 208% em Porto Velho entre 2007 e 2010” (PLATAFORMA DHESCA, 2011, p. 4).

Durante o período observamos um investimento de programas federais como o “Minha casa, minha vida” e a construção de uma ponte sobre o Rio Madeira. Como forma de compensação, as empresas responsáveis pelo consórcio realizaram obras e reformas de edificações públicas. No entanto, municipalmente, a despeito de Porto Velho-RO já ter recebido o montante de mais R\$ 250 milhões a título de *royalties* das duas usinas entre os anos de 2012 e

2018², poucas mudanças efetivas podem ser observadas nos serviços oferecidos à população.

No que se refere às políticas de urbanização, por exemplo, os indicadores são alarmantes: ainda não há rede de tratamento de esgoto em funcionamento na cidade; o depósito de resíduos não é feito em aterro adequado, mas em um lixão; quase 60% da população não tem abastecimento de água por rede geral (IBGE, 2017); apenas 21,5% das vias são urbanizadas, ou seja, contam com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010). O transporte público tem passado por inúmeras crises nos últimos anos, conforme revelam a precariedade e o número insuficiente de veículos e linhas em operação na cidade.

No campo das políticas sociais, o cenário municipal também permanece desolador. Exemplos: a mortalidade infantil é acima da média nacional (13,75 contra 12,8); o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das séries iniciais e finais do ensino fundamental em Porto Velho-RO (respectivamente 4,9 e 3,7) encontra-se abaixo da média nacional (respectivamente 5,8 e 4,7); 8% da população do estado de Rondônia é analfabeta (IBGE, 2017); embora 27% da população do município viva em situação de extrema pobreza, o que corresponde a mais de 140 mil pessoas, apenas 25.222 delas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (MDS, 2019).

Entendemos que produzir conhecimentos sobre as condições objetivas que assolam principalmente a população pauperizada do município, como elas afetam subjetivamente indivíduos, e sobre as formas de enfrentamento/resistência por eles vislumbradas como possíveis constitui uma relevante contribuição do campo da psicologia para o estudo do tema. Por esse motivo, realizamos esta discussão.

.....
2 O montante decorre do somatório dos valores informados em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/usina-de-santo-antonio-pagou-mais-de-r-284-mi-em-royalties/>; <http://observatoriojirau.com.br/2018/07/09/saiba-quanto-a-uhe-jirau-gera-e-paga-de-royalties/>

Políticas públicas locais, participação e subjetividade: breves apontamentos teóricos

As políticas públicas, conforme Höfling (2001), concretizam a ação do Estado impulsionada pelo governo. Por meio de instituições perenes (judiciário, legislativo, exército, etc.) consolidam-se projetos de governo (ações com finalidades e focos definidos dentro da sociedade). Tais políticas podem ser também definidas como ações que, diante de demandas ou situações específicas, assumem um caráter ideológico e de dominação (ABAD, 2002).

Necessariamente, o estabelecimento de políticas públicas, como apontado por Höfling (2001, p. 38) “reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo”, ... Pois inúmeros, conflituosos e contraditórios interesses da sociedade civil estão presentes no governo, na delimitação de quais serão os focos atendidos ou não pela ação do Estado.”

No caso da sociedade capitalista neoliberal, tais interesses são regulados economicamente, ou seja, as classes dominantes dirigem, de forma predominante, a dinâmica estrutural de classes sociais, os menos favorecidos economicamente se submetem, sustentam e movimentam o capital e o Estado coordena e usufrui dos lucros (GONÇALVES, 2010).

Nessa dinâmica, a participação popular, por meio do exercício da cidadania e da democracia, implica uma luta constante, pois, em razão de seus próprios interesses, a classe dominante, que detém o poder econômico e político, interfere nas decisões sobre a gestão do investimento e a pauta de ações públicas (BORDENAVE, 1994).

O exercício da cidadania plena implica marcar presença na esfera pública. Significa adquirir e garantir direitos, cumprir com os deveres sociais e, em condições consideradas adversas, buscar a conquista de novos direitos. Por isso, a cidadania pressupõe a observação de regulamentações sociais, a convivência societária e, em última instância, o reconhecimento

to também do outro como cidadão. (SHERER-WARREN, 2002, p. 41).

No contexto brasileiro atual, tal participação social/política se dá tanto na forma de organizações independentes e autônomas da sociedade civil, de movimentos sociais, associativismo e outros, quanto na forma institucional dos aparatos públicos (AVRITZER, 2009; GOHN, 2011). Com base em Avrinter (2009), podemos afirmar que, constitucionalmente, os espaços institucionalizados de participação do povo incluem, além do voto, do plebiscito e do referendo, a iniciativa popular para apresentar projetos de lei, o controle social, por meio de organizações representativas, das políticas públicas sociais (saúde, assistência social, educação); os conselhos de políticas públicas (abrangendo as instâncias locais, municipais, estaduais e nacionais) e o orçamento participativo (desenvolvido em alguns municípios e estados do país). Todas essas formas são demarcadas pela democracia representativa.

É preciso destacar uma particularidade da política educacional: com a gestão escolar democrática, a participação popular deve ser promovida em todas as unidades de ensino por meio da eleição de diretores, da representatividade de todos os segmentos escolares no conselho escolar e da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (LÜCK et al., 2002). Ou seja, nesse campo, configura-se um espaço participativo institucional nos bairros ou comunidades, não existentes em outras políticas.

Localmente, em bairros, favelas e/ou comunidades urbanas ou rurais, podem operar ainda organizações da sociedade civil independentes do Estado, como é o caso das associações comunitárias ou de moradores, com reivindicações e lutas por direitos específicos às condições de vida, à habitação, à urbanização e ao trabalho dos habitantes de determinado território (GOHN, 2011).

Além desses breves apontamentos teóricos, que consideramos fundamentais para qualquer estudo ou discussão sobre a participação em políticas públicas, devemos analisar qual é a contribuição específica da psicologia para essa temática.

Como esse campo do saber está voltado para as condições de constituição das subjetividades, ele guia nosso olhar para a discussão e a problematização das políticas públicas, como elas adentram a vida dos sujeitos destinatários e que condições de existência lhes possibilitam? Ou seja, podemos assim questionar: como as subjetividades são configuradas pelas condições objetivas possibilitadas pela (in)ação pública; tais (in)ações públicas resultam na transformação social, na emancipação das pessoas e na superação da desigualdade, como reivindica Gonçalves (2010), ou ao contrário, em sua manutenção e no aumento do preconceito? No que se refere à participação, é preciso também perguntar se existem espaços para a gestão coletiva popular ou se, opostamente, as práticas são impositivas e autoritárias.

De acordo com Sawaia (2002, p. 125), é preciso pontuar que, do ponto de vista da psicologia, a participação social é motivada “por necessidade, pelo desejo de ser feliz e livre. Participar para não ser governado, para viver a alegria de não se comandado e para evitar que o desejo de não ser governado de uns transforme-se em desejo de governar e o poder se personalize.” Nesse sentido, entendemos que participar socialmente significa, além de pertencer, fazer parte da decisão pública sobre aspectos que afetam a vida, o cotidiano e a atividade individual e coletiva, em um dado contexto social e histórico. É com esse olhar que desenvolvemos o estudo, cujos resultados são aqui apresentados.

Método

Para investigar as políticas públicas e os espaços de participação nas três localidades urbanas de Porto Velho-RO, nas quais, anteriormente, havíamos estudado instituições escolares, utilizamos os seguintes procedimentos/instrumentos metodológicos³:

.....
3 A pesquisa seguiu os preceitos éticos da pesquisa, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

1. Observações participantes em instituições e serviços públicos das três localidades e conversas informais com funcionários das instituições e dos serviços e também com moradores. Nas três localidades, identificamos primeiramente as instituições, os serviços públicos, as associações e as entidades não governamentais existentes. Para obter dados sobre a participação da população em tais instituições e sobre o papel das associações de moradores, realizamos observações participantes nos bairros e nas instituições, registrando-as em caderno de campo.
2. Entrevistas iniciais semiestruturadas com moradores e lideranças comunitárias sobre as políticas públicas e a organização coletivo-comunitária, as quais foram gravadas e transcritas;
3. Registros fotográficos pelos participantes do estudo sobre sua relação com o bairro e os serviços públicos nele existentes;
4. Entrevistas posteriores sobre os registros fotográficos para compreender a intenção da produção das imagens e suas significações. Tais entrevistas também foram gravadas e transcritas.

Os referenciais críticos da análise são os da Psicologia. Diante dos limites textuais, são alvo de discussão as informações produzidas fundamentalmente por meio das entrevistas, de algumas fotografias e alguns poucos relatos de conversas informais.

Para evitar o reconhecimento dos indivíduos participantes, as localidades onde o trabalho de campo foi realizado receberam nomes fictícios. Esclarecemos que, ao conhecermos suas realidades, verificamos que algumas delas não abarcavam apenas um bairro, mas continham subdivisões oficiais e não oficiais. Por isso, para facilitar a compreensão, optamos por identificá-las com algarismos romanos:

Localidade (1): Jambeiros I e Jambeiros II (mais próximas ao centro da cidade);

Localidade (2): Cajaranas (área de periferia urbana);

Localidade (3): Pupunhal I, Pupunhal II e Pupunhal III (áreas de periferia urbana, sendo Pupunhal III um Conjunto Habitacional de Interesse Social).

Das entrevistas participaram: (a) seis lideranças (duas de cada localidade), identificadas com a letra L seguida de um número em algarismo arábico; (b) 15 moradores, todos identificados pela letra M seguida de um número em algarismo arábico. No total, foram 21 entrevistados, com idades entre 21 e 55 anos, sete do gênero masculino e 14 do feminino. No que se refere à escolaridade, na época da entrevista, 11 participantes detinham o ensino médio completo, cinco cursavam ou tinham ensino superior completo, quatro, ensino fundamental incompleto e um, médio incompleto.

Sentidos da ação do poder público nos bairros

Durante nossas observações nas três localidades estudadas, chamou-nos a atenção o cenário de precariedade dos serviços públicos. Observamos também que o quadro se mostrava mais grave conforme passávamos do Jambeiros para o Cajaranas e deste para o Pupunhal, ou seja, de um bairro mais próximo do centro para os mais periféricos. Nas entrevistas com os 21 participantes, observamos os sentidos de tais condições para a vida cotidiana dos habitantes e as marcas subjetivas por elas impressas nessas pessoas.

Os sentidos predominantes foram os de insatisfação com os serviços prestados pelo poder público ou com sua ausência. Poucos entrevistados não apresentaram críticas, demonstrando até mesmo satisfação com tais serviços.

Iniciemos com a análise desses olhares positivos, para, depois, focalizarmos os demais sentidos.

Da satisfação à felicidade: o poder público sentido como eficaz

Alguns dos entrevistados demonstraram satisfação em relação à presença do Estado no bairro por meio dos serviços públicos.

P- *O que você pensa sobre esses serviços?*

E- *Eu achei ótimo, muito bom! Porque você tem um posto, tem um colégio, tudo perto no seu bairro. É bom, né! E tem também a praça*

que tem ali, o exercício pra você fazer de manhã, pra fazer suas caminhadinhas, né (risos) [...]. Muito bom. Não tenho o que reclamar.

M2 - Jambeiros I.

Um bairro com iluminação. Bairro com drenagem e com asfalto, com esgoto, com água potável, com escola e creche, com tudo! Tudo que uma comunidade precisa para viver. L2 - Jambeiros II.

Além desses dois entrevistados, M4 também considerou positivamente os serviços públicos existentes no bairro de Jambeiros. Apenas mais uma participante (residente no Pupunhal III), cuja fala analisaremos adiante, mencionou satisfação com tais serviços.

Consideramos que esse resultado não é muito significativo porque, em comparação com os demais bairros pesquisados, Jambeiros possui as melhores condições de infraestrutura e maior acesso a serviços de educação e saúde. Como o líder L2 enfatizou, esse é um dos poucos bairros do município de Porto Velho com rede de esgoto instalada, mas é preciso considerar que apenas 5% da cidade possui tal instalação, sem, no entanto, estar em funcionamento.

O transporte público não foi mencionado por nenhum dos seis entrevistados da localidade, o que pode estar relacionado a três fatores: a proximidade do bairro com o centro da cidade, a utilização de automóveis particulares por uma parte dos moradores e o melhor acesso às variadas linhas desse serviço.

Figura 1 - Fotografias da praça do Jambeiros I e da quadra de areia do Pupunhal III



Fonte: Imagens registradas respectivamente por M2 e M14. Arquivo das pesquisadoras.

Avancemos na análise, observando a fala positiva da entrevistada residente em Pupunhal III:

nós viemos e não tínhamos nem onde morar e ficamos zanzando [andando] entre a casa de um e de outro. Aí apareceu a inscrição do “Minha casa, Minha vida”. Aí me inscrevi. E estou aqui. [...] Sinto-me feliz por ter o que é meu. Isso aí eu posso dizer que é meu. Não é morar de aluguel. É meu mesmo. M14 - Pupunhal III.

M14 revela a importância das políticas públicas de habitação de interesse social para sua vida, do que emana o sentimento de felicidade: tem para onde ir, tem um lugar que pode chamar de seu e não ser incomodada. Seus registros fotográficos também evidenciam, no lugar que gosta de habitar, os espaços de convivência nos quais as crianças podem brincar.

Opostamente, os demais entrevistados, residentes no mesmo local, fizeram inúmeras críticas ao projeto habitacional e as demonstraram em suas fotografias, conforme discutiremos nas próximas subseções.

É importante mencionar as críticas M14 a outros serviços, fundamentalmente à situação de violência na escola frequentada por um de seus filhos.

Fica evidente que, quando o Estado se faz presente satisfatoriamente nos bairros, as marcas subjetivas associam-se ao bem-estar e à felicidade das pessoas.

Focalizemos agora os outros olhares sobre os serviços.

“Não somos atendidos”: o poder público sentido como ineficaz.

Fica evidente nas entrevistas que a presença do Estado, por meio do oferecimento de políticas e serviços públicos, não garante a satisfação das pessoas. Como já antecipamos, a insatisfação predominou nas respostas dos entrevistados.

Em referência ao Pupunhal III, L6 descreve algumas das precariedades.

A estrutura aqui... às vezes acontece de... um apartamento ali que desabou, o banheiro, né, aqui tem muitas rachaduras. [...] Teve apartamento aqui que pegou fogo por conta de instalação malfeita, [...]. Tem apartamento que lá no último lá pinga goteira pela luminária né, então assim, tem esses... e aí tem a construtora ali, né, que a gente ainda tem a garantia, né. Só que a gente assim... não somos atendidos. L6 – Pupunhal III.

Depreende-se dessa fala que, embora o Estado tenha promovido um projeto habitacional para a população, as construções foram precárias, não atendendo às necessidades básicas fundamentais.

A maior insatisfação manifestada pelos participantes deste estudo concerne à saúde pública. M15, residente no Pupunhal III, relata que, ao levar sua filha com inflamação na garganta para o atendimento na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), precisou comprar a medicação, pois esta estava em falta na unidade. L6 menciona que um dos fatores negativos da UPA é a demora no atendimento. Além de M15 e L6, os participantes M3 e M4 (Jambeiros II) e M10 (Cajaranas) reclamaram do tempo de espera e da falta de profissionais e medicamentos.

Identificamos também críticas e descontentamentos em relação a outros serviços oferecidos. A precariedade do transporte público, do asfaltamento e da drenagem foi apontada nas falas a seguir:

Transporte público... é uma coisa assim difícil também, né! [...] Ônibus velho e agora é caro o valor da passagem de ônibus. Está um absurdo. M7 – Cajaranas.

o prefeito asfaltou, mas, mesmo assim, né, com os anos não foi... foi... foi ficando tão bom quanto gostaríamos, porque, com a chuva, é... acaba alagando tudo, né? [...] asfaltaram, mas ainda continuam os buracos lá também. M11 – Pupunhal I.

A precariedade na segurança pública foi alvo de críticas, fundamentalmente de residentes no Cajaranas e no Jameiro III: “a polícia

Participação em políticas públicas na cidade: um olhar para bairros de uma capital...

vem aqui, e é “vapt vupt”, [...] se você ligar, eles vêm, mas demoram”. (M15 – Jambeiros III).

A insatisfação com a precariedade dos serviços públicos oferecidos foi expressa pelos entrevistados com sentimento de tristeza. Como conceitua Sawaia (2001), sofrimentos de ordem ética e política são gerados pelo modelo desigual de sociedade, no qual prevalece a política de favorecimento de uma minoria em detrimento da maioria da população que vive em condições de vida precárias mantidas sob a égide do Estado.

Analisemos agora as respostas que se referem à inexistência de serviços públicos.

“O poder público não faz nada por ninguém não”: o sentimento de abandono

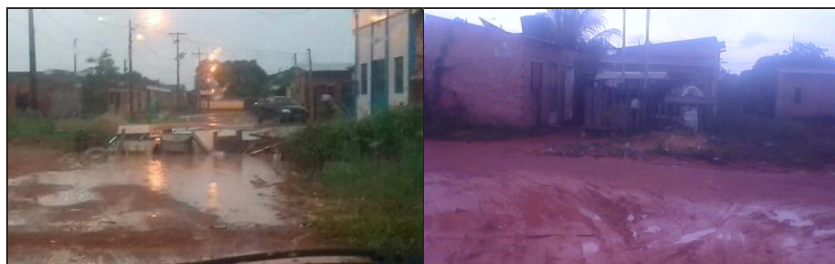
Neste indicador incluímos a falas sobre serviço ou instituições públicas inexistentes nas localidades estudadas. Começamos pelas falas mais emblemáticas dessa categoria:

P: *Quais são os serviços públicos existentes no bairro?*

E: *Público? Nenhum. Não tem nenhum. E eles prometem que vai ter... que vão fazer, mas não tem, porque a gente mora aqui desde o início do bairro. Não tem nada pra oferecer. [...] falta asfalto, falta passar um ônibus aqui dentro bairro, a iluminação ainda está pouca.*

M8 – Cajaranas.

Figura 2 - Fotografias de ruas importantes do bairro Cajaranas e do Pupunhal II



Fonte: Imagens registradas respectivamente por M8 e M12. Arquivo das pesquisadoras.

O poder público não faz nada por ninguém não. Eu tiro pela necessidade desse povo e eu às vezes debato com o Governador, Prefeito, Secretário de Saúde, porque a maior carência nossa aqui é na área de saúde. Pelo amor de Deus! [...] Eu vejo a dificuldade desse povo.

L5 – Pupunhal II.

Novamente, observamos que os serviços que recebem as maiores críticas são os da saúde, mas, neste caso específico, os entrevistados são residentes do Cajaranas e do Pupunhal II e III, onde se verifica sua inexistência. Vale ressaltar que, no Pupunhal III, o projeto de habitação de interesse social, de extrema importância para a população atendida, motivo da felicidade e da satisfação de M14, trouxe ao local aproximadamente 7.000 famílias, sem qualquer atendimento à saúde e à educação. L6 estima que cerca de 140 crianças e adolescentes permanecem sem estudar por falta de vagas nas escolas da região.

M15 relata que, por não ter os serviços de uma UBS no Pupunhal III, as pessoas se deslocam para ser atendidas em outro bairro. Para isso, precisam “madrugar”, ou seja, chegar horas antes do início do atendimento, para então poder conseguir uma ficha. Quando perguntada sobre a qualidade desse atendimento, respondeu: “*Péssima, péssima, péssima, péssima*”.

Sobre a ausência da UBS, M8 do Cajaranas também relata que recorre a serviços de outro bairro distante. Alguns entrevistados afirmam que, muitas vezes, não são atendidos porque não residem no setor de abrangência da UBS. Assim, existem áreas não atendidas por nenhum desses serviços públicos.

Porque pra gente conseguir um posto de saúde, pra você conseguir uma consulta, você tem que conhecer alguém lá dentro pra poder você conseguir uma consulta. Porque “ai” tem que ter o agente de saúde, aqui não tem, não vem não [...]. M10 – Cajaranas.

As falas remetem a um cenário de calamidade, que repercute na completa descrença nos governos e no Estado. Isso fica evidente na fala de L5 e M8 com as quais iniciamos a reflexão sobre esta categoria.

Alguns poços daqui são contaminados, aí e não tem condições de comprar água, eu vejo muita gente buscar água em lugares que têm poço artesiano, né? [...] Então... É... Pra quem pega o ônibus é complicado! Pra quem é da saúde, precisa do serviço público, está complicado. É... Asfalto? Hum, está aí [faz gesto com a cabeça indicando para a rua]. Esgoto? Também somos nós que colocamos fossa. [...]". M9 – Cajaranas.

A situação fica mais grave nos bairros mais periféricos, onde a ausência do Estado é fortemente sentida, repercutindo em marcas subjetivas de maior sofrimento, e os sentimentos de desamparo e descaso aparecem com grande intensidade. Conforme as histórias de vida relatadas, os dramas aumentam na proporção dessa ausência. Os relatos de L6, M14 e M15 (todas residentes no Pupunhal III) referem-se a situações vividas no passado com o trabalho infantil e a violência e também a preconceitos e humilhações sociais vivenciados no presente.

eu vim pra cá, para o Pupunhal III, não foi porque eu quis. Eu fui atingida pela enchente em 2014, perdi muita coisa, meus bens materiais todinhos, roupa, meus móveis, agora que eu estou tentando recuperar o que eu perdi aos poucos. Então, eu me sinto muito triste porque eu me separei da minha mãe, a minha mãe mora aqui em Porto Velho, só que ela mora num bairro distante, a gente nesses extremos todinhos [...]. M15 – Pupunhal III.

M15, ao expressar seu sentimento, explica que a separação de sua família é resultante de uma política pública habitacional que lhe impôs um lugar distante para morar e sem condições adequadas. Com base nas falas dos/as entrevistados/as, a ausência ou a presença desqualificada do Estado injeta marcas subjetivas de intenso sofrimento ético-político na população que efetivamente

necessita de seus serviços em decorrência da condição desigual de sobrevivência.

A participação nas ações públicas nos bairros da cidade

Neste estudo, procuramos compreender como as políticas públicas participam da vida das pessoas e também como as pessoas participam dessas políticas. As entrevistas revelaram quatro formas dessa participação: direta individual; por representação de liderança; por mobilização coletiva e pelo sentimento de impossibilidade dessa participação.

Analisemos inicialmente a formas de participação direta mencionadas pelos entrevistados.

“Eles escutam”: a escola como único espaço público com possibilidade de participação direta individual

Todos os entrevistados foram questionados sobre a possibilidade de participarem das instituições públicas presentes em seus bairros, em reuniões, conselhos ou manifestando suas opiniões, críticas ou sugestões. Poucos participantes identificaram alguma possibilidade nesse sentido e, no caso, a escola foi a instituição mais mencionada.

M9, residente no Cajaranas, afirma que, nas reuniões da escola onde seu filho estuda, as pessoas podem falar, pois a direção “*por enquanto tá sendo bacana [...]*”. L5, do Pupunhal II, conta que a escola do bairro faz uma espécie de avaliação com os moradores/pais, convocando-os para se conhecerem melhor e conseqüentemente contribuir para o desempenho do aluno. M14 menciona que, nas reuniões escolares, se houver algo a ser dito, “*eles escutam*” e promovem o diálogo, principalmente na entrega de provas. Concordamos que é importante a existência de espaços nessas instituições, embora sejam centrados fundamentalmente nas reuniões de entrega de boletins, conforme constatamos nos estudos realizados em anos anteriores nas escolas dos bairros (URNAU et al., 2016). No entanto, consideramos

que a gestão escolar democrática requer uma ampliação da participação sobre decisões educacionais e de gestão (PARO, 2016).

Outra forma de participação direta dos indivíduos, mencionada por uma única entrevistada, é o trabalho voluntário. M7, residente no Cajaranas, afirma que ajudava a escola de seus filhos com trabalho voluntário, na limpeza do terreno, por exemplo.

Além destas, foi mencionada outra forma de participação direta: a reclamação a funcionários das instituições:

E: Eu nunca reclamei, mas já vi gente reclamando ali e os funcionários bravos

P: Teve alguma solução?

E: Não, porque quando você questiona sobre agendar sua consulta, eles falam que é norma e que você tem que esperar. Aqui do bairro é área descoberta, então não tem como. M15 –Pupunhal III.

No entanto, a forma de participação direta foi considerada como a mais limitada em termos de solução. Todas as falas evidenciam que o espaço de participação nas ações públicas é restrito e que seus destinatários são tratados apenas como usuários e não partícipes, o que se contrapõe à importância pessoal que os serviços têm para a vida da população.

Analisamos, a seguir, a participação por representação de liderança, uma das formas mais indicadas de participação nas instituições e serviços públicos.

“Só quando encontra com o presidente mesmo”: a participação nos espaços públicos por representação do líder comunitário.

P: E nessas instituições tem alguma forma da população participar para reclamar, criticar ou dar sugestões?

E: Hoje aqui não tem. Só quando encontra com o presidente mesmo. Aí faz as reclamações do que falta. Ele é muito presente na comunidade, então. L2 – Jambeiros II.

E: *eles perguntam: “Vocês têm algum representante do bairro, têm associação?”*, eu digo *“Ó, ter tem, mas parece que não existe”*. **M8**
– **Cajaranas**

Revelam-se nessas falas mais limitações: não basta ter um representante eleito como presidente da associação de moradores, é preciso que ele esteja engajado nas causas da população e atue na busca de soluções.

O líder L5, do Pupunhal II, afirma que já tentou se comunicar diversas vezes com alguns órgãos, no intuito de alcançar melhorias em diversas áreas, mas nada foi resolvido. Considerando que não basta agir solitariamente, aponta ser mais eficaz reunir uma comissão de pessoas e ir para a mídia.

Segundo L5, nem mesmo a liderança detém poder de influência na agenda pública.

Esta influência foi verificada no caso de L2, eleito para um cargo político do município, a quem foram atribuídas inúmeras melhorias do bairro, como foi discutido em Urnau et al. (2018). No entanto, isso não ocorreu nos demais bairros: sem o apoio político influente, seus habitantes conseguiram alcançar poucos direitos, o que pode explicar as condições mais precárias desses bairros.

Analisamos, na sequência, as falas que apontam outra forma importante de participação: as mobilizações coletivas de luta por alguns direitos básicos.

“Aí todo mundo se reuniu, fechou a estrada”: a reivindicação coletiva da participação no espaço público

L6 relata que, durante certo período, o Pupunhal III vivenciou uma situação de grande violência. Diante disso, em união com outros moradores, foi realizada uma manifestação em prol do policiamento no local, cujo resultado foi o estabelecimento de uma base móvel da Polícia Militar (PM). Os entrevistados M5, M7, M8, M9, L4 e L3 do bairro Cajaranas contam que uma das formas utilizada pela popu-

lação para se manifestar ao poder público em prol de algum serviço é fechando uma importante rua da cidade, localizada próxima ao bairro. L3 nos apresentou um registro fotográfico da primeira manifestação realizada pelos moradores, motivada pelas más condições de algumas ruas: ao final conseguiram obter algum êxito.

M3 do Jambeiros I narra que, por meio de um abaixo assinado, resultante da mobilização dos moradores, que reivindicavam a saída de uma gestora da UBS, considerada responsável pelos problemas no local, eles obtiveram êxito e algumas melhorias nos serviços de saúde.

Observamos que, nos casos descritos, o uso do direito de manifestação coletiva, garantido constitucionalmente no país, resultou em soluções para algumas problemáticas enfrentadas pela população. Nesse sentido, é relevante refletirmos sobre a afirmação de L5, do Pupunhal II, de que é mais efetivo reunir pessoas/moradores para reivindicar direitos.

Embora tenha sido apontada como a forma mais efetiva de influência, a manifestação coletiva é utilizada apenas em situações extremas e raras e depende também do papel assumido pela liderança e de sua postura diante de políticos com maior poder de influência. Ou seja, quando uma mobilização reivindicatória pode trazer repercussões negativas às parcerias entre os líderes das associações e algum representante político, é desestimulada, conforme relata L5 em conversa informal.

Finalmente, analisamos a descrença na possibilidade de participação em ações relacionadas a políticas públicas.

“Ninguém acredita... Ninguém vai”: a impossibilidade de participação nos espaços públicos

Alguns entrevistados afirmam que não vislumbram possibilidades de participação nas instituições públicas. M4, do Jambeiros II, por exemplo, fala que nunca tentou conversar com alguém da UBS do seu bairro porque não sabe com quem fazê-lo para que o resultado

seja efetivo. Em outro contexto, M2, do Jambeiro I, afirma que desconhece um local onde exista a possibilidade de reclamar e ser atendido.

A respeito de reuniões do Conselho Municipal de Segurança, que ocorriam no bairro de Pupunhal III, L6 afirma que participou e que “*no início faz aquela coisa toda, vamos fazer isso, nós vamos fazer aquilo, projeto tão lindo aí, depois... acaba*”. Considera, portanto, que a descontinuidade dos projetos também limita a possibilidade de esperança. M9, do Cajaranas, afirma que a população está descrente quanto às promessas dos representantes da cidade e do próprio bairro, pois inúmeras delas não cumpridas.

Além disso, observamos uma descrença e até um desconhecimento nas ações de associações de moradores e suas lideranças. Os discursos de líderes e habitantes de um mesmo bairro apresentavam muitas contradições e evidenciavam a escassez de encontros coletivos/comunitários, bem como a centralidade do líder nas decisões políticas sobre as localidades, conforme informam Urnau et al. (2018).

Algumas considerações finais

As escassas possibilidades de participação da população e consequentemente de influência na agenda das ações públicas gera sofrimentos ético-políticos de desesperança, abandono, tristeza, o que aumenta a falta de autonomia e dificuldade de emancipação. É o que revelam M6, M8, M9 e M15, cujas falas expressam o sentimento de tristeza e abandono, de esquecimento pelo poder público.

Ainda que as unidades de ensino partam de uma proposta diferenciada em termos de gestão escolar democrática, o que não ocorre em nenhuma outra instituição pública sediada nos bairros, um longo caminho ainda precisa ser trilhado para sua efetivação no município de Porto Velho-RO, conforme nossas pesquisas indicam.

A combinação entre a ausência ou presença desqualificada e a dificuldade de participação e influência nas decisões públicas locais

repercute na constituição dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Concluimos que exposição desses sujeitos à potência de padecimento (SAWAIA, 2001), de aceitação passiva, não constitui uma causa de suas condições de vida e sim uma de suas principais consequências. A adoção de políticas que gerem satisfação, felicidade e esperança aos que vivem em condições econômicas desfavoráveis deveria ser objetivo primordial do Estado e das ações dos governantes locais. Consideramos que é necessário romper com a lógica autoritária com que as políticas são operadas, já que, na prática, elas apenas restritamente permitem a participação e a melhoria efetiva das condições de vida das populações.

Para finalizar, é preciso apontar que alguns caminhos acenaram para ampliação de espaços de participação em Porto Velho após a conclusão da pesquisa. Acompanhamos ao longo do ano 2018 algumas mobilizações importantes: a realização de reuniões em bairros abertas à população para discussão de problemáticas locais promovidas por diferentes atores: o Coletivo de Direito à Cidade, o Movimento de Atingidos por Barragens e por cooperativas de coleta de materiais recicláveis (diante da proibição arbitrária de coleta no lixão da cidade). No período também ocorreu o processo de elaboração Plano Diretor Participativo do Município, iniciado em bairros e comunidades ribeirinhas, ampliando-se para regiões maiores e para o município como um todo, a partir da proposição do Conselho da Cidade e da contratação de uma assessoria especializada em promoção de discussões participativas, desvinculada da gestão municipal.

Referências

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. Última Década (Viña del Mar, CIDPA), n. 16, p. 119-155, mar., 2002.

AVRINTER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 07-12.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GOHN, M. D. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

HÖFLING, E. M, de. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Recuperado de <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2010. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>

IBGE. **Cidades**. 2017. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/>

LÜCK, H.; FREITAS, K. S. de; GIRLING, R.; KEITH, S. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Relatório do Bolsa Família 2019**. 2019. Recuperado de <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PLATAFORMA DHESCA. **Violações de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira**. Relatório Preliminar de Missão de Monitoramento, 2011. Recuperado de http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf

Participação em políticas públicas na cidade: um olhar para bairros de uma capital...

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 97-118.

SAWAIA, B. B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002, p. 115-134.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002, p. 41-56.

URNAU, L. C. et al. Retratos da gestão democrática escolar: enquadres da participação de estudantes do ensino fundamental. In: ZIBETTI, M. L; URNAU, L. C. (Orgs.). **Jovens/adolescentes em processos educativos**: contribuições da Psicologia escolar. Porto Velho-RO: EDUFRO, 2016, p. 72-95.

URNAU, L. C. et al. Em benefício de quem? Desafios à participação social em associações de moradores na Amazônia. In: CALEGARE, M.; ALBUQUERQUE, R. (Orgs.). **Processos Psicossociais na Amazônia**: reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação. São Paulo: Alexa; Manaus: Edua, 2018, p. 193-214.



Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: histórias de vidas compartilhadas

Adinete Sousa da Costa Mezzalira

Fernanda Priscilla Pereira Calegare

Rayssa Jackeline Graça Maciel

Marcela Karina Dantas da Silva Patrício

Introdução

O presente capítulo é resultado de uma intervenção realizada em uma unidade socioeducativa de internação para adolescentes na cidade de Manaus (AM). Para a realização dessa atividade, foi fundamental compreender a adolescência como uma construção social e visualizar esses sujeitos como mercedores de prioridade absoluta na efetividade de seus direitos, de acordo com o que está definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que tange à noção de proteção.

A promulgação do ECA representou um grande avanço ao definir a proteção de crianças e adolescentes como responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, e propor a garantia dos direitos e da cidadania, assim como o desenvolvimento integral e saudável. Entretanto, sabemos que, associado à melhoria das políticas públicas, esses direitos precisam ser propagados de forma mais ampla para que se cumpra o que está estabelecido nesse Estatuto.

Para os adolescentes em conflito com a lei, o ECA apresenta as medidas socioeducativas que visam a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a responsabilização do ato infracional. No entanto, a realidade nos aponta que esses jovens são quase sempre estigmatizados como delinquentes e, no sistema socioeducativo, a visão de ações punitivas prevalece sobre ações pedagógicas. Ao mesmo tempo, o Estado também se apresenta ausente no investimento de políticas públicas voltadas para a transformação da realidade desses adolescentes.

A passagem da antiga Doutrina de Situação Irregular para a atual Doutrina de Proteção Integral estabelecida pelo ECA modifica o tratamento dado aos adolescentes que cometeram atos infracionais, a começar pelas nomenclaturas impostas pelas políticas anteriores, como os termos “menor”, “abandonado” ou “menor infrator”. Com o ECA, passaram a ser identificados com outros termos e, principalmente, passaram a ser considerados sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento peculiar, que devem ser consideradas nos serviços que são a eles oferecidos. Apesar dos avanços obtidos pelo ECA, face à ampliação dos direitos infantojuvenis, a garantia desses direitos ainda é um grande desafio, sobretudo, quando se trata de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

As violações de direitos, comuns no contexto de vida de adolescentes em conflito com a lei, prevalecem tanto em decorrência do desamparo da família, como também, e sobretudo, do estigma da sociedade e da ineficiência do Estado. Alguns aspectos podem ser

facilmente evidenciados quando analisamos o discurso da sociedade e dos meios midiáticos, o qual, sob uma ótica meramente moralizadora e punitiva, atribui unicamente aos adolescentes a culpa pela execução de um ato. Esse discurso desconsidera um conjunto de fatores associados à precarização de políticas sociais que poderiam ser capazes de atender às classes socialmente vulneráveis, mas que estão à mercê de uma intervenção estatal que não propõe regulação social por meio dessas políticas. Pereira (2011) afirma que não se busca igualdade sem medidas sociais efetivas de autoria do Estado, logo, a ausência de investimento em políticas públicas não torna possível a concretização de direitos sociais mínimos, apenas reproduz o estigma de ações descomprometidas com a sociedade.

Assim sendo, para compreender a trajetória de vida dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, é imprescindível ir além daquilo que o fenômeno apresenta em sua superfície. É essencial analisar sua totalidade, descortinando suas particularidades, como afirmam Silva e Silva (2015), e considerando o contexto sócio-histórico em que se encontram os modos sociais de se inserir e de ser adolescente.

Dialogar sobre infância e adolescência é, sobretudo, percorrer o processo histórico, cultural e econômico da sociedade. Isto é, as múltiplas faces das questões sociais que ocorrem na comunidade influenciam direta e indiretamente as interfaces da trajetória infanto-juvenil. Para Gomes (2014) e Mota (2010) as questões sociais como o desemprego, a pauperização do trabalho e a situação de extrema pobreza são essenciais para entendermos como se consolida a violenta mudança na vida das famílias. Para Fávero (2007), o cerne dessas questões sociais encontra-se nas transformações estruturais impostas pelas políticas de ajuste neoliberal, no qual o governo comprometeu-se com a diminuição dos recursos e investimentos na área da saúde, assistência social, previdência e educação. É nesse cenário, portanto, que as crianças e os adolescentes vão se inserindo no âmbito da pobreza e da exclusão social.

Os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), mostram que o Brasil possui um cenário em que aproximadamente 63,5 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza, dos quais, 26,8 milhões se encontram em situação de extrema pobreza (ABRINQ, 2019).

As condições elevadas de pobreza geram diversas ausências na vida das famílias e de seus membros, entre elas, a falta de renda e a falta de recursos básicos como educação, trabalho qualificado e moradia. Diante desse quadro de vulnerabilidade social, a (falta de) inserção dos adolescentes na escola pode ser reveladora, pois, a trajetória escolar desses adolescentes, geralmente, é marcada pela falta de acesso às instituições educativas. Em acréscimo a essa informação, Yokoy e Oliveira (2008) relatam que os adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas abandonam a escola e entram no tráfico para ajudar no sustento familiar.

Ainda com relação à escola, os autores Soares, Matias e Viana (2016), pontuam que precisamos problematizar a construção de um projeto político-pedagógico em contexto socioeducativo por meio de uma pedagogia emancipatória e capaz de superar a visão redutora e excludente do sujeito em privação de liberdade. Em relação a adolescentes entre 15 e 17 anos de idade fora da escola a ABRINQ (2019) elucidada com bases nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que nas Grandes Regiões do Brasil:

A infraestrutura dos estabelecimentos da Educação Básica sinaliza a que tipo de privações e obstáculos estão submetidos os estudantes brasileiros, principalmente os residentes das Regiões Norte e Nordeste. Nessas Regiões, são elevados os déficits em coleta de esgoto sanitário, abastecimento de água e acesso à energia elétrica, especialmente na Região Norte. A falta de quadras esportivas nos estabelecimentos de Educação Básica é uma realidade partilhada por todas as Regiões brasileiras, tendo cenários mais graves nas Regiões Norte e Nordeste. O aprimoramento, a valorização da educação e a garantia de mínimas condições de infraestrutura dos

estabelecimentos de ensino devem ser considerados no conjunto de fatores a influenciar o desempenho dos alunos. (ABRINQ, 2019, p. 40).

Os dados apontam o difícil acesso ao ensino básico por questões estruturais e pela ausência de serviços básicos, sendo todos estes, direitos garantidos constitucionalmente. A falta de lazer, esporte e atividades capazes de afastar os adolescentes da ociosidade agrava esse contexto, uma vez que grande parte das famílias vive em situações de vulnerabilidade social e em locais considerados inadequados para moradia. Oliveira e Valente (2017) mencionam que, a qualidade dos processos de desenvolvimento juvenil pode sofrer um impacto negativo de fatores como estes citados acima. “Pobreza, criminalização, estigmas, preconceitos e inviabilização dos adolescentes, são dispositivos sociais que contribuem para estreitar as oportunidades e, em alguns cenários, comprometer a vida” (p. 39).

No sistema socioeducativo, especificamente nas unidades de internação, as consequências das desigualdades sociais são alarmantes. Entre 2009 e 2016, em âmbito estadual e distrital, foram realizados levantamentos anuais sobre a sistematização dos dados enviados pelos órgãos gestores do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) à Coordenação-Geral do SINASE da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH). Consta no documento:

Pela quarta vez o LEVANTAMENTO ANUAL SINASE coleta informações sobre raça/cor nas UF de todo o país. Segundo os dados do gráfico 14, nota-se que 59,08% dos adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade foram considerados de cor parda/preta, 22,49% de cor branca, 0,91% de cor amarela e 0,98% da raça indígena e 16,54% dos adolescentes e jovens não tiveram registro quanto à sua cor ou raça, sendo classificados na categoria sem informação. Observando-se os números por região, constantes do gráfico 15, [...] nota-se que a Região Norte é a que concentra o maior percentual de adolescentes da cor/raça

preta/parda do total de adolescentes em privação e restrição de liberdade (71,6%). (BRASIL, 2018, p. 19).

Considerando que a adolescência é uma construção social, a dinâmica das sociedades e suas relações refletem eminentemente a trajetória dos adolescentes até chegar ao ato infracional. De acordo com Borgianni (2013), a crescente criminalização da pobreza e a judicialização das expressões da “questão social” são postas ao cotidiano das unidades de internação de adolescentes de maneira avassaladora. O autor explica tais determinações:

Tem também expressão objetivada em todo um novo marco legal de caris conservador e que é fruto de articulações de parte da sociedade civil que vê no encarceramento, no recrudescimento das penas e da redução da maioridade penal, as formas reificadas e fetichizadas de reparação das vítimas da crescente violência urbana que foi gerada no processo histórico de superexploração do trabalho e concentração de poder e renda nas mãos de uma elite minoritária numericamente, mas poderosíssima econômica e politicamente. (BORGIANNI, 2013, p. 434).

Sob essas dimensões, vislumbram-se a negação de direitos sociais básicos e o processo de marginalização que culpabiliza os adolescentes sem considerar a realidade social face à sua totalidade. Nesse sentido, o presente trabalho buscou identificar as múltiplas contradições sociais relatadas nas falas dos adolescentes participantes das oficinas, as quais se repetiram ao longo das atividades.

Desse modo, por meio do diálogo em oficinas realizadas semanalmente, nossa proposta foi conhecer a trajetória de vida dos adolescentes internos por cometimento de atos infracionais. O trabalho socioeducativo e a promoção de práticas voltadas para esse âmbito contribuem para possíveis reflexões acerca da maneira como os direitos sociais, culturais e políticos têm sido efetivados nesses espaços em busca de cidadania e justiça social.

Método

O método foi pautado na pedagogia emancipatória e dialógica defendida por Freire (2005), segundo o qual, é primordial propiciar espaços de diálogos com adolescentes diante do contexto no qual estão inseridos. As atividades desenvolvidas pelo projeto foram de duas naturezas: (a) reuniões do grupo de extensão para estudo, planejamento e avaliação contínua e (b) oficinas com os adolescentes internados. As oficinas aconteceram no Centro Socioeducativo de Manaus-AM, uma vez por semana, no contra turno de aula dos adolescentes, com duração de duas horas em média na sala multiuso da unidade.

Os temas trabalhados nas oficinas foram definidos a partir dos interesses manifestados pelos adolescentes, bem como pela sugestão da equipe, num processo de construção conjunta. Esse é o início do processo dialógico proposto por Freire (2005), para o qual, foram pensados e priorizados temas significativos e transformadores para os sujeitos envolvidos.

As atividades foram registradas nos diários de campo, pois, de acordo com Minayo (2012), esses diários são um material de observação que traz a compreensão do contexto, devendo ser escrito e organizado de forma atenta de acordo com os relatos dos participantes da pesquisa.

A dialogicidade defendida por Freire possibilitou a participação ativa dos adolescentes em busca de consciência crítica sobre sua trajetória de vida e autonomia. As atividades propiciaram momentos produtivos, possibilitando o protagonismo dos jovens na construção da atividade, bem como na centralidade e legitimidade conferidas às histórias de vida por eles trazidas.

Resultados e discussão

Compreender a adolescência como uma construção social foi indispensável para a realização da Oficina Trajetórias de Vida. Nas atividades, buscamos compreender e dialogar sobre a vida e perspec-

tivas futuras a partir de uma oficina com três eixos: (a) Infância, (b) Adolescência e (c) Idade adulta.

No eixo sobre a **Infância**, buscamos resgatar a vivência dos adolescentes nessa fase da vida. Primeiramente, eles falaram livremente palavras que representassem essa fase, entre as quais, podemos destacar: agressão, “tamborzinho”, crime, revolta, maconha e drogas. Posteriormente, por meio de atividades de recortes de revistas e desenhos, eles expuseram as imagens que representavam a sua infância. Em um terceiro momento, construímos coletivamente um cartaz em que cada um deveria escrever os acontecimentos bons e ruins da fase infantil. O cartaz conteve os seguintes conjuntos de palavras:

1. Vivências Positivas: família, paixão, prosperidade, carinho, harmonia, paz, passear, igreja, viajar, liberdade, união, filho, amor, mãe, jogar futebol e basquete.
2. Vivências Negativas: revolta, morte, bala, vingança, brigas, acidentes, pistola, faca, tamborzinho.

Em geral, a infância foi qualificada como um momento de inocência e brincadeiras em contraposição a algumas marcas de vulnerabilidade social e econômica e conflitos familiares. O relato a seguir traz a fala de um adolescente sobre sua infância:

quando eu era criança, com oito anos mais ou menos, entrei pra vida do crime, tinha uma boca na frente da minha casa, a minha vida foi isso, cresci assim, eu vendia drogas, desde cedo comecei a trabalhar pro chefe.

Essa ambivalência identificada pelas falas dos adolescentes que compõem o cartaz e os relatos orais sobre a infância nos leva a refutar a crença de que existe certa homogeneidade no aspecto positivo da infância. A sociedade tende a idealizar crianças felizes, brincando e

passando por esse processo em um plano ideal. Diante disso, Marchi e Sarmento (2017) problematizam a importância de compreender e de não ignorar a presença de várias infâncias, especialmente, em contexto de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, os quais, ao contrário desse “modelo normal”, tiveram uma trajetória de direitos violados com a chegada precoce do trabalho pela necessidade, muitas vezes, para compor a renda familiar.

No diálogo sobre a **adolescência**, buscamos escutar as representações e formas de viver esta fase. Os adolescentes verbalizaram a sua vida fora e dentro da unidade, trazendo elementos de falta, arrependimento, mudança, liberdade e, sobretudo, saudade do convívio familiar. Escolheram as seguintes palavras e expressões para representarem a sua adolescência: ser preso, jogar bola, viajar, beber, festa, namorar, compras, vender drogas, inimigos, decidir se vai fazer algo bom ou ruim, família, sexo, fumar, “gazetar”, brigar e paciência.

No momento de construção coletiva do cartaz, os adolescentes identificaram as seguintes vivências:

1. Positivas: união, bondade, família, ajudar o próximo, amigos, namoros, festas, estudar, paixão, futebol, cinema, experiência, shopping e assistir TV.
2. Negativas: drogas, inimigos, ser preso, pressão social, más influências, homicídio, raiva, obstáculos da vida, separação da família, ódio e vingança.

Em geral, o conjunto negativo de termos e expressões sustentava a vivência concreta da “vida do crime”, da ausência da família e da privação da liberdade, como pode ser visto no relato de um adolescente, a seguir:

Eu não podia sair da favela, porque se pelo menos eu andasse para outro bairro ou favela, eu morria, porque eu já tinha matado mui-

ta gente grande, fiquei quatro anos sem sair da favela, não levava a gatinha no cinema, não podia sair pra comprar nada fora, até pra jogar bola só jogava com os manos da favela, a gente tinha um campinho lá nosso, eu peguei uns três sequestros (sequestro é ser pego pelos policiais), quase morri, fui livrado por Deus era pra eu sair dessa vida mesmo.

É perceptível que, nessa fase, destacam-se positivamente os aspectos de vinculação ao grupo social dos adolescentes e, negativamente, a vinculação mais fortalecida à trajetória infracional, ambos imbricados. Eles sinalizam vivências fortes em relação à inserção nos grupos que cometem infrações, bem como abraçam todas as consequências de pertencer a esses grupos, como as inimizades de grupos rivais, a limitação geográfica que lhes é imposta a partir de seu pertencimento ao grupo e as atividades exercidas por cada grupo. Esses aspectos são evidenciados como partes constituintes da identidade desses adolescentes e exercem um processo de retroalimentação da trajetória infracional. Isso porque, à medida que ingressa de maneira mais intensa na prática infracional, o adolescente passa a ter possibilidades de vida mais restritas, pois não pode sair do território onde está protegido pelos seus aliados. Ao mesmo tempo, não consegue vivenciar outras experiências, diferentes daquelas vividas naquele grupo e naquele espaço, e isso atua no sentido de fortalecer a identidade dele como agente da infração, com valoração de suas habilidades nesse contexto específico, como atos de coragem e empoderamento, além de uma saída do contexto mais familiar para uma projeção social dentro do bairro e/ou da comunidade.

Ao possibilitarmos espaços de escuta e diálogo dos adolescentes sobre suas experiências e realidade, promovemos o olhar e a reflexão deles sobre essas experiências. A equipe extensionista buscou continuamente acolher e promover a reflexão conjunta, de modo que revisitar as experiências, mais do que rememorar, exerceu a função de ressignificação das experiências pessoais desses jovens.

Esses adolescentes, ao construírem suas histórias coletivamente, denunciam o contexto social e a negligência do Estado em garantir políticas públicas efetivas para a juventude. Observamos ainda uma sociedade que rotula o que é ser adolescente, possuindo como parâmetro a classe dominante, “ideal”, negando dessa forma, as diversas trajetórias de vida e realidades sociais dos jovens (FEFFERMANN, 2013).

A atividade desenvolvida para pensar a **vida adulta** foi realizada por meio de teatro e roda de conversa. Nessa roda, os adolescentes falaram bastante sobre os seus sonhos e desejos, mas, também, verbalizaram sobre a dificuldade de pensar no futuro tendo em vista os seus contextos de vida. A concretude da realidade impedia esses adolescentes de pensarem um futuro sem violência, morte, prisão e droga, pois a vida no crime é uma forma de trabalho, de ajudar a família. Em geral, a vida adulta era carregada de incertezas, medos, sonhos e aspiração para mudar a realidade, como pode ser observado no relato a seguir de um adolescente:

É muito difícil pensar no futuro, é complicado, mas eu penso em sair daqui, em tá lá fora com minha família, quero continuar o que meu irmão começou e ajudar minha mãe, meu irmão fez um lanche pra minha mãe antes de morrer, para ela trabalhar, fez o lanche para depois sair dessa vida, ele queria mudar (adolescente perdeu o irmão no período em que estava cumprindo a medida). Ele pensava em conseguir um dinheiro e construir uns apartamentos para minha mãe alugar, porque aí ela teria um dinheiro extra, quando eu sair daqui, vou continuar o que ele queria fazer, vou trabalhar no lanche com minha mãe.

Ao serem questionados sobre perspectivas de futuro, os adolescentes trouxeram reflexões sobre planos/realidade, “família normal”, amor, obstáculos, responsabilidades, força de vontade, liberdade, trabalho, estudo e relacionamentos amorosos. Sobre o que poderia surgir negativamente na tentativa de construir um futuro melhor,

obtivemos as seguintes respostas: acidente, dificuldade financeira, preguiça, vingança, revolta, drogas, preconceito, má influência e dificuldade para estudar.

Observamos certa dificuldade dos adolescentes para falar sobre a visão do futuro. Na produção sobre a vida adulta, os sonhos e perspectivas de futuro trazidas pelos adolescentes são positivos, atendendo, por um lado, um ideal de vida considerado positivo pela sociedade, como a projeção de geração de renda por meios lícitos, e, por outro, os anseios da própria medida socioeducativa, que se apresenta como uma alternativa de transformação da vida deles.

Foi explícito que a partir da execução da medida socioeducativa, muitos adolescentes tiveram contato com novas perspectivas de vida, como a possibilidade de uma vida adulta mais ajustada socialmente, o que, muitas vezes, os adolescentes percebem como sendo desejável de se ouvir deles. Trata-se, no entanto, de um discurso que, muitas vezes, não encontra ancoragem sólida para a concretização, uma vez que, somente o planejamento do futuro, não lhes garante êxito quando se deparam com a realidade. O medo e a incerteza justificam-se pela contradição de seus contextos, falta de oportunidades, visão da sociedade imersa pelo preconceito que os estigmatiza e falta de políticas públicas que poderiam contribuir para esse processo de emancipação humana. Para Volpi (2015, p. 11), “os adolescentes em conflito com a lei [...] não encontram eco para a defesa dos seus direitos pois, pela condição de terem praticado um ato infracional, são desqualificados enquanto adolescentes”.

Considerações finais

A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente compreendem que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e deveres a serem garantidos pela sociedade e pelo Estado. Ocorre, entretanto, a negligência da efetivação do Sistema de Garantia de Direitos para esses sujeitos ao longo da história e nos dias atuais. No

contexto socioeducativo, devemos buscar a promoção do desenvolvimento integral do adolescente e sua participação social de forma que se configure um novo arranjo no curso de sua trajetória de vida (JULIÃO; OLIVEIRA, 2017). Esse contexto deve garantir espaços que viabilizem experiências de reflexão e diálogos sobre a responsabilização do ato infracional, com o objetivo de promover a emancipação e a autonomia do sujeito por meio de ações pedagógicas (OLIVEIRA; VALENTE, 2017).

As atividades propiciaram momentos produtivos, fomentando a potencialização da autonomia dos adolescentes e possibilitando o protagonismo de suas histórias de vida. Suas trajetórias de vida se encontram nos diálogos, sendo a infância marcada por vivências familiares conflituosas, quando os direitos fundamentais são violados, seguida de uma adolescência com ausência de liberdade e consolidação da trajetória infracional, e, por fim, visualizando uma vida adulta com muitas incertezas e possibilidades.

No âmbito do projeto, valorizamos o aspecto emocional dos envolvidos e sua subjetividade para a livre expressão das suas trajetórias de vida. A metodologia dialógica, nesse sentido, implica uma intencionalidade amistosa entre as partes componentes da relação equipe/adolescente. Isso se relaciona tanto com a ideia de Costa e Assis (2006), que defende o estabelecimento de vínculos com os jovens como uma estratégia protetiva e transformadora, quanto com a de Freire (2005), que defende que não há diálogo sem amor ao mundo e aos homens.

Na experiência aqui relatada, há a possibilidade de os jovens investirem em expectativas e possibilidades, valorizando o que eles trazem, suas trajetórias, vivências e experiências, bem como se relacionando e se afetando com eles. Constrói-se, desse modo, a possibilidade de transformação das trajetórias de modo positivo ou, ao menos, de tomada de consciência por parte deles em relação a seus próprios cursos de vida (COSTA; ASSIS, 2006; FREIRE, 2005).

Atuar com adolescentes por meio da socioeducação é um desafio. Observamos uma realidade silenciada por muitos e compreendemos

a necessidade de criar mais espaços de diálogo com os adolescentes no contexto socioeducativo, de modo que a ação socioeducativa seja mais efetiva para de fato promover a autonomia e a emancipação dos sujeitos ali inseridos, sem desconsiderar a sua subjetividade.

Referências

ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2019**. São Paulo: Fundação Abrinq, 2019.

BORGIANNI, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Serv. Soc. Soc.** (São Paulo), n. 115, p. 407-442, jul./set., 2013. Recuperado de

<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n115/02.pdf>

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento Anual SINASE 2016**. Brasília, DF: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Recuperado de https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicologia & Sociedade** (Porto Alegre), v. 18, n. 3, p. 74-81, dez., 2006. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a11v18n3.pdf>

FÁVERO, E. T. **Questão social e perda do poder familiar**. 1. ed. São Paulo: Veras, 2007.

FEFFERMANN, M. Criminalizar a juventude: uma resposta ao medo social. In: PAIVA, L. I. et al. (Orgs.). **Infância e Juventude**: em contextos de vulnerabilidade e resistências. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 57-74.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, H. B. **Infância e Adolescência sob análise**: Um retrato das principais violações de seus direitos na cidade de Manaus. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

JULIÃO, E. F.; OLIVEIRA, V. Sistema de garantia de direitos: Questões e perspectivas para uma política socioeducativa. In: ZAMORA, M. H.; OLIVEIRA, M. C. L. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência**, socioeducação e direitos humanos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MARCHI, R. C.; SARMENTO, M. J. Infância, normatividade e direito das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc.** (Campinas), v. 38, n.

141, p. 951-964, out./dez., 2017. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/873/87353796006.pdf>

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e Saúde Coletiva** (Rio de Janeiro), v. 17, n. 3, p. 621-626, mar., 2012. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>

MOTA, A. E. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, M. C.; VALENTE, F. P. R. Adolescência e a responsabilização socioeducativa: aspectos históricos, filosófico e éticos. In: ZAMORA, M. H.; OLIVEIRA, M. C. (Orgs.). **Perspectivas interdisciplinares sobre adolescência**, socioeducação e direitos humanos. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 35-53.

PEREIRA, P. A. P. **Política social**: Temas & Questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, I. R.; SILVA, F. P. P. **Adolescente em semiliberdade**: avaliação de ação extensionista de promoção de fatores protetivos. 1. ed. Manaus: FAPEAM; São Paulo: Martinari, 2015.

SOARES, C. P. G.; MATIAS, A. F.; VIANA, T. V. Educação em prisões e humanização: reflexões a partir da colonialidade e da descolonialidade do ser. In: SOARES, C. P. G.; VIANA, T. V. (Orgs.). **Educação em espaços de privação de liberdade**: descerrando grades. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. 77-104.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 111 p.

YOKOY, T.; OLIVEIRA, M. C. S. L. Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** (São João del-Rei), v. 3, n. 1, p. 85-95, ago., 2008.

Parte III
Narrativas de mulheres amazônicas

IX

Nos trilhos da (in)visibilidade: a presença feminina no contexto da história de Rondônia

Eudeir Barbosa de Oliveira

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

Introdução

Mãe Terra e a Lua. Os antigos mitos e lendas contam que os raios prateados da lua estão iluminando os porões do inconsciente coletivo. Prenunciando o surgimento de uma nova consciência. Essa energia vital que nos trará uma consciência ecológica, fraterna e global. Eu descobri com a minha vivência, a suprema importância de resgatar os saberes de nossos ancestrais! (QUEIROZ, 2014).

S seja na história do Brasil ou do mundo, as mulheres sempre estiveram à margem dos homens, mesmo quando são protagonistas da história. Nos últimos tempos, elas assumiram suas identidades e

conseguiram considerável avanço na luta por seu lugar de direito e igualdade, pelo fim da subordinação, da invisibilidade e da dominação patriarcal sobre suas decisões. Essas conquistas resultam de ações históricas, socialmente construídas, porém ainda há o machismo estrutural “inconsciente” que persiste na cultura brasileira.

Apresentamos neste artigo uma discussão sobre a participação feminina na construção da história de Rondônia. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica dissertativa, na qual exploramos os fluxos migratórios que contribuíram para a constituição do Estado, delimitando-nos ao período da Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e da extração da borracha. O desejo de escrevermos sobre esse tema partiu da necessidade de compreender quem foram as mulheres da construção da história de Rondônia: esposas, filhas, amantes, camareiras, parteiras, médicas, enfermeiras, cozinheiras e prostitutas, suprimidas da história.

Deste modo, o objetivo principal é demonstrar a presença da mulher no contexto da formação do estado de Rondônia: a invisibilidade nos períodos migratórios e as condições de submissão e desigualdade na extração da borracha. Para a fundamentação, fizemos uma investigação em livros de história, sites, periódicos e no banco de teses e dissertações da Universidade Federal de Rondônia, na busca por dados e/ou fatos que dessem visibilidade ao lugar que as mulheres ocupavam durante os períodos aqui discutidos. Abordamos inicialmente o contexto histórico como pano de fundo para posteriormente discutirmos a presença das mulheres em cada período — retratando a opressão, a exploração e a ocultação da sua participação, bem como a importância da sua contribuição na construção da histórica de um povo.

Del Priore (1994) recomenda que, ao tratar da historiografia feminina, o pesquisador ou pesquisadora não deve cair no determinismo preconcebido e apresentá-la como vítima ou submissa, sob o risco de levá-la ao isolamento intelectual. No entanto, não se pode fugir da realidade em que viviam as “mulheres da borracha”. Mesmo

em se tratando de realidades diferentes, as pesquisas escolhidas para fundamentar essa discussão mostram a condição de desigualdade, desvalorização e submissão das mulheres. Del Priore (1994, p. 13) reforça que “melhor do que tentar responder se as mulheres tinham poder, é tentar decodificar que poderes informais e estratégias elas detinham por trás da ficção do poder masculino, e como se articulavam na sua subordinação e resistência”.

Não pretendemos, portanto, ratificar as mulheres como incapazes e irrelevantes, pois por isso foram silenciadas e/ou apagadas da história. Nosso interesse é explorar sua representatividade, mesmo sendo esquecidas e não consideradas na formação do povo rondoniense. Compreendemos assim que, para conhecer o contexto histórico da mulher e ainda discutir a posição que elas ocuparam ao longo dos tempos, é importante resgatar como se deu a formação política, histórica e cultural do povo rondoniense.

Formação de um povo

A construção histórica, política e geográfica do Estado de Rondônia é marcada por períodos de abundância, exploração e abandono. O Estado é hoje uma das maiores potências econômicas e populacionais da região Norte, formado por uma população de 1.805.788 habitantes entre homens e mulheres, distribuídos nas zonas urbana e rural de 52 municípios, incluindo a capital, Porto Velho (BRASIL, 2017). Essa população se constituiu pelos diversos fluxos migratórios, originados, em sua maioria, da força de exploração da mão-de-obra pelo sistema capitalista.

De acordo com Matias (1998), ainda no século XVII a área onde hoje se situa o Estado de Rondônia já era explorada pelos Bandeirantes, que navegavam pelo rio Caiari, antigo nome do Rio Madeira, em busca de especiarias e pau-brasil. Por volta dos anos de 1700, o padre Jesuíta João Sampaio funda a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras. Assim, iniciam os primeiros povoados

à margem do rio Madeira. Hugo (1991) relata que os primeiros registros de ocupação por meio de vilas habitacionais datam dos anos de 1718, provocados pela corrida do ouro — ocasião em que a coroa Portuguesa passou a ocupar e investir na região do Vale do Guaporé e do Madeira¹.

Findado o período de exploração de minérios e do ouro, a atividade econômica que se destacou na região Amazônica a partir de meados do século XIX foi o primeiro ciclo da Borracha, e Rondônia se sobrepõe com a maior produção no mundo. O contexto político e social passa a ser protagonizado por seringalistas e seringueiros, trabalhadores da construção da EFMM e donos de empreiteiras. Segundo Matias (1998), pessoas de todas as regiões do Brasil migravam para o Norte em busca de riquezas, trabalho e para a extração da seringa, aumentando consideravelmente a população.

A Bolívia, como grande produtora da seringa, propôs a Dom Pedro II, príncipe regente do Brasil, um projeto para explorar os rios da região para escoamento da sua ampla produção de borracha. Por volta de 1882, o acordo entre Brasil e Bolívia foi substituído pelo ousado e superfaturado projeto de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As dificuldades enfrentadas, como cachoeiras, florestas densas, tribos indígenas desconhecidas, doenças regionais, além da pressão de investidores, inviabilizaram a concretização da obra (MATIAS, 1998).

Segundo Silva (1995), a Estrada de Ferro volta a ser lembrada por ocasião da guerra do Acre (1899-1903). A batalha ocorreu pela questão de apropriação das terras, exploradas por brasileiros, que originalmente pertenciam à Bolívia. Através do Tratado de Petrópolis², firmado entre

.....
1 Os bandeirantes corriam o Brasil em busca de ouro, prata e pedras preciosas para a coroa e penetravam a região onde se constitui Rondônia através do Vale do Rio Guaporé, por onde alcançaram os rios Madeira e Mamoré. (SILVA, 1995)

2 O Acre passou ao Brasil na condição de pagar à Bolívia uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, ceder algumas áreas da fronteira do Mato Grosso e construir uma estrada de ferro da fronteira a Porto Velho, que permitisse uma saída para o oceano Atlântico através do rio Madeira (LIMA, 2005).

os governos da Bolívia e do Brasil, o projeto da estrada de ferro volta a ser explorado e finalmente a Bolívia alcançaria o Atlântico pelas águas do Madeira. No entanto, os mesmos empecilhos da primeira fase atrasaram a conclusão da obra.

Matias (1998) relata que as doenças até então desconhecidas ame-drontavam e dizimavam os trabalhadores. Médicos norte-americanos foram convidados para a região a fim de estudá-las, mas desconheciam as doenças tropicais. Os médicos sanitaristas brasileiros, Osvaldo Cruz e Belizário Pena, foram convidados em seguida e colaboraram com a descoberta das doenças e o tratamento dos trabalhadores.

A história do seringueiro se mistura com a história da construção da EFMM, pois um fato originou o outro. Ribeiro (1995, p. 325) relata que:

o conflito entre índio e seringueiro é geralmente tão agudo que mata quem vê primeiro. A todas essas penas se soma, ainda, a incidência de enfermidades carenciais, como o beribéri, que alcançou caráter endêmico em toda a Amazônia, e das chamadas moléstias tropicais, principalmente a malária, que cobram alto preço em vidas e em depauperação física à população engajada nos seringais.

Os trabalhadores morriam não apenas em decorrência das doenças tropicais, mas também pelas flechas dos índios que resistiam para proteger dos exploradores sua cultura, seu povo e seu território. Uma das estratégias de resistência indígena foi atrasar as obras, arrancando os dormentes durante a noite. Por conta disso, a obra foi eletrificada em alta voltagem, dizimando muitas tribos. Índios e trabalhadores morriam na mesma proporção.

Secreto (2005) relata que outro fato que gerou um novo ciclo migratório para a Amazônia, já nos anos de 1940, foi o acordo feito entre o governo brasileiro e os Estados Unidos da América, em razão da segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nesse momento, era preciso intensificar a produção da borracha e, para minimizar os efeitos sociais e as denúncias de maus tratos contra os trabalhadores na primeira

fase da borracha, o governo criou um programa de recrutamento que garantia a segurança financeira dos trabalhadores.

Segundo Matias (1998), para a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré foram recrutados cerca de vinte e dois mil homens vindo de diversos países do mundo e todas as regiões do Brasil, principalmente da região Nordeste, mais especificamente do Ceará. Surge o “povo novo” denominado assim por Ribeiro (1995), em razão da nova etnia surgida da fusão do índio, do branco, do negro e agora o caboclo — miscigenação que hoje representa o povo rondoniense.

Findado o ciclo da borracha, Rondônia viveu um período de construção política, como a demarcação do Território Federal do Guaporé em 1942, que até então pertencia ao governo de Mato Grosso e Amazonas. Em 1956 se torna Território Federal de Rondônia, em homenagem ao General responsável pelas primeiras expedições de construção do telégrafo.

A conclusão da BR 364, os ciclos do diamante e da cassiterita, além da distribuição de terras pelo governo federal, permitiram a intensificação da entrada de famílias vindas de todo o Brasil — surge novamente um longo fluxo migratório. A maior intensificação se iniciou na Ditadura Militar (1964-1985) e se estendeu até o final dos anos de 1980. Em 1981 Rondônia se constituiu Estado e sua Constituição Estadual foi promulgada em 1989. Ainda em menor proporção que os homens, as mulheres começam a participar ativamente da história de Rondônia. Destacam-se os primeiros avanços em relação aos direitos da mulher no Brasil e no mundo (SILVA, 1995).

A história da EFMM é cercada de lendas e misticismo e representa a memória dos trabalhadores e grupos sociais que formaram o povo rondoniense. Tombada como patrimônio público em 2006, é hoje um dos símbolos turísticos de Porto Velho. Uma discrepância, considerando as a inúmeras mortes ocorridas durante a sua construção, além de representar o fracasso da economia, carregar acontecimentos negativos em relação à exploração humana e dos recursos naturais locais.

Compreender os espaços ocupados pelas mulheres na construção da história de Rondônia, portanto, não é uma tarefa fácil, uma vez que a história já está posta.

Todavia, Burke (1992) defende que, assim como na história oral, reconhecida recentemente como ciência, alguns dos historiadores da arte e da literatura buscavam seus interesses isolados dos corpos principais da história. Para o autor “o movimento da história-vista-de-baixo também reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado” (p. 16). Desse modo, a história de um povo pode ser escrita a qualquer tempo por seus descendentes, por meio das descobertas artísticas, sociológicas e arqueológicas.

O lugar feminino na História

A participação feminina parece inexistente em todos os grandes fatos históricos e políticos no Estado de Rondônia. Scott (1992, p. 77) relata que “a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluí-las como sujeitos da história”, porém não é possível reivindicar essa inclusão quando os fatos já estão estabelecidos como verdadeiros.

No primeiro período de construção da EFMM, os líderes que comandavam as expedições, os seringalistas e os operários vieram das mais diversas partes do Brasil e do mundo. No entanto, não encontramos registros femininos nas obras consultadas. Os escritos normalmente abordam o número de migrantes de forma generalizada: “os habitantes”, “os seringueiros”, “os trabalhadores da EFMM”, desconsiderando a presença feminina naquele contexto. A dominação do gênero masculino na história inviabiliza a presença feminina, pois estavam sujeitas às questões tanto de classe quanto de gênero.

Na obra **Os Desbravadores**, Hugo (1991, p. 152-153) relata que os padres jesuítas estiveram por aqui durante as grandes mis-

sões, por volta do ano de 1875. O autor relata que Frei Jesualdo,³ ao entrar em contato com os Caripunas, descreve que as mulheres da tribo eram oferecidas aos missionários em troca de presentes valiosos. Por outro lado, nesta mesma tribo eram as mulheres que comandavam o negócio de troca e tinham poder de decisão na tribo.

Ainda sobre missões jesuítas, Vitor Hugo (1991, p. 183) relata o que era chamado, na época, de ciganagem. O autor faz uma referência a Araújo Lima (1945) para demonstrar que esse ato “consistia no aluguel de mulheres decaídas, transformadas em objetos de negócio de certos agenciadores, mediante fatura especificada em gastos e comissões contra resgate em borracha ou carta de ordem”. Ou seja, a mulher era tratada como objeto ou moeda de troca. Ele não especifica qual etnia praticava esse costume, entende-se que já existia uma comunidade formada pelos povos que vieram para trabalhar na construção da ferrovia, que na obra são definidos como negros, mestiços, adventícios (HUGO, 1991, p. 182-183).

Scott (1992) relata que a presença das mulheres no espaço profissional no Brasil coincide com os primeiros movimentos pela superação das desigualdade e injustiça social conferidas ao gênero feminino, até então dominadas pelo preconceito e suposta superioridade masculina. Em **A ferrovia do Diabo**, Ferreira (2005) destaca as enfermeiras do Hospital Candelária, que atendiam os índios e trabalhadores acometidos pelas doenças da época. No entanto, não há detalhes sobre a identidade daquelas mulheres.

Todavia, ainda existia aquelas que viviam no anonimato estruturado. Menezes (1999) relata que foi proibida a vinda de mulheres para a construção da EFMM, por isso vieram por caminhos tortos para trabalhar como “lavadeiras, doceiras, enfermeiras, feirantes, donas de casas, parideiras e prostitutas” (p. 21) — a *mulher mercadoria*, como define Menezes. No entanto, já existiam outras representatividades femininas que viviam num mundo totalmente

.....
3 Frei franciscano, missionário que fundou as aldeias de Santo Antônio e São Pedro, no alto Madeira. (HUGO, 1991).

diferente — a indígena e a cabocla ribeirinha. Para Menezes (1999), a mulher amazônida era minoria, por isso era representada por uma figura mística e imaginária de tamanha beleza, capaz de encantar, por isso viviam nas sombras e hoje são personagens coadjuvantes das histórias locais.

A dominação masculina, o machismo patriarcal e o preconceito racial e de classes sociais contribuíram para que a desigualdade entre os gêneros se estendesse para os relatos históricos. Morga e Lage (2015) relatam que boa parte da literatura amazonense mostra que os homens vinham sozinhos para trabalhar na extração da borracha. Os que vieram em posições de profissionais formados ou patrões trouxeram esposas e famílias, que não adentravam a floresta, por isso a invisibilidade da mulher nos seringais.

Wolf (2011) descreve as condições vividas pelas mulheres da floresta após a realização de pesquisa de campo. A autora constatou que, assim como acontecia na história do Brasil Colônia, em que as mulheres pobres e negras não eram contadas nos censos, essa realidade se repetia nas regiões Amazônicas. Segundo a autora, além das indígenas, não eram lembradas nos registros populacionais “as prostitutas, lavadeiras e mulheres pobres em geral, que em sua maioria também muitas vezes descendiam de africanos e/ou indígenas, que viviam nas cidades da Amazônia” (WOLF, 2011, p. 24).

A ausência feminina no contexto histórico não significa que elas não estavam lá. As duas pesquisas confirmam que não se trata apenas de gênero, mas sobretudo de preconceito e desigualdade social sobre a minoria historicamente invisibilizada e silenciada.

De acordo com Dias (2015), o código Civil Brasileiro de 1916 legitimava uma sociedade predominantemente conservadora e patriarcal, que reforçava a superioridade masculina. Durante a vigência desse código, após o casamento a mulher era considerada propriedade do marido, dependendo de sua autorização até para as decisões mais íntimas e pessoais. Elas deveriam se submeter aos desejos, vontades e decisões do marido. Essa atitude com caráter opressor e machista se estendeu por muitos anos.

Menezes (1999) descreve que as mulheres viviam em condições precárias no início do século XX, em Porto Velho. A autora relata que entre os processos criminais do arquivo do Tribunal de Justiça, entre os anos de 1917 e 1930, há registros de que:

a cada dez mulheres qualificadas para depor como testemunha, oito eram nordestinas vindas dos diversos lugares como Ceará, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte e outros. [...] viviam nos bairros chamados Favela e Mocambo, sendo denominadas como profissionais do lar. (p. 21).

O perfil da mulher rondoniense hoje é resultado dessas miscigenações apontadas por Menezes (1999): a indígena, a cabocla ribeirinha, além das migrantes, que eram tratadas como a mulher mercadoria, “essenciais como o óleo, o sal e a farinha” (p. 24).

Por outro lado, a autora afirma que as mulheres amazônidas viviam em uma espécie de comunhão com a natureza, de modo que suas ações se tornavam naturais, sem preocupação com o pecado, porque cabia à mulher fornecer a vida, como o rio e as matas. Uma espécie de liberdade, também historicamente construída, mas que não deixa de submeter a mulher a uma condição determinada.

No período que coincide com o fim da extração da borracha, o mundo já discutia os temas relativos à emancipação feminina. No Brasil, alguns movimentos feministas isolados se destacavam; no entanto, os direitos reivindicados se voltavam às mulheres brancas e ricas; as negras e pobres continuavam no isolamento (PINTO, 2003). O que dizer das migrantes, mestiças, indígenas sem representatividade na história, que povoavam o Vale do Madeira?

As mulheres nos seringais

Não diferente de outros contextos, as mulheres dos seringais viviam em condição de exploração, desigualdade e opressão pela

dominação masculina vigente. Sua importância se limitava ao ofício de esposas ou companheiras, a gerar e cuidar dos filhos e manter o seu ritmo de trabalho, apenas para as condições de subsistência em cada fase da vida.

Morga e Lage (2015) realizaram uma pesquisa para identificar a presença feminina nos seringais do Amazonas. Segundo os autores, “quando surgiram os seringais no Amazonas, por volta do ano de 1870, o número de mulheres que moravam neles era bastante reduzido e só aumentou à medida que os seringais foram ficando mais populosos” (p. 11). Acrescentam que, “apesar de viverem na solidão da mata, as mulheres que habitavam nas cercanias das comarcas ou no entorno dos seringais se apresentavam em diversas oportunidades sociais, políticas e culturais com requinte e esmero”. O dinheiro e o status permitiam que as mulheres ricas e brancas já naquela época tivessem uma representatividade maior que as minorias que não tinham acesso ao dinheiro.

Morga e Lage (2015) descrevem duas realidades distintas. Ainda que essas mulheres tivessem acesso ao luxo e à riqueza, as condições de igualdade em relação aos homens ainda estavam distantes, pois não tinham participação nos negócios e na política. Segundo os autores, a vida dos seringueiros era muito solitária, e isso fez com que recorressem às mulheres índias e às prostitutas. Além das indígenas, o estudo não mostra a origem nem a etnia das outras mulheres que viviam da prostituição. Os relatos apresentados são dos seringais das proximidades de Manaus; os autores não abordam as condições das mulheres dos seringais de Rondônia e das vilas que se formavam em razão da construção da EFMM.

Independente da origem ou da etnia, as mulheres viviam em condições semelhantes, cujas significâncias se limitavam a servir mulheres de classe alta e/ou à satisfação dos homens. Para este último ofício, muitas se submetiam por falta de opção, por necessidade de sobrevivência ou somente pela violação de seu direito como ser humano. Seus desejos, vontades, direitos não eram respeitados. Viviam

à mercê dos homens e das mulheres brancas e ricas. Suas histórias foram marcadas pela violência física e psicológica.

Secreto (2005) realizou uma pesquisa em que teve acesso às cartas das esposas dos soldados da borracha originários do Ceará, por se tratar da região em que se recrutou o maior número de trabalhadores. A autora relata que as esposas e familiares dos trabalhadores ficaram alojadas em locais denominados “núcleos” por um período de 6 meses, para esperarem os maridos voltarem ou na esperança que elas fossem também se instalar na Amazônia. No primeiro discurso do governo, o programa enviaria as famílias inteiras para trabalhar no seringal. Na prática, somente os homens viajariam — como soldados da borracha —, na promessa de que as famílias ficariam amparadas (SECRETO, 2005).

Nas cartas às quais Secreto (2005) teve acesso, as mulheres relatam que o governo não cumpriu a promessa de dar amparo às esposas, deixando-as na miséria — miséria naturalizada pelo governo, devido às condições em que o povo nordestino vivia. A solução dada pelo governo foi que as esposas fossem ao encontro dos maridos. No entanto, além da falta de condições financeiras, elas não tinham notícias e não sabiam onde foram instalados os maridos, consistindo no duplo abandono — dos esposos e do estado. Independentemente de suas vontades, essas mulheres se tornaram prisioneiras de um processo de dominação e controle, fadadas à miséria, em meio ao abandono.

Secreto (2005) não relata a condição das participantes de sua pesquisa como uma forma de violência contra a mulher; a autora se limitou a retratar as condições de abandono daquelas mulheres. Contudo, a violência psicológica sofrida pelas mulheres as levou ao extremo do sofrimento e sentimento de incapacidade. Essa situação pode ter se repetido em outros estados onde foram recrutados os Soldados da Borracha. Menezes (2012), ao levantar os registros femininos nos arquivos do Tribunal de Justiça de Rondônia durante o período de 1912 a 1930, nomeia as informações obtidas como

memória coletiva feminina. Por se tratar de uma época em que prevaleciam as vontades masculinas — a mulher aparecia ora como testemunha, ora como ré, nunca como vítima.

Corrêa, Oliveira e Tada (2015) realizaram uma pesquisa em que buscaram representar, por meio de história oral, a vida das mulheres que viveram no Seringal na região de Fortaleza do Abunã (Rondônia). Os pesquisadores trazem os relatos de quatro mulheres com idade entre 60 e 87 anos. Algumas vieram crianças e outras nasceram no seringal, porém todas vivenciaram realidade semelhante. Nos relatos coincidem os sonhos perdidos, a vida árdua e precária, as relações afetivas e de trabalho desiguais em relação aos homens.

As famílias das participantes vieram com o recrutamento realizado pelo governo, conforme Secreto (2005). Porém, diferentemente da migração para os seringais do Amazonas, sem todos os familiares, para Rondônia vieram famílias inteiras.

Segundo os relatos das participantes da pesquisa, na política dos seringais as mulheres não eram admitidas como trabalhadoras, “ficando na tutela dos maridos, embora trabalhassem de maneira similar aos homens” (CORREA; OLIVEIRA; TADA, 2015, p. 432). Além disso, o trabalho não era uma realidade só dos adultos, mas também das crianças. Por isso, desde muito jovens, tiveram que aprender os trabalhos da floresta. Todos trabalhavam de acordo com sua força física, sem distinção de gênero ou idade.

As mulheres, entretanto, acumulavam os afazeres domésticos, cuidados com as crianças e ainda se viam obrigadas a ajudar os maridos na colheita da seringa e da castanha — trabalhavam muito com pouco retorno financeiro. A desigualdade de gênero é um dos fatos que extrapolam o limite do direito humano. Mesmo com a necessidade da força de trabalho feminino, as mulheres se mantinham submissas aos homens e não tinham seu próprio salário. Esses episódios revelam as experiências, dificuldades, alegrias e frustrações não de modo isolado, mas compartilhado por todas as mulheres que fizeram parte desse período aqui delimitado.

O modo de vida das mulheres na produção da seringa refletia a condição da mulher no Brasil. Por muito tempo as leis brasileiras se voltavam a atender os desejos da igreja, prezando os costumes da “boa família” e a submissão da mulher, já que o homem era determinado como a cabeça ou o chefe da família, obrigando a mulher a se sujeitar e a obedecê-lo, sob o risco de serem expostas ou condenadas por desonestidade (DEL PRIORE, 1994).

Enquanto as mulheres no mundo lutavam pelo direito de trabalhar fora, ingressavam na moda, na arte e muitas já ocupavam espaços na medicina, no direito, na educação — profissões até então exercidas apenas por homens —, as mulheres brasileiras viviam à sombra das decisões masculinas. Somente na promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988) é que se começa a vislumbrar os primeiros direitos relativos à igualdade de gênero por força dos movimentos feministas que continuavam a se expandir pelo mundo e começaram a crescer no Brasil.

Considerações finais

As condições de vida das mulheres na construção do estado de Rondônia não diferem das situações vivenciadas por outras migrantes das demais regiões do Brasil. Ao discutirmos a formação do povo e a construção do estado de Rondônia, permitimo-nos considerar que, ainda que apagadas da história, as mulheres tiveram sua representatividade em cada período abordado.

Designadas anteriormente para o prazer, para procriação e para servir, elas tiveram sua marca em vários outros contextos, inclusive na defumação da borracha, na coleta da castanha, na lavoura e no garimpo — trabalhos considerados masculinos. O mundo vivia o período da revolução industrial, que contribuiu para a luta das mulheres operárias pelo direito ao trabalho, em condições de igualdade com os homens. No Brasil a sociedade era extremamente machista e a mulher era mantida na invisibilidade, que fica clara quando se trata da mulher indígena, negra e/ou pobre.

O debate sobre o lugar da mulher na sociedade denuncia várias formas de exploração, dominação, discriminação e violência. Assim, a superação da dominação masculina deve se tornar discurso público e se estender para as relações políticas, familiares, sociais e trabalhistas e principalmente com a contribuição da psicologia. Entendemos que a dominação ainda se mantém devido aos valores históricos e socialmente produzidos, a exemplo da naturalização do trabalho doméstico como função feminina e da submissão ao marido — valores difundidos por uma sociedade patriarcal e pela intolerância da Igreja.

As questões de gênero e as conquistas femininas ao longo dos anos permitem debater o lugar feminino sob um viés de empoderamento e perspectiva de igualdade de direitos. Todavia, falar de gênero é ir muito além das relações de poder entre homens e mulheres; no entanto, não há como debatê-las de locais separados. É urgente a necessidade de ampliação de espaço para discutirmos as diferenças que ainda se perpetuam nessa relação “tradicionalmente” determinada.

O feminismo assumiu a identidade coletiva das mulheres pelo fim da subordinação e da dominação do gênero masculino, permitindo certo nível de autonomia nas decisões e no controle sobre seu corpo. Contudo, ainda é preciso desconstruir os falsos conceitos atribuídos ao feminismo. A inserção da mulher na história não irá dissipar a dominação do gênero masculino, porém essa relação não mudará se não nos posicionarmos e questionarmos a necessidade de implementação dos direitos já adquiridos, pois o lugar que a mulher ocupa hoje é resultado de conquistas igualmente históricas.

Consideramos, desse modo, que debater a presença feminina no contexto do desenvolvimento e expansão da história do Estado de Rondônia constitui-se como importante tema para compreendermos a força das mulheres diante das condições determinantes em que são expostas ao longo dos tempos. É papel da educação e da psicologia dialogar, debater e avançar pelos espaços sociais, culturais e educacionais e disseminar a relevância do tema para o contexto histórico e político da atualidade.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: População Estimada, 2017**. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro>
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: **A Escrita da História: novas perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 37.
- CORRÊA, P. V.; OLIVEIRA, F. C.; TADA, I. N. C. História Oral de Mulheres que Viveram no Seringal. **Psicologia em Revista** (Belo Horizonte), v. 21, n. 3, p. 430-447, dez. 2015. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000300002
- DEL PRIORE, M. **A História da Mulher no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.
- DIAS, M. B. **A mulher no Código Civil**. 2015. Recuperado de http://www.mariaberenice.com.br/uploads/18_-_a_mulher_no_c%F3digo_civil.pdf
- FERREIRA, M. R. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- HUGO, V. **Desbravadores**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.
- LIMA, A. **Amazônia a Terra e o Homem**. São Paulo: Coleção Brasileira, 1945.
- LIMA, F. A. O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras. **Revista de Informação Legislativa** (Brasília, DF), n. 166, p. 131-149, abr./jun. 2005. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/495/R166-08.pdf?sequence=4>
- MATIAS, F. **Pioneiros: Ocupação Humana e Trajetória Política de Rondônia**. Porto Velho: Editora Maia, 1998.
- MENEZES, Nilza. **O gosto do Aluá**. Memórias de Rita Queiroz. Porto Velho: Editorial Gráfica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1999.
- MENEZES, N. Feminino e Masculino: a Presença das Mulheres no Poder Judiciário de Rondônia. **MÉTIS: História & Cultura**, v. 11, n. 21, p. 359-368, jan./jun. 2012. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/2086/1235>

Nos trilhos da (in)visibilidade: a presença feminina no contexto da história de Rondônia

MORGA, E. A.; LAGE, M. M. L. Mulheres nos Seringais do Amazonas: Sociabilidade e Cotidiano. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero** (Ponta Grossa), v. 6, n. 1, p. 91-104, jan. / jul. 2015. Recuperado de http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/viewFile/6603/pdf_157

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

QUEIROZ, R. **Andando pelas picadas**. Anápolis, GO, 2014.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/0BxWNLJKrYQwUkxrdf6Nlg1RHc/view>

SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 75.

SECRETO, M. V. Fúria Epistolar: As Cartas das Mulheres dos soldados da Borracha — Uma Interpretação Sobre o significado da Assistência às Famílias. **Esboços -histórias em contextos globais** (UFSC), v. 12, n. 14, p. 171-190, 2005. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/176>

SILVA, A. G. **Conhecer Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: M&M, 1995.

WOLF, C. S. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. **Revista Estudos Amazônicos**. v. VI, n. 1, p. 21-40, 2011. Recuperado de https://leiaufsc.files.wordpress.com/2017/03/1-vi-2-2011-scheibe_wolff.pdf



Identities marked: a inscription of racism in the life stories of black women in the Amazon

Eliane Gamas Fernandes

José Juliano Cedaro

Introduction

O presente capítulo é fruto de uma pesquisa científica realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia – MAPSI/UNIR, que teve como objetivo compreender os elementos, relativos ao racismo, que se inscrevem nos relatos de vivências amorosas de mulheres negras. Os achados da pesquisa além de contribuir para reflexões no campo afetivo das mulheres negras, também possibilitaram discussões pertinentes sobre as trajetórias de vida destas mulheres, no que tange à aspectos identitários. Possibilitando-nos tecer considerações sobre a inscrição do racismo e seus efeitos psicossociais na vida da população negra, em especial das mulheres negras na Amazônia.

Nesse sentido, apresentamos três categorias de análises criadas a partir dos resultados da pesquisa que versam sobre a presença do

racismo na constituição identitária das participantes, sendo elas: Categoria 1: “O Ideal do Eu Branco: o desejo de se encaixar”; Categoria 2: “Raça, Identidade e Racismo: enlaces possíveis” e, por fim a Categoria 3: “Alguns Efeitos Psicossociais do Racismo.”

É importante considerar que há um panorama histórico sobre os desdobramentos conceituais de raça no Brasil, cujas concepções e manifestações possuem um caráter individual e social, marcado por inúmeros dados que mostram que o racismo persiste, apesar de haver uma denegação coletiva acerca desse fenômeno. Contudo, há manifestações a cada dia que reforçam as implicações psicossociais e imprimem marcas na subjetividade de negros e negras.

Tecendo considerações sobre o contexto brasileiro, Munanga (2005/2006) apresenta a pesquisa do geneticista Sérgio Danilo Pena, na qual aponta porcentagens variadas de marcadores genéticos de africanos e ameríndios em brasileiros que aparentam fenotípia europeia, evidenciando o princípio da inexistência de raças puras. Assim:

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (MUNANGA, 2003).

Nesse sentido, mesmo existindo diferenças entre os patrimônios genéticos dos seres humanos, essa diferenciação não é suficiente para classificá-los em raças. Significa considerar que a constituição genética dos seres humanos é bastante semelhante, pois apresenta um percentual de diferença de baixa representatividade.

a cor da pele resultante do grau de concentração da melanina, substância que possuímos todos, é um critério relativamente ar-

tifical. Apenas menos de 1% dos genes que constituem o patrimônio genético de um indivíduo são implicados na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos (MUNANGA, 2003, 59)

Na contemporaneidade, nota-se que o conceito de raça assumiu um caráter polissêmico. Por um lado, a definição de raça que prevalece no imaginário social brasileiro ainda está fortemente vinculada às conceituações dos séculos XIX e XX: um conceito atrelado à ideia de raças biologicamente diferentes. Salienta-se que, no contexto brasileiro, a característica da cor da pele é a de maior destaque, seguida dos fenótipos como formato do nariz, lábios e estrutura/aparência dos cabelos. Para Antônio Guimarães (2012):

O que as teorias raciais faziam (e ainda fazem), presas a esses erros, nada mais era que reproduzir preconceitos vulgares ou refiná-los, buscando uma justificação pseudocientífica para a dominação política, a exploração econômica e os sentimentos etnocentristas e classistas dos poderosos. (p. 21).

Munanga (2003) relata que o maior problema não está nesta classificação como tal e nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça, mas na noção de estabelecer hierarquias como os naturalistas dos séculos XVIII-XIX faziam, havendo também uma escala de valores, as quais “fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais” (MUNANGA, 2003. s.p).

Nessa escala de valoração, os indivíduos da raça branca foram considerados coletivamente superiores aos da raça negra e amarela, pois suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia) e os aspectos faciais como o formato dos lábios, nariz, queixo e tipo de cabelo, eram (e ainda são) associados à maior beleza, inteligência e até aos aspectos de cunho moral, como honestidade (MUNANGA, 2003).

Sendo um conceito polissêmico, a concepção de raça, a partir desta conjectura, permite outra vertente conceitual na contemporaneidade, que visa romper com essa relação entre características fenotípicas e aspectos subjetivos, como inteligência e moral, bem como busca extinguir a hierarquização entre os seres humanos em função de suas singularidades. Sob esta perspectiva, o conceito de raça passou a ser considerado em sua dimensão social, e, portanto, política. Compreendendo que, mesmo sem o veredicto científico, práticas, sentimento e discursos racistas se inscrevem nas vivências de homens e mulheres negras, bem como de outros povos oprimidos por esse tipo de conduta.

Um novo sentido para “raça”, entretanto, começa a se generalizar a partir de 1920, junto com a autodenominação de “negros”. O que existia de negativo, inferior e insultuoso nessas palavras passa para o segundo plano para dar lugar à reivindicação de um sentido positivo e arrematador. (GUIMARÃES, 2012, p. 23).

Guimarães (2012) afirma que, nas primeiras décadas dos anos de 1990, foi possível notar no Brasil as primeiras articulações de movimentos de ativistas negros por meio das quais os envolvidos se organizavam politicamente e se definiam de forma direta em nome da raça, sem usar termos indiretos para valorizar a negritude e a expor com orgulho a cor da pele, a origem e a cultura. Antes desse tempo, “Chamavam a si mesmos de homens de ‘cor’ e homens ‘pretos’, e chamam seu coletivo de ‘classe’” (GUIMARÃES, 2012, p. 23).

Ressalta-se que, no primeiro momento, a palavra ‘negro’ foi utilizada pra designar pessoas e povos de cor mais escura. No segundo momento, tornou-se designação de pessoas e povos de status social ou constituição biológica inferior, ou seja, os escravos. E, num terceiro momento, passou a servir de autodesignação desses mesmos povos em seus movimentos de libertação colonial e busca de recuperação da autoestima (GUIMARÃES, 2012).

Em síntese, é imprescindível fazer algumas pontuações: (a) não há necessidade de um conceito de raça legitimado pela ciência para que práticas e um sentimento de racismo marquem o cotidiano da população negra; (b) negar a existência de raças seria negar o racismo, considerando que, é um movimento dialético, pois um é produto e produtor do outro e; (c) além de se fazer presente no cotidiano da população negra, o racismo possui mecanismos de atualização, perpetuação e legitimação por intermédio da concepção de raça. Logo, é por meio desta categoria política que a luta antirracista deve ser articulada.

Abordagem metodológica

A presente pesquisa tem o respaldo metodológico da abordagem qualitativa, optou-se por esta abordagem porque ela permite a análise da estreita relação dialética entre o sujeito e a realidade externa, ou seja, a relação com aspectos sociais. Como afirma Antônio Chizzotti (2006, p. 79): “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

A região amazônica configura o campo geográfico onde a pesquisa foi realizada, mais especificamente na cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia. Foram entrevistadas, dez mulheres negras, sendo uma delas autodenominada como transformista. Todas de tons de pele distintos entre si, com diferentes formas de se relacionar com o movimento negro e com vivências e discursos ora distintos, ora similares. Neste recorte trazemos as narrativas de oito participantes, são elas: Ângela 52 anos; Luanda 32 anos; Rosa Luz 23 anos; Virgínia 27 anos; Teresa 49 anos; Alexandra 34 anos e Djamila com 29 anos.

O contato inicial foi feito por intermédio de uma rede social da internet, focando em dois grupos *online*, denominados *Cacheadas RO*

e *Cacheadas Porto Velho*¹ por meio dos quais foi divulgada a pesquisa e realizado o convite para participarem de modo voluntário e gratuito. Também foi utilizado um *feed* pessoal para a divulgação dessa investigação. O convite para participar deste estudo também foi repassado pelas próprias entrevistadas.

Na medida em que aumentavam os compartilhamentos dos folders de divulgação, a pesquisa foi sendo disseminada, chegando a grupos no aplicativo WhatsApp®. Dessa forma, e com as indicações das próprias participantes, obteve-se o quantitativo de participantes esperado para o estudo.

O contato inicial com as dez participantes foi feito pelo WhatsApp® e Facebook®, conforme mencionado anteriormente, onde se fazia uma breve explanação sobre a pesquisa, apontando seus objetivos e o perfil de participantes esperado (mulheres que se autodenominassem negras e maiores de 18 anos de idade). Em seguida, agendava-se um encontro para a realização da entrevista.

Naquele momento as participantes puderam escolher o local da entrevista, tendo como opção usar uma das salas de supervisão do Serviço de Psicologia da Clínica-Escola da Universidade Federal de Rondônia ou optarem por um local em que se sentissem à vontade para concederem as entrevistas. Assim, das dez entrevistas, quatro foram realizadas na casa das participantes, duas no local de trabalho delas e as outras quatro na citada Clínica-Escola.

A reflexão sobre o material coletado nessas entrevistas foi realizada a partir das proposições de Laurence Bardin (1977) a respeito da Análise de Conteúdo, que consiste em um arcabouço de técnicas para tentar compreender diversas formas de comunicação humana. Tal recurso permitiu descrever, discutir e inferir sobre os conteúdos

.....
1 Os grupos “Cacheadas RO” e “Cacheadas PVH” são grupos online na rede social Facebook® que tem a finalidade de aproximar a mulheres com cabelos ondulados, cacheados, crespos e encaracolados. Bem como, àquelas que alisam os cabelos, mas que estão pensando em voltar à textura natural dos fios. Segundo a descrição dos grupos, também formam espaços para trocas de informações e dicas de produtos e tratamentos para os cabelos.

manifestos durante as entrevistas, pois “o objetivo da análise do conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Para este trabalho, foi utilizada uma análise temática, que, segundo Minayo (2010, p. 316), “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objeto analítico utilizado.” Dessa maneira, a análise de conteúdo temática procura nas expressões verbais e não verbais os temas gerais recorrentes que fazem a sua aparição no interior de vários conteúdos considerados mais evidentes.

Ideal do Eu branco: o desejo de se encaixar

“A tendência é você se apequenar para caber” (Ângela)

Esta categoria de análise surge em meio ao sentimento de estranheza que sentimos ao ouvir das participantes, relatos sobre o desejo pela brancura, um estranhamento familiar. Compreender que os padrões de beleza, de inteligência e integridade estão destinados/vinculados aos sujeitos brancos era fácil, assim como afirmar que a negritude, para a maioria delas foi um processo de (re)descoberta e reconhecimento. Entretanto, compreender que entre não ser branca e não se perceber como negra existe uma espera pela brancura, certamente foi um impacto.

O sentimento de desencaixe e, portanto, a necessidade de se encaixar pode ser considerado uma busca pela conciliação ou sutura do Eu ideal com o Ideal do Eu. Freud (1914/1969; 1923-1925/1969) destaca que o Eu Ideal seria uma marca do narcisismo primário e funcionaria como uma espécie de lugar imaginário ao qual o sujeito recorre diante da angústia – um lugar do desejo do outro. Portanto, expressa o que o sujeito gostaria de ter sido. Em contraponto, o Ideal de Eu seria uma instância puramente simbólica e impossível de ser

alcançada, na qual o sujeito toma uma pessoa ou um conceito como sendo figuras ideais.

É o Ideal de Eu que dita como o sujeito deve ser para autorizar o seu próprio desejo; para permitir a aproximação com as identificações. Portanto, é a partir dele que o sujeito monta as estruturas de admiração.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir sobre a ideologia racista, a busca pela identidade nacional brasileira e os processos sistemáticos de branqueamento ocorridos e perpetuados no Brasil, além de tecer contribuições sobre esta relação inter e intrapsíquica com o intuito de compreender o quanto o modelo eurocêntrico atravessa as estruturas de admiração e, portanto, o de identificação da população brasileira, fazendo com que o Ideal de Eu almejado seja ser branco ou identificado como tal.

As teorias raciais europeias influenciaram fortemente na constituição da noção de nacionalidade brasileira no período de transição do Brasil colônia até a República. Neste contexto, o sujeito negro representava o principal símbolo de atraso e degradação do Brasil, ou seja, uma ameaça à configuração da nova sociedade que emergia (PANTA; PALLISSER, 2015). Tem-se, então, o surgimento do “problema negro”, já que não era atribuído aos ex-escravizados o status de cidadãos. Como aponta Schwarcz (1993),

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfrentamento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania. (p. 24).

A solução para transpor os acirramentos entre os ideais liberais e os reflexos da escravidão teve como base o darwinismo social materializado numa proposta eugenista que visava o branqueamento

nacional, na sua forma biológica por meio da mestiçagem, além da busca pelo estabelecimento de uma cultura unificada. Nesse sentido, buscou-se uma hegemonia cultural pautada nos padrões civilizatórios europeus. “Tentou-se absorver membros de grupos étnico-raciais distintos no segmento étnico socialmente dominante, buscando-se a homogeneidade por intermédio da miscigenação e da assimilação cultural” (PANTA; PALLISSER, 2015, p. 02).

Para alcançar o ideal europeu almejado recorreu-se, então, a processos de “clareamento” da população brasileira, feitos por intermédio de propostas públicas de incentivo à imigração, nas quais trouxeram para o Brasil três milhões de europeus em trinta anos (SANTOS, 2014). Este processo configurou-se na mestiçagem da população, pautada na associação entre moral, inteligência e características morfofisiológicas. Portanto, por meio do racismo científico, os intelectuais brasileiros validaram o projeto de melhoria racial por meio do branqueamento, acreditando na extinção do segmento negro. Assim, a solução para ‘o problema negro’ foi a mestiçagem, que se tornou o principal mecanismo de um processo que resultaria na democracia racial, já que a extinção da raça negra não foi alcançada.

Vale ressaltar que, apesar do projeto de branqueamento não ter levado a extinção da raça negra, autores como Munanga (1999) frisam que este projeto levou ao genocídio e etnocídio de todas as diferenças em prol de um modelo racial hegemônico. O que resultou na fragmentação da população negra numa escala valorativa de cor, afetando diretamente as possibilidades de articulação política e de pertencimento coletivo. Assim:

Apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rondando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca por identidade baseada na “negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior (MUNANGA, 1999, p. 16).

A partir deste contexto, articulações com a Psicologia são pertinentes. Como destaca Santos (2014, p. 25), “as vivências reiteradas de situações de humilhação e discriminação inscrevem-se para a população afrodescendente no registro do traumático.”

Jurandir Freire Costa (1983) já compartilhava este pressuposto ao identificar que o estudo sobre as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social recai na necessidade de refletir sobre a violência vista do ângulo da dinâmica intrapsíquica, discutida por Neusa Santos Souza (1983).

Para Souza (1983), a história da ascensão social do negro brasileiro é também a história da construção de sua *emocionalidade*, tendo em vista que o sujeito negro, na tentativa de se livrar das concepções que o define como inferior e submisso, viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade. Portanto:

Foi com a disposição básica de ser gente que o negro organizou-se para ascensão, o que equivale dizer: foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente. (SOUZA, 1983, p. 21).

Essa construção sócio-histórica engendra o surgimento do mito negro ou, ainda, na criação de estereótipos que marcam as vivências de grupos subalternizados. No caso da população negra, as figuras que representam o mito negro são o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico. Neste contexto, a autora chama atenção para o fato de que “interpelado num tom e numa linguagem que o dilacera inteiro, o negro se vê diante do desafio múltiplo de conhecê-lo e eliminá-lo” (SOUZA, 1983, p. 26).

Tais vivências foram relatadas pelas participantes da pesquisa ao afirmarem que, num movimento naturalizado, se perceberam negando aspectos da negritude, com o intuito de se distanciar ao máximo dessa identidade, como relata Luanda:

E meu avô... negro. O meu avô... eu tive uma péssima relação com meu avô [pausa]. Porque... [gaguejou] eu não queria né. Tendo uma avó branca na família, uma avó... branca, italiana e um avô negro... Eu me perguntava todos os dias porque eu não tinha nascido... “porque eu não puxei pra minha avó?” Então eu rejeitava o meu avô. Mas tudo isso [pausa], hum... a palavra não é inconsciente né, é mas é sem ter [pausa] esse olhar que eu tenho hoje.

E continua:

Ele me causava um desconforto que eu não sabia dar nome. E a minha avó tinha uma amorosidade e queria ser né, parecida, ter a imagem dela porque naquele momento eu achava que ter a imagem dela seria mais confortável pra eu frequentar lugares, pra eu estar em coisas. (Luanda, 32 anos).

Este relato exemplifica que a internalização do Ideal da branqureaciona um perverso mecanismo de autodestruição, gerando sofrimento psíquico e frustração, na busca pelo ideal revestido de fantasias (SANTOS, 2014), considerando que o desejo está fadado à incompletude.

É importante aqui, marcar as diferenças entre o Ideal do Eu e Eu Ideal, bem como tomar nota sobre a dinâmica destas instâncias, a fim de situar a busca pelo Ideal de Eu branco que marcou os relatos das participantes.

O Eu Ideal configura-se como uma instância marcada pelas fantasias e pelo registro do imaginário; portanto, há o domínio das representações fantasmáticas. Enquanto no Ideal do Eu, há o domínio do registro do simbólico, que requer articulação e vínculo é, portanto, a instância que estrutura o sujeito psíquico. Realizar o Ideal do Eu é uma exigência que o Superego vai impor ao Eu (FREUD, 1923-1925/1969; LAPLANCHE; PONTALIS, 2001). Nesse sentido, quanto mais próximo o Eu atual estiver do Ideal do Eu, menos angústia o sujeito irá enfrentar, pois há sempre uma sensação de triunfo quando algo no Eu coincide com o Ideal do Eu (SOUZA, 1983).

Souza (1983) aponta que o sentimento de culpa, bem como o de inferioridade, também pode ser entendido como uma tensão entre o Eu e o Ideal do Eu, ao considerar que o branco é sempre o modelo a ser escolhido. Desta forma, o negro é aquele cujo Ideal de Eu é branco. Aspecto que pode ser analisado nos relatos a seguir.

Eu não comentei muito com a minha família sobre é, sobre esse conhecimento da escola. Eu me retive um pouco pra que eu procurasse mais, entendeu e saber coisas específicas sobre raça negra. Porque que eu era negro. Se eu podia ser branco quando eu fosse maior [suspiro]. (Rosa Luz, 23 anos).

foi muito inconsciente, as coisas que eu queria, por exemplo, quando eu era criança que eu também tipo, eu relaxei o meu cabelo porque eu queria por causa do preconceito eu queria usar o meu cabelo solto na escola, mas os meus amiguinhos não iam se acostumar com meu cabelo do jeito que ele era, então eu queria arrumar um meio de me encaixar. (Djamila, 29 anos).

Ah sim, é, as mulheres negras, elas vivem querendo entrar num padrão que não é nosso, então assim já saímos em desvantagem, se você for começar a... E isso é, quando a gente é novinha que nem você é muito complicado porque isso é exigido de você, e quando eu vim tomar posse como professora eu estava de cabelo liso, olha que coisa interessante né, por quê? Porque é o padrão, é o padrão! Né, aí... Qual é o padrão? O padrão é ser Gisele Bündchen, o padrão é ter cabelos escorridos, então você, você leva desvantagem porque os homens são assim [...]. (Ângela, 52 anos).

Eu particularmente, desde quando me entendo por gente, uso química, então assim, eu nem reconheço, ainda não estou me reconhecendo com o cabelo cacheado, então ainda estou naquele processo, né? Tanto de aceitação, como de se ver realmente como você é. Ainda tem isso, não é simplesmente deixar tirar a química não. É você se conhecer e se sentir, é, aceitar, tipo estar nem aí para o que o povo está pensando do teu cabelo (risos) e assim, realmente acaba que você se aceita como negra, porque querendo ou não que não existam pessoas de pele branca com cabelo crespo, né? Existe. Mas até de aceitar realmente a tua

raça através do cabelo, eu percebi que tem muito isso, até mesmo eu, às vezes eu fico meio assim, né? O negócio fica em pé, mas acontece isso também. (Virgínia, 27 anos).

É notório que o desejo pela brancura se operacionaliza de várias maneiras, negando a negritude da família ou a sua própria e camuflando características socialmente entendidas como pertencentes ao sujeito negro. Mas, em todas elas, há uma necessidade de encaixe que pode ser compreendida como a busca por conciliação ou encontro do Eu atual com o Ideal do Eu branco.

Raça, identidade e racismo: relações possíveis

Nesta categoria, apresentamos a discussão sobre raça envolvendo aspectos como a sua definição e desdobramentos, no intuito de evidenciar como o pertencimento a uma raça se relaciona com a constituição identitária, além de descrever cenas de racismo vivenciadas pelas participantes da pesquisa. Esta relação ocorre, conforme as falas das participantes, acerca das suas vivências como mulheres negras.

A partir desses relatos, fica evidente que, para se identificar como negra, uma mulher enfrenta diversas formas de preconceito e discriminação, prejudicando a sua identificação como tal. Desse modo, diferentes estratégias são adotadas por essas mulheres, como negar ou atenuar referências à sua negritude ou ainda assumir e defender essa identidade na luta contra o racismo.

Antes de aprofundar a discussão trazida nas falas das participantes sobre raça, racismo, identidade e pertencimento, é importante que estes conceitos sejam fundamentados para que se tenha não apenas uma contextualização, mas uma dimensão de como estes conceitos podem afetar a vida de uma pessoa ou de um grupo.

O termo raça indicou, à priori, uma categoria e se relacionava mais ao estudo biológico acerca das plantas e dos animais. Ao longo da história, este conceito foi sendo ressignificado e passou a ser entendido também como um grupo de pessoas que pertenciam à mesma

linhagem. Assim, a raça passou a ser associada aos traços físicos e, posteriormente, à diversidade racial (MUNANGA, 2003).

Falar sobre diversidade é um desafio, já que, ao mesmo tempo em que esta indica a valorização da multiplicidade, também denuncia as contradições da convivência com a mesma. Pois, ao reconhecer que existem diversas raças, posteriormente, têm-se constatado uma ideologia de superioridade de certas raças e inferioridade de outras que sofrem o subjulgamento e a marginalização.

Schucman (2010) aponta que essa ideologia vinculada ao processo histórico, social e político de uma raça ser vilipendiada em prol de outro grupo é definido como racismo, o qual legitima pensamentos e práticas como pureza racial, escravidão, colonização e outras formas de violência.

Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de raça. Pois, mesmo que essa ideia não tenha nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas à “raça” significa legitimar diferenças sociais a partir da naturalização e essencialização da ideia falaciosa de diferenças biológicas que, dentro da lógica brasileira, se manifesta pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais. (SCHUCMAN, 2010, p. 44).

O racismo é, então, um mecanismo para negar ou negligenciar aspectos não só da cultura negra, mas também de indivíduos negros. Apagando suas idiossincrasias e apontando determinadas características a qualquer pessoa negra sendo que essa generalização pode ser chamada de estereótipo (FERNANDES; SOUZA, 2016).

É importante destacar que o racismo não tem fundamento biológico real, mas o que o fundamenta é uma construção histórica que foi realizada de uma maneira que legitimasse os maus tratos de um grupo racial contra outro.

Fernandes e Souza (2016) defendem que essas construções históricas sobre quem é superior e, ao mesmo tempo, quem é inferior, geram representações em uma sociedade sobre as características de cada grupo consideradas como fato indiscutível. As representações no Brasil foram e são influenciadas por uma cultura eurocêntrica na qual o grupo superior deve ser constituído por homens brancos, heterossexuais, cisgêneros, cristãos urbanos e escolarizados. Portanto, quem é desviante deste padrão passa a ser visto como menos, errado, indigno, sendo, então, perversamente excluído.

No Brasil, o racismo pode ser facilmente percebido no período da escravidão (1530-1888) legitimada por meio da ideologia de que pessoas negras nasceram para serem escravizadas, pois eram consideradas como animais ou inferiores. É importante frisar que a abolição da escravidão não foi por mudanças de perspectiva sobre esta população, mas por pressões econômicas que visavam diminuir a concorrência econômica que o Brasil exercia a partir da mão de obra escrava (SANTOS, 2014).

À população negra restaram as representações sociais negativas como preguiçosa, imunda, submissa, inferior, dentre outras. Para as mulheres negras, as marcas foram ainda maiores, pois desta foi tomado o direito à liberdade e aos vínculos afetivos. Adicionadas a estas perdas, a mulher negra foi associada à satisfação dos desejos sexuais de homens brancos os quais eram vistos como superiores (SANTOS, 2014).

Ciampa (1987) reconstituiu a história de uma mulher marcada pela pobreza e mostra como as representações sociais acerca de um grupo afetam uma pessoa em suas relações consigo e com outras pessoas. O autor discute os processos formativos da identidade que são, também, reflexos do que tem sido construído socialmente.

Nesse sentido, puderam-se relacionar as falas das participantes acerca do que entendiam como raça e identidade, de maneira a compreender como estes conceitos ganham vida na história de cada uma. Bem como compreender que suas vivências estão atravessadas por

experiências de racismo. A primeira fala apresentada é a de Luanda, que discute sobre a relação entre raça e identidade:

Hoje, quando se fala em raça eu, eu já penso na identidade. Já me remete a identidade a quem eu sou hoje né. A como eu me represento hoje. Como eu me represento seria a minha raça. Como eu me identifico. (...). Porque, de fato, quando eu penso em raça, em identidade eu penso nesse coletivo. É se reconhecer, nos fortalecer né. (Luanda, 32 anos).

A fala de Luanda remete ao colocado por Ciampa (1987), ou seja, que a identidade está relacionada à forma como a pessoa se vê e se coloca nos espaços sociais dos quais faz parte, sendo assim, é uma relação indivíduo-sociedade. A fala de Luanda também expressa essa relação e chama atenção para o fato de ela se identificar como pertencente a uma raça, sabendo que esse pertencer significa que ela não está sozinha, pois faz parte de um coletivo que a fortalece.

O conceito de raça também traz consigo aspectos sociais, políticos e econômicos que justificam e naturalizam as desigualdades e hierarquias de cor, por meio das características atribuídas a um grupo racial. Ou seja, ao discriminar uma mulher negra, suas características são apontadas como menos apreciáveis, uma fala muito repetida nesse contexto é a de que o seu cabelo é ruim.

As mulheres negras podem internalizar os discursos, acreditando que os seus cabelos são ruins e que precisam ser, de alguma forma, modificados. É nesse contexto em que muitas recorrem a processos de alisamento dos cabelos, alterando a estrutura capilar para deixá-lo liso, o mais próximo do padrão europeu. Outra estratégia seria manter o cabelo sempre preso ou cortá-lo muito curto, pois evitariam chamar atenção desta forma. No entanto, há também a resistência das mulheres que entendem que os seus cabelos não são motivos de vergonha, preconceitos ou discriminações. Estas assumem as características dos seus cabelos ou mesmo os modificam, mas é importante destacar que essas alterações não são mais frutos de uma obrigação à submissão ao cabelo de padrão europeu, mas de suas escolhas pessoais.

Ao falar sobre os cabelos, Luanda retomou à questão do cabelo como símbolo de uma expressão, repressão e libertação. Já Teresa trouxe que o cabelo faz parte de sua identidade e que, portanto, cabe a ela aprová-lo ou não. E Virgínia corrobora com as visões de Luanda e Teresa ao considerar que o seu cabelo a constitui e tem feito ela se perceber como negra. Nesse sentido, o cabelo pode ser entendido como metáfora de raça.

Acho que a cabeça né. Se você não tá legal com o que tá na sua cabeça, como que tá o cabelo, ele te reprime. Acho que a liberdade, de fato, está na nossa cabeça, que a gente se expressa, no que faz. Então eu, particularmente, quando eu cortei o meu cabelo [alisado], foi como se eu despisse várias coisas que eu precisava. Naquele momento eu precisava deixar ir né... (faz um barulho com a boca e sacode as mãos) sai, foi. (Luanda, 32 anos).

Minha filha, eu fico assim, eu ponho cabelo rosa, eu ponho cabelo azul, eu ponho loiro e eu não estou nem aí, eu vivo eu. E tem muita gente “nossa!” eu gosto. Então, portanto, não tem porque eu ficar receosa “aí, porque fulano não vai gostar”, não. Quem tem que gostar sou eu, né? (Teresa, 49 anos).

Eu particularmente, desde quando me entendo por gente, uso química, então assim, eu nem reconheço, ainda não estou me reconhecendo com o cabelo cacheado, então ainda estou naquele processo, né? Tanto de aceitação, como de se ver realmente como você é. Ainda tem isso, não é simplesmente tirar a química não. É você se conhecer e se sentir aceita, tipo estar nem aí para o que o povo está pensando do teu cabelo (risos). Realmente acaba que também se aceitar como negra, [...]. Mas até de aceitar realmente a tua raça através do cabelo, eu percebi que tem muito isso, até mesmo eu, às vezes eu fico meio assim, né? (Virgínia, 27 anos).

As falas de Luanda, Teresa e Virgínia chamam atenção para a questão da identidade já citada por Ciampa (1987), mas também por Fernandes e Souza (2016), pois a identidade é uma construção social que vai sendo feita e refeita a partir de similaridade e diferenciações

com outras pessoas. No entanto, no contexto brasileiro racista, pessoas negras constroem suas similaridades e diferenciações de maneira diversa, já que os marcadores sociais fortalecem a crença de que estas mulheres não podem expressar as suas identidades pessoais, pois, acima, está a identidade social que é forjada fortemente pelos estereótipos.

Outro aspecto que vale destacar neste contexto é o vínculo entre raça e vivências de racismo relatadas pelas participantes e a dificuldade aparente de utilizarem o termo racismo para descrever estas vivências. As participantes recorriam a expressões como preconceito, discriminação ou, ainda, um tratamento diferente em função da cor de pele, mas dificilmente chamavam os episódios de racismo. É notório este aspecto neste trecho da fala de Luanda (32 anos), “*São seis anos que, eu ainda estou no processo, me conhecendo, vendo o que funciona e o que não funciona sendo negra. Que até então eu não sabia o que eu era, então o pré [conceito]... né. A coisa vinha [grifo meu], os olhares vinham e eu não sabia como lidar.*”

O que pode levar a reflexões sobre o quanto que ainda são fortemente vinculadas no imaginário social noções equivocadas sobre raça, fazendo com que o termo seja fortemente associado a nuances negativas, reforçando, a exemplo, a ideia de que quanto mais se fala em raça, mais racismo existirá.

Para finalizar este capítulo, aponto algumas cenas nas quais foi possível identificar vivências de racismo que atravessaram as histórias de vida de cada uma das participantes, muitas delas no contexto do trabalho, outras nas relações afetivas e no dia a dia em geral.

nunca tive empecilho, não. Aliás eu tive um sim quando eu cheguei aqui, a minha chefe, é a Jenifer², assim, não sei, mas na verdade não era porque ela era assim, não sei se ela era preconceituosa. A gente estava assim e ela falava “ei”, ela não sabia pedir “por favor, dá para você fazer isso?” [...] Eu até falei com ela, eu falei assim que (tosse), eu não sei porque ela tratava assim se ela tinha preconceito da minha cor, porque eu não tinha preconceito nenhum da minha cor e

.....
2 Nome fictício

eu amava a minha cor e se ela tem, ela ia ter que acostumar comigo trabalhando com ela, porque eu faço o meu serviço muito bem feito, então assim, eu, do jeito que eu a respeito, gostaria muito que ela me respeitasse, sabe? (Teresa, 49 anos).

assim ele me achava bonita e tal, não sei o que, mas ele disse, ele dizia assim para mim “olha, quando a gente for no Ceará visitar minha família no final do ano, eu vou ter que preparar meu pai”. Eu olhei “porquê?”. Ele falou “porque meu pai é racista e minha família também porque não tem pessoas negras na minha família”. Então assim, isso de alguma forma te ofende, eu olhei para criatura, sabe assim? E aquilo me incomodou de um jeito que eu não consegui falar, verbalizar aquilo [...]. (Alexandra, 34 anos).

Carolina também relatou ter sido diminuída em seu antigo trabalho, ao qual se dedicou por dez anos. Descreveu que as chances de ser promovida eram escassas, que os colegas de trabalho não atribuíam a ela as ideias de sucesso que tinha, ou seja, que ela tinha ideias promissoras, mas seus superiores a silenciavam, apresentando as ideias como se fossem deles.

Assim como Ângela relata que em um encontro de trabalho com autoridades e figuras do cenário político do Estado, foi sistematicamente desbancada da conversa quando o prefeito da época acreditou que a pessoa a realizar o excelente projeto de formação de professores que ele elogiava naquele momento era a amiga “*loira, o protótipo de mulher gaúcha*” (sic) que a acompanhava e não a própria Ângela.

Ao passo em que as entrevistas iam sendo finalizadas e, sobretudo, no momento de releitura do material produzido, foi possível constatar estas vivências de racismo as quais geraram sentimentos de familiaridade, obviedade e, ao mesmo tempo, impacto. Impacto não somente pelas histórias contadas, mas por compreender o racismo como um fenômeno comum, naturalizado. Como se identificar a presença de racismo nos relatos não fosse um achado interessante para a pesquisa, pois o espantoso seria a ausência dele.

Alguns efeitos psicossociais do racismo

“Precisamos ter coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (Frantz Fanon)

Buscamos apresentar como as desigualdades advindas da construção histórica de raça e de racismo geram marcas negativas nas histórias de vida da população negra e, portanto, produzem efeitos psicossociais. Efeitos que vão desde a distorção da autoimagem e as dificuldades nos relacionamentos até a produção de humilhação social.

Para Schucman, Nunes e Costa, (2017, p. 2) “A construção social da raça e do racismo são os principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro”. As autoras apontam que essa construção atravessa os modos de subjetivação e socialização dos sujeitos tanto no espaço público, quanto no privado. Estruturando as vivências dos sujeitos no que tange às condições e possibilidades de trabalho, estudo, relacionamentos, liberdade, lugar onde morar e até a forma de morrer. Portanto, é importante compreender os efeitos psicossociais advindos desta conjuntura social em que raça e racismo continuam a influenciar as formas de ser e estar dos sujeitos.

Maria Lúcia da Silva (2004, p. 129) destaca que “no país, uma grande maioria de brasileiros, em que se inclui um enorme contingente de negros, vive em constante sofrimento mental, devido às precárias condições de subsistência e à falta de perspectivas futuras”. Santos et al. (2017), ao discutirem os efeitos psicossociais do racismo e apresentarem dados sobre o genocídio da juventude negra, também apontam que o extermínio da população negra, seja por meio de execuções sumárias ou pela “morte em vida”, quando acesso a direitos e à construção de projetos de vida são sistematicamente negados, conformam os efeitos psicossociais advindos do racismo.

Para Silva (2004), preconceito, estereótipos e discriminação são marcas do racismo e do sexismo presentes no inconsciente coletivo. Tais manifestações são geradoras de violência física e simbólica, “que

produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si mesmo” (p. 130). Esta distorção sobre sentimentos e percepções de si mesmo é foco de estudos que apontam a prevalência da baixa autoestima em negros e, sobretudo, em mulheres negras.

O rebaixamento da autoestima estabelece relação com o projeto de embranquecimento, pois, segundo Mirian Santos (2014), tal projeto fragmentou a população negra em uma gradação valorativa de cor, prejudicando o senso de pertencimento coletivo. Esta distorção da autoimagem se expressa na negação, consciente ou inconsciente, da identidade negra e corrobora para o uso de termos como pardo e moreno/a indicando uma identidade fronteiriça. Reflexo direto da ideia de supremacia branca estudada por Schucman (2012), na qual o sujeito não branco não teria voz e nem poder para apontar a identidade racial do branco, “tampouco os brancos conseguem se perceber como sendo mais uma das identidades raciais, mas sim como a única identidade racial normal [...]” (p. 24). Portanto:

O racismo atua negativamente na esfera intrapsíquica, afetando o eu e comprometendo sua identidade. Essa ocorrência se deve às repetidas experiências de desvalorização da auto-imagem, difundidas tanto pelas instituições como pelas relações interpessoais, e à interiorização do eu ideal europeu, branco. (SILVA, 2004, p. 131).

Logo, o efeito do racismo vai incidir sobre suas vítimas na construção de um autoconceito negativo e desvalorizado sobre si mesmo, uma vez que ele ataca o sujeito naquilo que lhe dá consciência de identidade, seu corpo (SILVA, 2004), aspecto que é possível identificar neste relato:

Dá onde? De onde vinham os olhares?

Da rua. De tá com um namorado num espaço e vim aquele olhar: nossa, essa menina aqui totalmente diferente, ah essa menina... En-

tão a gente tá em um lugar, num outro espaço e até mesmo, comigo, de pegar ônibus e ver o outro que é igual a mim, que é negro e, rejeitar. Eu fiz muito isso. Eu rejeitei muito, eu rejeitei muito (pausa). Quando eu falo do olhar do outro, não é só o olhar do outro, é o meu olhar também (pausa). E, de repente, sou eu absorvendo bem mais por não saber lidar com aquilo, não saber como me comportar, como responder... Acho que a diferença é essa. Não que eu tenha mudado tanto, porque a coisa acontece. (Luanda, 32 anos).

Para Mirian Santos (2014) a negação da identidade negra pode atingir também o corpo do/a outro/a negro/a que poderia ocupar lugar de objeto de amor. Pois “a tentativa de branquear pode levar à substituição da escolha baseada no afeto por uma repetição histórica de desejo de embranquecimento das futuras gerações e de valorização pessoal através do relacionamento com alguém “racialmente superior” (p. 104). É o princípio da eugenia que, outrora, até meados da década de 1960, exercia influência direta nas leis, proibindo os casamentos ou ato sexual entre brancos e não brancos.

Entendida como ciência, a eugenia supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, pois buscava obter controle sobre os nascimentos considerados desejáveis, mas, como movimento social, tinha o olhar voltado para promoção de casamentos de grupos específicos, em contraponto ao ato de desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (SCHWARCZ, 1993).

Assim, as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre “alcoólatras, epiléticos e alienados”, visavam, segundo essa ótica, a um maior equilíbrio genético, “um aprimoramento das populações”, ou a identificação precisa das “características físicas que apresentavam grupos sociais indesejáveis.” (SCHWARCZ, 1993, p. 79).

Há o princípio da eugenia, sutilmente presente nas formas de se relacionar com o outro. Se a tentativa de branquear não leva à substituição da escolha baseada no afeto pelo desejo de embranquecimento das gerações como no passado, essa mesma tentativa opera

nas escolhas afetivas contemporâneas afetando os gostos, criando um excedente de mulheres negras solitárias.

Além da baixa autoestima, suas implicações no reconhecimento da identidade negra e implicações nas relações afetivas, a população negra está no centro de uma dinâmica muito complexa e, portanto, essas situações podem provocar processos de desorganização psíquica e emocional. Segundo Silva (2004):

Essa situação causa diversos transtornos físicos e psíquicos às vítimas, incluindo taquicardia, ansiedade, ataques de pânico, depressão, dificuldade de se abrir, ataques de raiva violenta e aparentemente não-provocada, depressão, hipertensão arterial, úlcera gástrica, alcoolismo, entre outros. (p. 130).

Teresa relata que, para evitar sofrer com os episódios de solidão, recorria ao trabalho e saídas festivas com as amigas, mas que presenciou pessoas próximas adoecendo emocionalmente por não conseguirem lidar com tais sentimentos e situações de solidão. Ao perguntar à Teresa se já havia se sentindo solitária ou querendo ter um relacionamento e não conseguindo, ela me responde:

Já, já é a gente às vezes... Mas assim, já e ao mesmo tempo assim, já tirava porque a gente não tinha tempo. Gostava, principalmente quando eu vim para cá, a gente trabalhava de 34, 48 horas então a gente não tinha tempo para ficar muito assim não, minha filha pensando em solidão. A folga que a gente tinha, como eu e as meninas, a gente morava tudo em república, a gente combinava, ia para as lanchonetes, bebia, passava aquela noite, voltava em casa, dormia para ir para o serviço. Então assim não teve muito, porque teve gente que até entrou em depressão, não sei o quê, não, isso aí graças a deus nunca tive não. (Teresa, 49 anos).

Como um fenômeno ideológico, estrutural e processual, é necessário compreender o racismo e seus efeitos para além do nível

individual, pois, conforme defendem Santos et al. (2017), os efeitos psicossociais dizem respeito a fenômenos difíceis de considerar apenas pelo lado do indivíduo ou apenas pelo lado da sociedade, “visto que são fenômenos que têm determinações comportamentais/psíquicas e, ao mesmo tempo, sociais. Nesse sentido, expressam a pessoa no contexto e o contexto na pessoa (p. 03).

Os autores apontam, ainda, distinções nas formas de expressão do racismo, considerando que sua manifestação social resulta em discriminação social. Seria, portanto, toda negativa, exclusão ou restrição baseada nas noções raciais, capaz de pôr em risco liberdades e direitos fundamentais em quaisquer esferas (SANTOS, 2012). Já a manifestação de ordem individual do racismo é o preconceito racial. Este expressa as percepções, atitudes e juízos preconcebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada raça e que, portanto, não são facilmente modificáveis. A junção das duas formas de expressão do racismo – preconceito e discriminação – produz humilhação social.

Gonçalves Filho (1998) conceitua humilhação social como sendo um fenômeno de tempo longo, ligado à dominação, política e psicológica, pois pode ser considerada uma modalidade de angústia oriunda das desigualdades sociais, fazendo com que o humilhado atravesse uma situação de impedimento da sua humanidade.

Sem dúvida, trata-se de um fenômeno histórico. A humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente - como um impulso mórbido - o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado. (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 15).

Portanto, é um sofrimento oriundo de contextos e vivências de rebaixamento público e político, que revelariam a impossibilidade

dos sujeitos pertencentes a grupos subordinados de participar da vida social como sujeitos históricos e de desejo. Nesse sentido, o racismo se apresenta como uma chaga aberta no processo histórico, político e social do Brasil (SANTOS, 2017, p. 01). E, portanto, ações de enfrentamento ao racismo e para mitigação de seus efeitos são de extrema urgência. Compartilhando das ideias de Shucman, Nunes e Costa (2017, p. 02), considero que a Psicologia deveria ser uma das áreas do conhecimento utilizadas para pensar e enfrentar o racismo, tendo em vista que o “racismo é uma modalidade de violência, de desigualdade política e, como tal, é (ou pode ser) promotor de persistente sofrimento psíquico vivido por e entre os negros.” Nesse sentido, a Psicologia poderia e pode contribuir além do que tem apresentado acerca da temática racial.

Algumas considerações

Ao passo que as entrevistas iam sendo finalizadas e, sobretudo, no momento de releitura do material produzido, foi possível constatar estas vivências de racismo as quais geraram sentimentos de familiaridade do cotidiano de nossa sociedade. Um cotidiano de racismo velado e por isso impactante quando deparamos com obviedades. Salientando que tal impacto não é somente provocado pelo contato com as histórias contadas, mas por compreendermos o racismo como um fenômeno comum, quase que “naturalizado” na sociedade brasileira.

As participantes relataram uma busca pela *brancura* em vários momentos da vida, sobretudo na infância e na adolescência, na tentativa de encaixar o desejo à realidade. Todas elas passaram por processos de embranquecimento - em busca do que entendiam ser uma estética melhor.

Narrativas sobre vivências de racismo e machismo no contexto de trabalho, nas ruas, dentro da família e nas relações amorosas foram descritas pelas dez entrevistadas, embora nem todas tenham

side directly cited in this work, as it was chosen to agglutinate some statements that followed in the same sense.

Attached to these testimonies, it was perceptible the negative psychosocial effects of racism present in the life stories and that are systematically faced by each one of the participants. Negative reports, which range from the devaluation of self, when they question themselves about being worthy of love, to the harmful effects on mental health, with emphasis on the description of depressive processes resulting from situations that were devalued, due to the phenotypic condition.

Agradecimentos

We thank the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES for the support of a scholarship granted to the first author.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CIAMPA, A. da C. **A Estória do Severino e a História da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 2000. 123p.
- COSTA, J. F. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Recuperado de http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Da_cor%20ao%20corpo%20-%20Jurandir%20Freire%20Costa.pdf
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ Vozes, 2006.
- FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Rev. Inst. Estud. Bras.** (São Paulo), n. 63, p. 103-120, abr. 2016. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000100103&lng=pt&nrm=iso
- FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 13-83.
- FREUD, S. (1923-1925). O Ego e o Id e outros trabalhos. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, p. 203-206.
- GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicol. USP** (São Paulo), v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso
- GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário de Psicanálise**. Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache. Trad. P. TAMEN. 4. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Identidades marcadas: a inscrição do racismo nas histórias de vida de mulheres ...

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Recuperado de <https://pt.scribd.com/doc/54181191/Rediscutindo-a-Mesticagem-no-Brasil-Kabengele-Munanga>

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça**, racismo, identidade e etnia. Inclusão social: um debate necessário? UFMG. 2003. Recuperado de <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Rev. USP**, n. 68, p. 46-47, dez./ fev., 2005/2006. Recuperado de <http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf>

PANTA, M.; PALLISSER, N. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. In: II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO. 2015. **Anais...** 2015, p. 01-13. Recuperado de http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1435712495_ARQUIVO_ArtigodoCongressoInternacionaldeHistoria-UEPG-VersaoFinal.pdf

SANTOS, A. O. Superar o racismo e promover a saúde da população negra. In: PAIVA, V.; AYRES, J. R.; BUCHALLA, C. M. (Orgs.). **Vulnerabilidade e Direitos Humanos**. Prevenção e Promoção da Saúde. Da doença à cidadania. Curitiba: Juruá, 2012, p. 145-163.

SANTOS, A. O. Efeitos psicossociais do racismo (entrevista com I. SCHREEN) **AUN** (Usp), v. 49, n. 47, 2017.

SANTOS, M. R. dos. **Histórias de reencontro: ancestralidade, pertencimento e enraizamento na descoberta de ser negra**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – IPUSP, Universidade de São Paulo, SP, 2014. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03102014-113719/pt-br.php>

SCHUCMAN, L. V. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. **Psicologia Política** (USP), v. 10, n. 19, p. 41-55, jun. 2010. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf>

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o ‘branquíssimo’**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. Tese (Doutorado –

Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – IPUSP, Universidade de São Paulo, SP, 2012. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

SCHUCMAN, L. V. et al. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicol. USP** (São Paulo), v. 18, p. 144-158, 2017. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015005032413&lng=en&nrm=iso

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, M. L. da. Racismo e os efeitos na saúde mental. In: I Seminário Saúde da População Negra, 2004. **Anais...**, p. 129-132, 2004. Recuperado de <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20edu/129-132MariaLucia.pdf>

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

XI

Sentidos e significados de uma relação conjugal satisfatória produzidos por mulheres: reciprocidade, fidelidade e in(de)pendência financeira

Thiago Silva dos Santos

André Luiz Machado das Neves

Fabiane Aguiar Silva

Iolete Ribeiro da Silva

Introdução

As relações conjugais passam e passaram por diversas transformações histórico-culturais ao longo dos anos, onde valores sociais, de poder, subjetivos e econômicos tomaram dimensões diferentes em seu desenvolver. Segundo Freyre (1997), estas transformações, ocorrem desde a época do Brasil colônia, em que o casamento tinha apenas a função de manter a riqueza da família, e, assim, para a

classe patriarcal, não envolvia uma relação de dois indivíduos ou de amor, intimidade e satisfação, mas sim, a manutenção e obtenção das riquezas das famílias. Desta forma, concepção de relação como um fenômeno dinâmico.

Féres-Carneiro (1998), nesse aspecto, aponta que a relação conjugal é constituída por uma constante e intensa relação com o outro. Ou melhor, entre os indivíduos que possuem histórias de vidas construídas de maneiras distintas, do qual se entende o mundo ao seu redor de maneira diferente, mas que apesar destes aspectos, decidem construir uma vida em conjunto. Desta maneira, a autora afirma, ainda, que a relação conjugal é o processo construído por dramas, que envolvem satisfações, conflitos, discussões e amadurecimento. A relação é construída a partir da interação com o outro e, assim, o vínculo conjugal é formado pelas escolhas dos parceiros.

Mediante tal discussão, este capítulo se constituiu através de uma pesquisa de campo, que promoveu reflexões acerca da relação conjugal, focalizando a compreensão das mulheres acerca de suas próprias conjugalidades partindo dos sentidos atribuídos por elas, uma vez que durante o processo histórico, as relações patriarcais lhe atribuíram o papel de subjugadas nas tomadas de decisões referentes à relação conjugal. Assim, ressalta-se a importância de compreender a relação conjugal por meio dos sentidos de mulheres vinculadas a um grupo de fomento à autonomia e empreendedorismo, tendo em vista que a relação conjugal também produz um papel de identidade e modo de agir no mundo.

A pesquisa foi realizada em um Centro de Convivência da Família. Onde se procedeu a construção de dados por meio de uma entrevista semiestruturada com as participantes de dois grupos de fomento à autonomia e empreendedorismo. As entrevistas realizadas foram de cunho narrativo, gravadas e transcritas na íntegra. As participantes foram 08 mulheres com faixa etária de 32 anos a 65 anos.

As informações obtidas foram analisadas a partir da perspectiva construtivo-interpretativa, apresentada por González Rey (2002,

2003). Nessa perspectiva, efetuou-se a leitura do material para identificação dos indicadores de significado a partir do objetivo proposto pela pesquisa. E, em seguida, foram interpretados e reunidos nas categorias apresentadas a seguir.

Sentidos da relação conjugal como experiência de decepção/trauma e suscitadora de superação

Os sentidos produzidos se alteram com as experiências e aprendizados obtidos perante as relações vividas. As novas significações orientam os sentidos para os próximos relacionamentos e produzem comportamentos e proposições de relações diferentes, ou do contrário, podem permanecer fixos.

Os relatos das mulheres entrevistadas revelam aspectos que marcaram o seu modo de representar as relações. Tais aspectos perpassaram por uma constituição de planos e expectativas construídas no atual relacionamento.

No começo, foi muito difícil né, porque nós fazíamos planos de se casar, eu tomei a decisão de terminar, por causa das traições dele. É traumatizante! né? (A. S., 32 anos).

Estas intercorrências, embora significadas como decepção/traumas, foram responsáveis por movimentos até então não tomados. Deste modo, estes eventos suscitaram mudanças de comportamentos, as quais buscaram novas formas de relacionar-se de maneira intra e intersubjetiva.

As experiências de frustração podem ter sido produzidas a partir de significações baseadas em expectativas investidas e de cobranças na relação. Podem ter tornado a relação conjugal cada vez mais suscetível a possíveis decepções. Para Vigotski (2001), pode-se considerar o significado como permanente e estável, porém, o que se altera é o sentido atribuído pelas mulheres de acordo com o contexto que estão

inseridas e a partir das experiências de suas relações conjugais de um modo particular, conforme os relatos abaixo:

a gente vê as coisas com outros olhos, a gente não confia mais, não acredito mais nas pessoas, acredito só em mim mesmo. (L. S., 51 anos).

No início foi difícil, depois foi bom, porque arranjei um trabalho, nesse trabalho, já melhorou. Ah, para mim foi ótimo agora depois desses dois anos de separação foi maravilhoso, aí eu consegui terminar o meu 2º grau, consegui fazer vários cursos... (M. A., 55 anos).

Os discursos trazidos pelas mulheres apresentam uma dimensão de resiliência em conseguir se reerguer frente às dificuldades provenientes de uma separação ou decepção afetiva. Para Bassanezi (1996), as mulheres adotam estratégias de superação, enfrentamento e luta contra os riscos de sofrerem discriminações sociais frente à decepção afetiva ou separação histórica e culturalmente construída pela sociedade e, por meio disto, buscam qualificações antes não obtidas e traçam estratégias de enfrentamento para tais momentos conflituosos.

Estes sentidos foram construídos por meio de um complexo processo que envolve as experiências individuais e experiências em conjunto com o parceiro, as quais foram causadas por produções sociais, culturais, históricas e coletivamente compartilhadas entre os sujeitos. Assim, as mulheres percebem suas ações de uma maneira singular e íntima, bem como são constituídas por diversas vinculações de suas redes de relações, portanto, suas ações são resultado de sua interação com o outro, sendo produto e produtora (PASSOS, 2007).

Porém, reflete-se que a experiência de frustração está relacionada às diversas expectativas do casal frente à relação. A diferença atenuada de expectativas pode afetar a construção de sentidos consensuais que poderiam estruturar a relação. Esta diferença pode ocasionar a experiência de frustração visto que o diálogo das expectativas pode não ocorrer e o futuro da relação pode tomar rumos que não sejam o desejo de ambos.

Sentidos e significados de uma relação conjugal satisfatória produzidos por...

*ele vive o mundo dele, assim, ele quer que eu viva esse mundo dele...
é... é jogar bola, beber com os amigos e isso num é pra mim,
num era isso que esperava.* (P. S., 32 anos).

Reflete-se que pode caber a ambos dialogarem no sentido de esclarecer as diferenças que cada um possui, bem como, identificar que apesar de representações distintas, existe um desejo que os complementam e que pode ou não construir a relação (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Relação conjugal como sentido de infidelidade e possibilidade de liberdade na vivência de uma relação

Os sentidos de relação apresentados pelas mulheres enfatizam a infidelidade como uma centralidade. As mesmas se referem ao parceiro como responsável por impedimentos para que elas estudem e se profissionalizem, acrescentando a isso a ocorrência de infidelidades pelos cônjuges. Tais circunstâncias levaram-nas a significar as relações como ilusórias e infiéis.

Eu acho muito falso, iludir as pessoas. Várias pessoas têm esse tipo de relação e eu acho errado entendeu... (O. S., 65 anos).

Sem respeito nenhum, enxergo muitos casais que não tem respeito nenhum, quer viver livre, traindo, se escolheu casar é para se quietar e acabou. (C. C., 35 anos)

Segundo as participantes, a relação conjugal possui o sentido da vivência de infidelidade. Contudo, para a construção da fidelidade, seria necessária a confiança para dar a liberdade ou para ter liberdade na relação, como um acordo de liberdade por meio da confiança. E assim, não haveria a possibilidade de infidelidade durante a construção da relação conjugal.

Mediante estes discursos, surgem questionamentos como: Qual seria a função da fidelidade na relação? A fidelidade se trata de re-

presentações difundidas pelos preceitos judaico-cristãos no que se referem à monogamia?

Entendeu-se que a fidelidade, para as mulheres entrevistadas, é de imprescindível para a manutenção de uma relação conjugal satisfatória. Estas indagações retratam também, uma configuração de relação que é marcada pelas transformações sociais, históricas e culturais de possíveis relações de poder pautadas em inclinações patriarcais. Relações gerais produzidas pelas performances masculinas e femininas, bem como, a concepção de casamento adotada pela religião judaico-cristã monogâmica.

Nesta discussão, menciona-se que o modelo judaico-cristão fortaleceu o conceito de fidelidade e monogamia no decorrer dos séculos XI e XII, onde foi levado a intervir de um modo mais direto nos casamentos, tendo como objetivo controlar e aproximar o casal, no que se refere ao modelo sacramental de relação que na época estava empregando (ARIÈS, 1987).

De tal modo, a obtenção de êxito na relação apontada pelas mulheres entrevistadas pode estar fundamentada na vivência da fidelidade e pela exclusividade de um parceiro. Este se tornou o principal sentido para tais relações. E a emancipação ou o ensejo emancipatório dos componentes da conjugalidade são apontados como aspectos secundários ou não aceitos dentro das relações.

As concepções sobre os modelos de relações conjugais continuam passando por transformações sócio-históricas e culturais e sofrem a influência da pós-modernidade que sustenta a representação das relações de individualismo. E ainda, o avanço do capital e a comercialização de sentimentos, além das características judaico-cristãs são observados no casamento como uma instituição exclusiva de “amor”, distintos da idade média que se tratava do acúmulo de bens. Contudo, tais traços ainda atuam como formas de relacionamentos e são refletidos pelo materialismo dialético proposto por Marx.

Lipoversky (1983) ressalta um materialismo dialético voltado para as relações entre os sujeitos, que considera como relações que

transformam os pertencentes do relacionamento, bem como, transformam a relação em que estão inseridos. Há um individualismo dentro de uma conjugalidade. Compreende-se, então, que a individualidade e exclusividade podem não ser mais um aspecto fragilizador da construção de um vínculo conjugal, pois carregam características históricas, culturais, sociais e econômicas que cada pessoa traz para a relação, assim como pode tratar-se da busca pela liberdade. Portanto, a liberdade pode ser encontrada na relação com o outro.

Mediante a inclinação do casal à monogamia, a fidelidade como honestidade e sinceridade serão um componente do contrato construído para a relação conjugal, conforme a verbalização abaixo:

A relação conjugal deveria ser algo alicerçado com muita liberdade, não dá para viver um relacionamento afetivo se não houver sinceridade, honestidade, é isso. (A. S., 32 anos).

Deste modo, o casal negociaria sobre os aspectos que sustentariam o acordo feito para a relação. Cada parte assumiria a sua responsabilidade e este acordo não seria pela obrigatoriedade, mas sim, desejado por ambas às partes, de uma forma voluntária. Cada indivíduo assumindo as suas responsabilidades e papéis de maneira autônoma para que assim, ambos tenham a liberdade por meio da relação com o outro.

Com isto, a relação conjugal estaria relacionada à fidelidade para o surgimento de uma liberdade. Assim, as relações podem ser percebidas em uma dinâmica dialética e que depende da adesão voluntária, de modo a preservar a individualidade dos seus componentes.

Fidelidade e dinheiro: relações no materialismo

Em relação às mulheres, é atribuída a representação de dinâmicas e afetivas, que buscam cuidar da família, obter uma relacionamento amoroso satisfatório, bem como, transpor os desafios gerados por uma relação conjugal em conjunto com as cobranças sociais.

Isto se deve às novas configurações sócio-históricas, pois suas novas atribuições engendram novas funções somadas as que já possuíam. Estas novas atribuições, inserem as mulheres em uma clientela cada vez maior do capitalismo e, para aquelas que ainda não vivenciam a emancipação, fica a possibilidade de vencerem as relações de poder (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007).

Diante disto, faz-se notar que as mulheres entrevistadas trouxeram a fidelidade e a condição financeira como características importantes que compõem uma relação conjugal. Não havendo tais características, poderiam ser estabelecidas relações desiguais e de poder, conforme discurso abaixo:

pra mim ele não é mais fiel, usa palavras duras pra humilhar, porque só ele trabalha. A questão financeira pega muito, a gente tem que respeitar o espaço do outro, mesmo não trabalhando.” (C. C., 35 anos).

A aquisição financeira, por meio do trabalho, seria a resolução dos conflitos construídos durante a relação. Para o desenvolvimento de um espaço que possibilite o respeito e a construção de igualdades, a emancipação financeira seria imprescindível.

Para Bassanezi (1996), a independência financeira tem o aspecto de libertação pessoal, uma conquista de espaço e uma possibilidade de igualdade em relação aos trabalhos historicamente construídos como masculinos. A independência financeira ou a realização e alguma atividade remunerada fora do âmbito do lar, tornaria uma condição necessária, mesmo que não suficiente, para a “libertação” da mulher.

Segundo os relatos das participantes, as mulheres continuam enfrentando dificuldades ao buscarem espaços para desenvolverem suas situações financeiras. Estas dificuldades ainda são resquícios de um modelo estereotipado de relações de gênero, mesmo já tendo passado por transformações nas concepções patriarcais. Porém, continuam a perceber as relações entre homens e mulheres como

distintas, onde foram educados para diferentes ambientes e para diferentes trabalhos (ROCHA-COUTINHO, 2004).

Este acesso ao mercado de trabalho encadeou a construção de novas configurações familiares que entram em contradição com o modelo tradicional, cuja organização histórica, cultural e social foi pautada no modelo de sociedade patriarcal. Compreende-se que as mulheres entrevistadas percebem estas dificuldades e educam seus filhos para a superação e enfrentamento destas circunstâncias sociais, assim como, também tentam superar estas dificuldades (historicamente construídas) através da profissionalização, neste caso, pelo curso de fomento à autonomia e empreendedorismo.

eu digo pros meus filhos: meu filho e minha filha, vocês têm faculdade, vocês têm que se relacionar com pessoas do mesmo nível que vocês.
(M. A., 55 anos).

Desta forma, se compreende que, a independência financeira é vista como a garantia de uma relação conjugal satisfatória, bem como um mecanismo de prevenção de problemas afetivos advindos com o relacionamento.

Contudo, reflete-se que ancorar a concepção de “relação satisfatória” na independência financeira trata-se de uma maneira de estabelecer também um contrato de fidelidade, utilizando este acordo como um escudo de proteção diante de prováveis conflitos. Porém, esta proteção pelo viés financeiro não garante a prevenção de outros sofrimentos ou possíveis frustrações afetivas com a relação conjugal.

Para Prado (1981) a relação conjugal pode ser considerada como uma construção de interdependências, diferentemente de serem somente mediadas pelo bem material ou aquisições financeiras. Aponta que é mais do que isso, é a capacidade de estabelecerem uma comunicação, um compartilhamento de preocupações e de responsabilidades enquanto “protagonistas” da própria vida e participantes ativos do coletivo social.

Sentidos de relações conjugais como impeditivos de emancipação pelos estudos

Durante a pesquisa, as mulheres afirmavam que no decorrer das suas relações conjugais, tiveram que escolher entre casar ou estudar e apresentaram em seus discursos fatores que as impediam de fazer tais escolhas. Desta feita, a emancipação pela ótica das mulheres entrevistadas ainda pode ser considerada como um desafio que elas enfrentam e lutam para que as relações desiguais sejam transpostas. Para estudarem ou trabalharem, precisaram construir e sustentar novas dimensões em suas feminilidades nas relações.

quando eu casei, eu quis terminar o segundo grau, mas só que ele não deixou mais, aí eu para não ter briga, aí eu me fechei...achava que aquilo era o meu mundo, eu casava ou estudava, depois que eu separei me arrependi.” (M. A., 55 anos).

Ele não gostava que eu saísse de casa para fazer nada não, depois que eu o deixei, voltei a estudar de novo. Eu passei a pensar nisso depois que a gente se separou. (O. S., 65 anos).

Os discursos das mulheres entrevistadas refletem uma luta por direitos iguais, caracterizada pelas reivindicações dos movimentos feministas. Para tal, as mesmas assumem na relação conjugal a responsabilidade de reconstruir suas posturas e práticas no que se refere à significação e elaboração de sentido para a relação conjugal de forma que as relações de gênero favoreçam suas feminilidades.

As lutas pela equidade de direitos podem ser compreendidas por meio dos movimentos feministas. Estes propunham a construção de um novo modelo comportamental e transformações nos modos de vida. Buscavam melhorias em todos os sentidos como nas condições de saúde, igualdades nas legislações, direito ao corpo e a reivindicação principal: a luta por igualdades de gênero (RAGO, 2006).

Embora estas lutas tenham proporcionado transformações e estejam alcançando os seus objetivos frente às relações, observou-se nas entrevistas que – conforme declarou M. A.: “*pra não ter briga, aí eu me fechei*” – as mulheres configuram o silêncio e/ou a submissão como uma alternativa de refúgio para estressores sociais e escudos contra quaisquer problemas que ocorram na sociedade e em sua relação conjugal. Ocorre que, a redução de contato com outros sistemas sociais pode gerar uma implicação direta no processo histórico das mulheres em suas lutas por emancipação.

Verifica-se que existe ainda um movimento antagônico à emancipação feminina. Uma vez que os processos patriarcais entendem que com a emancipação, esta mulher teria uma tomada de consciência mais ampla dos aspectos que as oprimem, os mecanismos que sustentam as relações de poder se cristalizam e se tornam também mais violentos para a manutenção da lógica patriarcal.

A partir de uma perspectiva marxista, sobre a emancipação, após vencida a luta de classes, seria eximida a desigualdade entre mulheres e homens, porém, o que não se pôde prever, é que persistiria a desigualdade entre os gêneros, principalmente no tocante à representação de trabalho e emancipação (NICHING, 2013).

Transformações nas relações sociais com o advento do casamento

As representações uníssonas das mulheres participantes da pesquisa relatam que as mesmas possuem relações sociais que tomam novas configurações a partir do advento da relação conjugal. E afirmam que mudaram suas significações sobre as demais relações a partir do início de uma relação conjugal.

De acordo com Molon (1995), por uma perspectiva sócio-histórica, as mediações psicossociais subjetivam e são subjetivadas pelos cônjuges. Nesta acepção, o ser humano poder ser considerado como um ser histórico-social e cultural que é produto e produtor da cultura

que cria. Portanto, é um ser marcado pelas interações sociais, como verbalizado abaixo:

A gente se priva de muita coisa quando se casa. Eu era extrovertida sabe, aí depois que eu casei, eu me fechei.” (M. A., 55 anos).

“Com os meus amigos de uma...certa maneira, mudou ele não gostava que eu ficasse conversando com ninguém e tal, porque ele não gostava que eu fosse pra casa da minha mãe e eu ia todo dia...” (O. S., 65 anos).

Os relatos expressam que estas novas configurações produzidas nas relações conjugais subjetivam e são subjetivadas pelas mulheres. Enquanto incluídas em uma relação, passam a representar as dimensões de sua subjetividade a partir da categoria “Casada”, assumindo assim, uma função diferente no meio social (MALDONADO, 1986).

As mulheres estabeleceram relações onde assumem os ideais do parceiro, permitindo que a relação atue como elemento central de suas vidas. Assim, são caracterizadas pelos valores que assumem e pelas ações que concretizam para sustentar a relação conjugal.

Pode-se compreender que a cada nova configuração cultural, social ou histórica, as mulheres se transformam e mudam seus modos de ser para atender à exigência do contexto que fazem parte, bem como à exigência de seu cônjuge. De tal modo que passam a ser dotadas do status social de casada, legitimado pela sociedade como algo que atribui valor e reconhecimento da mulher a sua feminilidade (HERNANDEZ; OLIVEIRA, 2003).

O caráter de status produzido socialmente para a categoria “casada” ou que “conseguiu ter um parceiro” pode estar atribuído à ideologia patriarcal construída sócio-historicamente e que se sustenta na contemporaneidade, onde aparecem nas maneiras mais sutis de poder, como no relato abaixo:

mudaram totalmente passei cinco anos sem estudar, ele achou que o estudo atrapalha muito, a faculdade, ele não gosta, me

dá uma função só de cuidar do lar e ele é assim... (P. S., 32 anos).

eu não procurei mais as minhas colegas que era de Igreja, essas coisa, eu não queria mais comentar nada, da minha vida. (L. S., 51 anos).

Segundo as mulheres participantes, estas características mais sutis de relações de poder têm como consequência a não concretização da satisfação do sujeito. A realização pessoal passa a ser secundária ou não especulada. E elas passam a carregar consigo o estereótipo sociocultural de que suas ações e relações devem ser restritas ao lar.

Ferreira (2000) contribui com esta reflexão lançando a possibilidade de que, para se considerar a relação conjugal como satisfatória, teria que estar incluso o bem-estar dos cônjuges, o comum acordo dos planejamentos tanto individuais quanto em conjunto. Nesta acepção, os sentidos desenvolvidos tornam-se um aspecto central da vida destas mulheres, são desenvolvidas implicações não apenas na saúde mental, mas na física e também social que foram geradas com a experiência de relação com os parceiros.

Representação das mulheres nas novas relações conjugais e relações de trabalho

As transformações sociais, culturais e históricas proporcionaram a configuração de relação conjugal e os papéis que os membros ocupam na relação. Mudanças para atender às exigências da sociedade globalizada que é marcada pelo tempo, produção, regras e valores que estão em constantes transformações (MENEZES; LOPES, 2007).

Estas transformações geradas pelas novas relações de produção do capitalismo podem ser observadas nos discursos das mulheres entrevistadas. Elas se queixam do distanciamento ocasionado pelo desempenho no trabalho tanto delas quanto dos homens, não tendo assim, o tempo necessário ou a disposição necessária para se encontrarem e dialogarem.

Tem algumas pessoas que hoje em dia não se envolve muito com o trabalho ou se envolve muito com o estudo, mal se veem, eu acho que acontece no mundo em geral, a distância é isso. Desse mundo corrido. (P. S., 32 anos).

hoje tá todo mundo muito isolado, homem não quer mais saber de ajudar a esposa, arrumar a casa essas coisa toda, deixa tudo pra mulher né. Ai ela fica sobrecarregada. (L. D., 51 anos).

Eu acho que a gente tem que ter mais é a conversa. Quando a gente se encontrava, tava cansado, um com o outro e não queria tanta conversa. (L. P., 54 anos).

O distanciamento verbalizado pelas mulheres se refere à contemporânea sociedade capitalista que valoriza os modos de produção e o consumo e que encadeia uma redução da proximidade nas relações afetivas. Homens e mulheres atendem às exigências do mercado que direciona a sociedade contemporânea, o casal tanto é construído quanto é construtor deste enlace. Assim, a inserção da mulher no mercado de trabalho teve como propósito aumentar a mão de obra do capitalismo, entretanto, essas ainda são vítimas da desigualdade de gênero.

Estes enlaces propostos pela lógica capitalista têm em sua constituição histórica um componente discriminatório no que tange ao trabalho feminino. Apesar desta lógica acreditar que a mulher trabalhando estaria mais consciente dos problemas gerais e coletivos, tendo assim, um caráter discriminatório, não foi obstáculo para luta para a abertura de espaços para a produção de trabalho e ao combate aos preconceitos familiares e sociais que opuseram o trabalho feminino (NICHNIG, 2013).

Embora as lutas tenham trazido resultados e/ou melhorias dignas para as mulheres desenvolverem seus trabalhos, o componente discriminatório ainda é, nos dias de hoje, muito cristalizado e empregado, tanto pelos homens quanto para as mulheres. O preconceito de gênero ainda impõe o trabalho feminino restrito ao ambiente doméstico,

onde pode ser considerado como invisível e de caráter secundário na sociedade capitalista, conforme relato abaixo.

O meu primeiro casamento eu assumi casa mesmo né, eu não me preocupei com esse lado de trabalho, vou viver para minha casa e vou fazer o melhor para minha família e não deu certo. (R. P., 50 anos).

era uma pessoa boa né, cuidava bem das coisas entendeu? Fazia tudo dentro de casa, não deixava a casa bagunçada, fui uma ótima mulher. (L. D., 51 anos).

Contudo, as atribuições restritas ao lar se tornam potencializadas a partir do momento em que as mulheres assumem a responsabilidade exclusiva desta instância. E estas mulheres sustentam a ideia de que são insubstituíveis para o cuidado de seus filhos, pois se consideram e são consideradas como melhores capacitadas para desempenhar as tarefas do lar e do educar.

Para Rocha-Coutinho (2004), a divisão de tarefas e de responsabilidades do casal no âmbito familiar tornou-se uma possível solução para as diversas mulheres que sustentam uma vida familiar em conjunto com uma vida profissional.

Com isto, reflete-se que os modos de produção empregados pela sociedade capitalista materializam as relações conjugais, assim, o casal faz-se sujeito e sujeitado neste processo de produção. Com o avanço do capitalismo, as relações conjugais são subjetivadas na materialidade e mobilizam-se no detrimento da afetividade.

Profissionalização: Possibilidade de desenvolver a Autonomia e independência financeira

A inserção das mulheres no mercado de trabalho pode ser considerada como uma mudança de panorama mundial que destaca a conquista por um espaço público e a possibilidade do desenvolvimento

financeiro. Para Oliveira (2015), as mudanças, a partir da entrada das mulheres neste novo campo de atuação, envolvem mudanças na dinâmica familiar, nas relações conjugais, relações de gênero e também nas representações sociais do papel feminino.

O discurso das mulheres expressa que elas buscam, através do curso de capacitação, melhorias na renda financeira, autoestima, autonomia e a possibilidade de novos laços sociais. Isto se dá como movimento para possíveis satisfações nas relações conjugais.

Mudança, mudança, eu vou ter o meu próprio dinheiro. É, vai até mudar mesmo a minha autoestima, tendo essa capacitação, mexe até com o psicológico da gente né, pensar em coisas boas né, ter vontade de crescer. (C. C., 35 anos).

Posso até ser uma professora de...ah, eu me sinto assim, uma pessoa com capacidade entendeu, porque muita mulher eu acho que não tem capacidade de fazer nada, de aprender... (L. D., 51 anos).

esse curso me abriu o leque pro mundo, pra lidar com pessoas, pra mostrar pra minha própria família, pros meus filhos que a gente só consegue trabalhando com garra, tendo responsabilidade, então, esses cursos veem pra crescer... (R. P., 50 anos).

As mulheres entrevistadas percebem o curso de profissionalização como uma oportunidade de crescimento pessoal e de obtenção de estabilidade financeira de forma autônoma. Isto se dá, em razão de as mesmas se sentirem capacitadas e considerarem como uma conquista. Estas representações estão presentes nos discursos de todas e perpassam por diversos âmbitos como o familiar e o social.

Neste sentido, a busca pela autonomia financeira e pessoal é uma característica marcante do processo histórico, social e cultural que levou as mulheres a desenvolverem os movimentos feministas em busca da valorização do gênero feminino, da equidade de direitos e de seus lugares no mercado de trabalho como formas de emancipação.

Na contemporaneidade, a busca pela emancipação, marcante na construção histórica e social das performances femininas, vem passando por processos diferenciados. Hoje, as mulheres contabilizam conquistas quanto à inserção no mercado e nos espaços públicos, anteriormente considerados como estritamente masculinos. As lutas possibilitaram a criação de ferramentas para o enfrentamento da exclusão. Ao invés de uma postura derrotista diante dos sofrimentos e descontentamento com seus relacionamentos e vida, as mulheres adotam posturas ativas, de modo que podem exigir e lutar por uma maior autonomia e independência econômica (CORTEZ; SOUZA, 2008).

A partir dos discursos das mulheres entrevistadas, percebe-se a preocupação e a luta constante por um espaço que possibilite a construção de autonomia, independência financeira e equidade de gênero. Porém, estas lutas podem ser consideradas além do movimento individual, são também movimentos coletivos, por meio dos quais estas mulheres alcançam um maior acesso às discussões para sustentarem suas conquistas sociais.

Reciprocidade como sentido de relação conjugal satisfatória

Nesta categoria, as mulheres trouxeram sentidos diferentes que apontam para a reciprocidade como um fator imprescindível para a manutenção das relações conjugais, conforme a seguinte manifestação:

é você ter uma parceria, porque através da parceria você pode crescer, ter um parceiro que entende você e você tem que entender ele.» (R. P., 50 anos).

não é só aquela atração física, ela envolve compromisso, amizade, tem que ter companheirismo, você que tem que se adaptar a ela e ela a você... (L. D., 51 anos).

O sentido atribuído para uma relação conjugal satisfatória perpassa por circunstâncias de reciprocidade. Nas relações conjugais de reciprocidade, as mulheres buscam crescimento pessoal sendo parceiras de seus cônjuges, bem como, sendo escutadas e entendidas por estes para a construção de uma relação de compromisso e igualdade, onde se consigam enfrentar os desafios da relação e as cobranças sociais e individuais.

Estas relações de compromisso, amizade e parceira trazidas pelas mulheres são construções que de acordo com Campbell, Converse e Rodgers (1976), se caracterizam por sentimentos de afeição, segurança e bem-estar, proporcionados pela mutualidade entre as expectativas e planos que os parceiros possuem para com a realidade vivenciada na relação.

Diante disto, pode ser atribuído às relações um aspecto de transformação, possibilidade de crescimento e aprendizagem pessoal. Porém, a reciprocidade pode necessitar de relações constituídas pelo diálogo, que poderá concretizar-se se houver um espaço que proporcione momentos de trocas pessoais e um acordo que busque compreender as diferenças, para assim, desenvolver habilidades para dar e receber.

Desta feita, um discurso trazido por uma entrevistada, faz-nos refletir que as mulheres buscam por uma relação flexível e igualitária que as possibilite a vivência de um relacionamento desprovido das relações de poder, conforme o relato:

Tem que compartilhar das mesmas ideias, das mesmas opiniões, tentar né, tentar ter pelo menos um acordo, relacionamento é isso, acho que um tem que tentar ajudar o outro, compartilhar as mesmas coisas. (P. S., 32 anos).

Partindo da premissa de que os componentes da relação devem compartilhar os mesmos sonhos e planos, considera-se a relação como uma construção conjunta e não como um plano individualizado. Com

isto, entende-se que há a necessidade de acordos que favoreçam o diálogo que cria laços e possibilita o desenvolvimento de aprendizados frente às dificuldades.

Ressalta-se que a interação na relação conjugal permite a construção de sua realidade subjetiva, assim, estas interações e construções precisam ser sustentadas pelo casal. Desta maneira, os componentes da relação conjugal, através do diálogo, constroem não somente a realidade presente, mas a significação da realidade passada e a elaboração de sentidos futuros. Construindo assim, uma memória comum que integra os dois passados individuais (FÉRES-CARNEIRO,1998).

Mulher feliz e emancipada: propostas de relações de gênero satisfatórias

A mulher da pós-modernidade pode ser compreendida pelas diversas transformações sociais que implicam de maneira direta no seu modo de agir, assim como nas articulações de gênero, produções de relações conjugais e familiares que podem ser vinculadas a partir das mudanças e distinções que esse contexto sócio-histórico exige. Isto se dá em movimentos dialéticos como homogeneidade-diversidade, produção-criação e consumo-reprodução, que são características próprias deste contexto pós-moderno (OLIVEIRA, 2015).

Estas características da pós-modernidade são encontradas nos discursos das mulheres, quando destacam sua independência financeira, bem como, a felicidade buscada por meio de uma parceria na relação conjugal, conforme segue:

existem as mulheres felizes e existem as mulheres infelizes, porque não tem parceria em casa e quando não tem isso, é muito ruim o relacionamento. (R. P., 50 anos).

Hoje em dia eu não paro mais não, trabalho por conta própria e não dependo, tô ganhando meu dinheiro e fazendo curso. (M. A., 55 anos).

As participantes da pesquisa apresentam a concepção de que as mulheres seriam felizes por meio de uma independência financeira e pela parceria com seus cônjuges, no que se refere às responsabilidades da relação conjugal e sociais. Esta busca expressa os avanços políticos na luta pela igualdade de oportunidades e na própria construção de uma identidade feminina ao longo da história, apesar de ainda existir a ideia de identidade da mulher ligada ao ambiente doméstico e cuidados estéticos. Por tal processo, a situação social das mulheres caracteriza-se na contemporaneidade pela constante luta por inovação e independência.

Segundo Petrini (2005), as características femininas encontradas na modernidade significam uma luta constante para obter uma condição de vida digna. Devendo lutar também, contra as restrições impostas à menoridade social, podendo assim, exercer de uma maneira mais ampla as suas construções de sentidos e significados, não somente em relação às questões conjugais, mas também em relação aos diversos problemas sociais.

Outro dado importante revelado durante a pesquisa foi a proposta de “parceria” entre as relações conjugais. As mulheres demonstraram que já podem propor e não somente pedir, uma vez que seus cônjuges podem concordar ou não, ao invés de concederem ou não concederem. Tal proposta se refere a uma busca de relações igualitárias que ofereçam um suporte não somente no aspecto financeiro, mas no afetivo também, conforme discurso colocado abaixo:

Deus deu como dom para ela, sabe, que é edificar a sua casa quando ela for buscar o espaço dela, pra ela ter o apoio de dentro de casa, que isso é fundamental pra mulher...” (R. P., 50 anos).

meu atual namorado que eu falei ele é bastante carinhoso, a gente conversa muito, ele é o tipo de homem mais atencioso, tudo que não tinha no outro. Hoje em dia eu sou mais segura de mim, mais equilibrada... (A. S., 32 anos).

Esta proposta de relações conjugais que envolvem parceria e equilíbrio pode ser entendida pela perspectiva cultural, histórica e social como uma produção da sociedade em subversão aos preceitos patriarcais. Estas mulheres significam e constroem sentidos a partir destes momentos históricos que produziram e que as produzem. Portanto, hoje podem ter a liberdade de buscar relações que favoreçam as suas histórico-sociais performances femininas.

Como citado por Castells (1999), em sua obra o **Poder da Identidade**, o patriarcado é o eixo fundante de todas as sociedades contemporâneas. Esta citação caracteriza os modos sociointeracionistas de gênero que foram marcados por distinções de relações de poder econômico, afetivo e social. Porém, o autor cita que a queda desta concepção patriarcal está na desagregação da família patriarcal, tendo o divórcio como um claro confrontador de novas realidades sociais, representando assim, transformações no modo de construção de sentidos e nas significações da mulher como ocupante do mercado de trabalho, assim como cuidadora do lar e da relação conjugal.

Contudo, estas características advindas da pós-modernidade não podem ser percebidas somente como novos modos de pensar e agir, mas também, como modos de manutenção do capitalismo, pois, na acentuação dos modos de produção, quanto maior a velocidade na produção, maior é a performance do capitalismo, no sentido de produzir ou consumir mais capital. Estas características implicam diretamente nos modos de relação entre os sujeitos e conseqüentemente na conjuntura dos casais.

Deste modo, a autora Oliveira (2015) chama a atenção para o capitalismo nas atuais configurações históricas, sociais e culturais, visto que hoje pode não ter mais o componente de distinções entre homens e mulheres, pois, quanto maior a diversidade, maiores serão as oportunidades de crescimento de consumo. Assim, estes novos modos de relacionar-se atendem aos termos de pluralidade, heterogeneidade, multiculturalismo, assim como funcionam como estratégias para o desenvolvimento econômico.

As mulheres entrevistadas relatam ainda, a felicidade a partir da parceria e independência financeira como sentido de uma relação conjugal satisfatória. Para elas, uma relação conjugal satisfatória significa não ter mais dependência em sentido algum de seu parceiro, de tal modo que uma mulher feliz e emancipada necessita de uma relação de parceria e não de mecanismos condicionantes ou restritivos de suas ações.

Este sentido de relação conjugal é reflexo de diversas lutas pela equidade de direitos baseadas nas reivindicações contra as relações de poder entre os gêneros. Porém, isto pode não ser uma garantia de felicidade que tanto as mulheres buscam. A autonomia pode ser vista como um ganho e pode também ser considerada como um passo dado, mas, isto não blinda as relações conjugais de possíveis conflitos e nem se trata de uma solução geral para os problemas que podem assolar um casal.

A exigência feita por estas mulheres pode estar diretamente ligada ao contexto histórico, social e cultural que cada uma vivenciou e tem vivenciado. Porém, além da emancipação das mulheres na busca por relações igualitárias, há o fator relacional a se desenvolver para sustentar uma relação conjugal, onde pode haver a necessidade de empregar o diálogo e negociações como componentes da construção de uma relação conjugal de reciprocidade.

Criação de novas pesquisas para a discussão das relações

A construção de novos conhecimentos e a busca por novas formas de compreensão da realidade são aspectos fundamentais na pesquisa. Fugir da discussão sobre os fenômenos não leva a soluções e nem à compreensão de todo o processo social, histórico e cultural em que o fenômeno de pesquisa se fundamenta. O fomento da pesquisa e a discussão do conhecimento construído por esta podem ser uma via para a abordagem dos fenômenos. Para tal, é necessário possibilitar a abertura para debates públicos, encontros científicos, conversações

com membros ou representantes comunitários entre outros (LÜDKE, 2001).

As mulheres participantes da pesquisa trouxeram a importância de dar voz ao público feminino na discussão sobre as relações conjugais, considerando suas significações e sentidos atribuídos. Tais discursos ressaltam a importância do incentivo à pesquisa sobre o fenômeno da relação conjugal. Evidenciando os sentidos deste público frente à problemática e criando espaços, tanto no âmbito público quanto privado, que oportunizem discussões. De acordo com Oliveira (2015), a abertura de espaços pode possibilitar e ampliar a discussão sobre o fenômeno pesquisado, sendo útil também para a construção de políticas públicas e intervenções diretas para os sujeitos que vivem relações conjugais e necessitam de apoio para o enfrentamento de problemas.

Considerações finais

Alcançou-se, durante a pesquisa, a compreensão de que aspectos como a reciprocidade, fidelidade e situação financeira se tornaram componentes dialéticos na construção de uma concepção de relação conjugal satisfatória. Ao passo em que, ainda vivenciando circunstâncias sociais marcadas pela ideologia patriarcal, as mulheres se implicam também cada vez mais em posicionamentos políticos na busca por autonomia através de processos emancipatórios como o trabalho.

Nesta acepção, os sentidos construídos pelas mulheres compreendem a sua constituição histórica atual, sendo assim, as suas relações e seus modos de representar a realidade são permeados pelos conhecimentos e aprendizados socialmente produzidos e acumulados ao longo de seu desenvolvimento histórico, social e cultural. Sendo estes compartilhados, construídos e reconstruídos pelos sujeitos por meio das relações sociais que subsidiam suas mediações e construções de significado e sentidos para sua ação enquanto mulher frente à realidade.

Foram encontradas nos discursos das mulheres resistências e subversões às concepções patriarcais e suas relações de poder. O po-

der de agência das mulheres se expressava na reivindicação de novas relações conjugais. Compreende-se que nestas novas configurações de relacionamentos conjugais, as mulheres consideravam o crescimento pessoal e a capacitação profissional como estratégias de enfrentamento frente às desigualdades de gênero. As mulheres buscavam na construção de acordos e de relações de parceria com seu cônjuge a divisão de responsabilidades, bem como, o compartilhamento das dificuldades sociais. Portanto, construía uma relação conjugal que lhes favorecessem pela proposição da reciprocidade.

Os resultados da pesquisa proporcionaram considerações instigantes e sugeriram a necessidade de pesquisas mais aprofundadas na busca pela ampliação dos estudos frente aos processos excludentes de gênero que ainda assolam a contemporaneidade. Vislumbra-se que o avanço dos estudos de gênero apoie a luta pela equidade nas relações de gênero e desenvolva conhecimentos para intervenções que busquem a proposição de relações conjugais mais favoráveis às subjetividades que as constituem.

Referências

- ARIÈS, P. O amor no casamento. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A. (Orgs). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 153-162.
- BASSANEZI, C. **Virando as páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem mulher 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; RODGERS, W. L. **The Quality of American Life**: Perceptions, Evaluations, and Satisfaction. New York: Russell Sage Foundation, 1976.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade** (Vol. II). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORTEZ, M. B.; SOUZA, L. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 24, n. 2, p. 171-180, 2008.
- FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicol. Reflex. Crit.** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.
- FERREIRA, C. Os estereótipos de gênero como constructos dinâmicos [Resumo]. In: R. S. L. Guzzo (Org.), VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico, **Anais...** Serra Negra, SP: ANPEPP. 2000, p. 136.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2002.
- GONZÁLEZ REY, F. L. A subjetividade e seu significado atual na construção do pensamento psicológico. In: **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson, 2003, p. 199-265.
- HERNANDEZ, J. A. E.; OLIVEIRA, I. M. B. Os componentes do amor e a satisfação. **Psicol. cienc. prof.** (Brasília), v. 23, n. 1, p. 58-69, mar., 2003. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100009&lng=en&nrm=iso 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932003000100009>.

LIPOVETSKY, G. **A Era do Vazio: Ensaios Sobre o Individualismo Contemporâneo.** São Paulo: Companhia de Bolso, 1983.

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educ. Soc.** (Campinas), v. 22, n. 74, p. 77-96, 2001. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100006&lng=en&nrm=iso > <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302001000100006>.

MALDONADO, M. T. **Casamento: término e reconstrução.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. C. S. A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. **Ver Bras. Crescimento Desenvolv Hum.** (São Paulo), v. 17, n. 1, p. 52-63, 2007.

MOLON, S. I. **A questão da subjetividade e da constituição** do sujeito nas reflexões de **Vygotsky**. 1995. 175f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 1995.

NICHING, C. R. **Mulher, Mulheres e Mulherio: Discursos, resistência e reivindicações por direitos.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

OLIVEIRA, K. L. C. **Homens e violência conjugal: uma perspectiva psicoantropológica.** Manaus: EDUA, 2015.

PASSOS, M. C. A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. **Mental** (Barbacena), v. 5, n. 9, p. 117-130, nov., 2007. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272007000200008&lng=pt&nrm=iso.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psicol. clin.** (Rio de Janeiro), v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005&lng=en&nrm=iso

PETRINI, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: Reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum**, n. 8, p. 20-37.

PRADO, R. M. “Um ideal de mulher”: estudos dos romances de M. Delly”. In: BARROS, M. PRADO, R. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher - 2.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 184-202.

Sentidos e significados de uma relação conjugal satisfatória produzidos por...

RAGO, M. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas de Psicologia** (Ribeirão Preto), v. 12, n. 1, p. 02-17, jun., 2004. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000100002&lng=pt&nrm=iso

VIGOTSKI, L. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Sobre os(as) autores(as)

Adinete Sousa da Costa Mezzalira (adinetecosta@hotmail.com)

Psicóloga (2002). Doutora (2010) e Pós-Doutora em Psicologia pela PUC-Campinas (2014). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAM e pesquisadora da Linha Processos Psicossociais. Membro do GT Psicologia Escolar e Educacional da ANPEPP.

Ana Carolina Farias Franco (anacarol_franco@yahoo.com.br)

Psicóloga-UFPA. Mestre em Psicologia-UFPA. Doutora em Educação-UFPA. Psicóloga concursada no IFPA. Integra o Transversalizando, grupo de pesquisa, ensino e extensão do diretório do CNPQ. Foi psicóloga concursada no CRAS-SUAS, no Pará.

André Luiz Machado das Neves (andre_machadostm@hotmail.com)

Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e especialista em Psicologia Educacional pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). É Professor e pesquisador efetivo da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua no programa de pós-graduação em segurança pública, direitos humanos e cidadania da Escola Superior de Ciências Sociais (ESO) da UEA. Pesquisador do Núcleo de Estudos Psicossociais sobre Direitos

Humanos e Saúde (NEPDES) e do Laboratório de Desenvolvimento e Educação da Faculdade de Psicologia da UFAM. Vice-presidente regional Norte da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO (Gestão 2018-2019).

Ana Maria Souza Brito (brito.anamarias@gmail.com)

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É bolsista em iniciação científica UNIR/PIBIC/CNPq (2018-2019). Integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

Ana Paula Farias Ferreira (paulinhafarias_14@hotmail.com)

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Foi bolsista de Iniciação Científica UNIR/PIBIC/CNPq (2014-2017).

Angélica de Souza Lima (ange_gs2012@hotmail.com)

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Foi bolsista de extensão universitária UNIR/PIBEC e voluntária em iniciação científica. É integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

Benedito Medrado (beneditomedrado@gmail.com)

Pesquisador, docente e ativista em direitos humanos. Formado em psicologia, com doutorado em psicologia social. Atualmente, leciona na Universidade Federal de Pernambuco. Sócio da ABRAPSO, desde 1996, integrou a coordenação nacional nas Gestões de 2000-2001 e 2008-2009. Foi presidente da ABRAPSO na Gestão 2010-2011.

Camila Maria Figueiredo Malcher (camila_malcher@hotmail.com)

Psicóloga. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Núcleo Belém da ABRAPSO.

Deivis Perez (prof.deivisperez2@hotmail.com)

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), líder do grupo “Pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica-Cultural” e professor no Departamento de Psicologia Social e Educacional e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Dolores Galindo (dolorescristinagomesgalindo@gmail.com)

Psicóloga-UFPE; Mestre e Doutora em Psicologia Social-PUC-SP; Doutorado sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona. Professora associada II de Psicologia Social da UFMT. Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Cultura Contemporânea da UFMT. Coordena o grupo de pesquisa Ciências, Tecnologias e Criação (LABTECC). Foi da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social -ABRAPSO (2016-2017). Conselheira Alternata da ULAPSI (2016-2017) e integrou a Coordenação da Red Latinoamericana de posgrados en estudios sobre la cultura - ReLaPec (2014-2016). Compõe o GT Conhecimento, Subjetividade, Práticas Sociais da ANPEPP. Foi Vice-Presidente da Regional Centro-Oeste da ABRAPSO (2012-2013) e Secretária (2014-2015). É membro associada da ESOCITE.BR - Associação Brasileira dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias, da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social e SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Editora de seção da Athenea Digital: revista de pensamiento y investigacion Social (UAB- Espanha).

Eliane Gamas Fernandes (elianefernandes.psi@gmail.com)

Bacharel e Licenciada em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (2014). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Porto (2016). Mestre em Psicologia pelo Programa de Mestrado Acadêmico de Psicologia da Fundação Universidade Federal de Rondônia (2018). Professora de Psicologia das Faculdades Aparício

Carvalho-FIMCA/Porto Velho e Responsável Técnica do Serviço de Psicologia Aplicada- SPA/FIMCA. Pesquisadora do grupo CEPSAM (Centro de Estudos e Pesquisa sobre a Subjetividade na Amazônia), no qual realiza atividades para constituir um arcabouço teórico-metodológico.

Érika Fernandes Costa Pellegrino (erikafcpellegrino@gmail.com)

Docente do curso de Medicina da UFPA - Campus Altamira. Formada em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Especialista em Psiquiatria pelo Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Eudeir Barbosa de Oliveira (debarbosaloss@gmail.com)

Possui graduação em Normal Superior (2008) e em Pedagogia (2012). Especialista em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (2013). Cursa Pós-Graduação Strictu-Sensu em Psicologia pela Unir/RO (2017). Professora pela Secretaria Estadual de Educação, atua na área de educação, com ênfase em educação especial. MAPSI/UNIR.

Fabiane Aguiar Silva (fabianeaguiarpsi@hotmail.com)

Psicóloga, mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas - FAPSI/UFAM. Especialista em Desenvolvimento Humano - Adulto e infantil pela Universidade de Araraquara - SP e especialista em Psicologia da Saúde pelo Conselho Federal de Psicologia. Atualmente, atua como psicóloga hospitalar no Hospital Universitário Getúlio Vargas da UFAM e preceptora da residência multiprofissional em saúde funcional da mesma instituição. Atua ainda na produção de estudos nas áreas de metodologias, educação, gênero e saúde coletiva.

Fernanda Priscilla Pereira Calegare (naiade89@gmail.com)

Pedagoga e psicóloga pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestre em Psicologia na Linha de Processos Psicossociais da UFAM

(2015). Analista Judiciária na Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Militante e pesquisadora do socioeducativo.

Flávia Cristina Silveira Lemos (flaviacslemos@gmail.com)

Psicóloga-UNESP; Mestre em Psicologia Social-UNESP; Doutora em História Cultural-UNESP; Professora associada II de Psicologia Social-UFPA. Bolsista de produtividade de pesquisa CNPQ-PQ2. Diretora da gestão nacional da ABEP (2017-2019; 2019-2021); Integrante do GT da ANPEPP de Psicologia Política; Integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia e Coordenadora do Grupo de pesquisa, ensino e extensão Transversalizando. Assessora especial da Pró-reitoria de Extensão da UFPA, na gestão vigente. Foi da Diretoria Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social-ABRAPSO (2016-2017). Foi vice-coordenadora (2010-2011) e coordenadora (2012-2013) do Programa de Pós-graduação de Psicologia da UFPA. Foi conselheira titular no Conselho Federal de Psicologia (2011-2013).

Iolete Ribeiro da Silva (iolete.silva@gmail.com)

Doutora (2004) em Psicologia pela Universidade de Brasília. Professora Associada III da Universidade Federal do Amazonas, Diretora da Faculdade de Psicologia da UFAM (2012-2016, 2017-2020). Bolsista Produtividade CNPq 2. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFAM e Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI/UFAM. Integrante do Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Psicologia Escolar/Educacional (2018-2020), Secretária da Região Norte no Conselho Federal de Psicologia (2005-2010, 2016-2019) e Presidente do Conselho Regional de Psicologia 20a Região Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia (2011-2012), Conselheira Suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (2017-2018).

Jéssica Fabrícia Silva Lima (jessicafabricia003@gmail.com)

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Rondônia (2017). Atualmente é mestranda em psicologia pela mesma instituição. Foi bolsista de Iniciação Científica UNIR/PIBIC/CNPq (2014-2017). É integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

José Juliano Cedaro (cedaro@msn.com)

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia (1993), mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2000) e doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde mental, psicanálise, psicologia hospitalar, intervenção psicoterapêutica e hospitalização.

Juliana da Silva Nóbrega (juliananobrega80@gmail.com)

Docente de Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. É doutora em Psicologia Social do Trabalho, pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). É vinculada ao MAPSI – Mestrado Acadêmico em Psicologia da UNIR.

Lílian Caroline Urnau (lilian.urnau@unir.br)

Possui graduação (2006) e mestrado (2008) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2013). Atualmente é professora Adjunta da graduação e do mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pesquisadora integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE). Tem experiência em pesquisas

sobre políticas públicas de proteção social, processos educativos não formais e participação social.

Lua Clara Melo Fernandes (luaclaramelo@gmail.com)

Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É bolsista de iniciação científica UNIR/PIBIC/CNPq (2018-2019) e atuou como voluntária em pesquisa. É integrante do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE).

Luis Fernando Novoa Garzon (l.novoa@uol.com.br)

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tem formação em Sociologia e Ciência Política e é doutor em Planejamento Urbano e Regional, vinculado ao Laboratório ETTERN (Estado, Território, Trabalho e Natureza) do IPPUR/UFRJ.

Mayara dos Santos Ferreira (mayaraf207@gmail.com)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGPSI/UFAM. Integrante do Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário - LABINS. Atua no grupo de pesquisa Psicologia e Práticas Sócio-culturais. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário do Norte (2015). Desenvolve estudos na área de psicologia e povos indígenas, sobretudo acerca de saúde e políticas públicas, identidade coletiva e intervenção comunitária.

Marcela Karina Dantas da Silva Patrício (marcelakarinandantas12@gmail.com)

Graduada em Psicologia pela Faculdade Martha Falcão - Wyden (2018), atua como psicóloga escolar/educacional em uma escola na cidade de Manaus-AM. Desenvolve pesquisas na área educacional e na socioeducação.

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare (marcelogacalegare@gmail.com)

Possui graduação em Psicologia (IP-USP/2002), mestrado (IP-USP/2005) e doutorado em Psicologia Social (IP-USP, 2010). Atualmente Professor Adjunto A-II da FAPSI/UFAM e coordenador do PPGPSI.

Maria Ivonete Barbosa Tamboril (ivonetetamboril@unir.br)

Doutora em Psicologia. Professora dos cursos de graduação e de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-líder do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) onde coordena a linha de pesquisa a “Condição feminina na Amazônia”. Atua na área de políticas públicas com ênfase nos processos educativos e Gênero no contexto amazônico. Pesquisadora associada da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Maria Lúcia Chaves Lima (marialuciacl@gmail.com)

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social.

Matheus Mendonça de Vasconcelos (matheusmdv10@gmail.com)

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente vinculado ao Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE) e ao Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde/Interprofissionalidade).

Paulo Vitor Alves de Freitas (paulo_alves14@hotmail.com)

Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro pesquisador do Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE-UNIR).

Rayssa Jackeline Graça Maciel (rayssa.graca@hotmail.com)

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2019). Desenvolve pesquisa na área social e na socioeducação.

Ruchelli Stanzani Ercolano (ruchelliercolano@hotmail.com)

Psicóloga e mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Integrante do Núcleo Assis da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).

Thiago Silva dos Santos (thsantos90@gmail.com)

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Luterana de Manaus - CEULM/ULBRA (2014) e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (2016). É pesquisador do Laboratório de Desenvolvimento Humano e Educação da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).